

**HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE**

**A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO COMTEANO NA CONSTITUIÇÃO RIO-GRANDENSE DE 1891.**

**FLORIANÓPOLIS, 2001**

**HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE**

**A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO COMTEANO NA CONSTITUIÇÃO  
RIO-GRANDENSE DE 1891**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa  
de Pós-graduação em Direito da Universidade  
Federal de Santa Catarina como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre em Direito.**

**Orientador:**

**Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER**

**FLORIANÓPOLIS, setembro de 2001**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PROGRAMA DE MESTRADO  
TURMA ESPECIAL - CONVÊNIO UFSC/IESA - SANTO ÂNGELO

**A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO COMTEANO NA CONSTITUIÇÃO RIO-  
GRANDENSE DE 1891**

**HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE**

Essa dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada pelo curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, setembro de 2001.

**BANCA EXAMINADORA:**

**Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER - Orientador**

**Prof. Dr. JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA JÚNIOR- Membro da Banca**

**Prof.<sup>a</sup> Dra. THAÍS LUZIA COLAÇO - Membro da Banca**

**PROFESSOR ORIENTADOR:**

**Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER**

**COORDENADOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:**

**Prof. Dr. CHRISTIAN GUY CAUBET**

## RESUMO

Esta dissertação faz uma análise histórico-crítica da influência do positivismo comteano na Constituição Rio-Grandense de 1891.

Dividida em três capítulos, o primeiro apresenta dados biográficos de Augusto Comte, uma explanação geral acerca da filosofia positivista, enfoque dos aspectos sociais, religiosos e políticos da aludida corrente de pensamento, bem como a evolução do positivismo no Brasil. Buscava Comte um estágio de absoluta racionalidade e certeza matemática para o conhecimento humano, estágio este que deveria abarcar também os domínios da Política.

O Segundo capítulo apresenta uma síntese biográfico-política de Júlio de Castilhos, a evolução do Positivismo no Rio Grande do Sul e a descrição do ambiente político no Estado no período que antecede a elaboração da Constituição Rio-Grandense de 1891. Busca-se traçar um perfil de Júlio de Castilhos, artífice único da primeira constituição rio-grandense e o contexto político em que habitava.

O terceiro capítulo apresenta os antecedentes históricos da Carta Constitucional, bem como a influência do positivismo comtiano no Diploma, consequência das convicções filosóficas de Júlio de Castilhos e do contexto político então existente.

## RESUMEN

Esta disertación hace um análisis histórico critico de la influencia del positivismo comteano em la Constitución Rio Grandense de 1891.

Dividida en tres capítulos, el primeiro presenta datos biográficos de Augusto Comte, uma explanación general sobre la filosofía positivista, enfoque de los aspectos sociales, religiosos y politicos de la corriente de pensamento aludida, bien como el desarrollo del positivismo em Brasil. Comte buscaba um estado de absoluta racionalidad y seguridad matemática para el conocimiento humano, estado este que debería también abarcar los dominios de la política.

El segundo capítulo presenta una síntesis biográfico política de Julio de Castilhos, la evolución del positivismo em Rio Grande do Sul y la descripción del ambiente político em la província en el periodo que antecede la elaboración de la Constitución Rio Grandense de 1891. Se busca demarcar um perfil de Júlio de Castilhos, único artífice de la primera Constitución Rio Grandense y el contexto político em que habitaba.

El tercer capítulo presenta los antecedentes históricos de la Carta Constitucional, bien como la influencia del positivismo comtiano en el Diploma, consecuencia de las convicciones filosóficas de Julio de Castilhos y del contexto político hasta entonces existente.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	IV
RESUMEN.....	V
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - O POSITIVISMO COMTEANO: ASPECTOS GERAIS.....	6
1.1 Augusto Comte: dados biográficos.....	6
1.2 O Positivismo Comteano.....	10
1.2.1 A Lei dos Três Estados.....	12
1.2.2 A sociedade positivista.....	17
1.2.3 O aspecto religioso.....	22
1.2.4 A perspectiva política do positivismo.....	26
1.3 O Positivismo no Brasil.....	31
CAPÍTULO 2 - JÚLIO DE CASTILHOS E SEU TEMPO.....	35
2.1 Júlio de Castilhos: uma síntese biográfico-política.....	35
2.1.1 Nascimento e primeiros estudos.....	35
2.1.2 A formação universitária.....	36
2.1.3 Atuação política de Castilhos antes do advento da República.....	39
2.1.4 Atuação política de Castilhos após a proclamação da República.....	41

2.2 O Positivismo no Rio Grande do Sul.....	44
2.3 O ambiente político no Rio Grande do Sul(1880-1891).....	47
2.3.1 O Gasparismo e o Partido Liberal.....	48
2.3.2 O movimento republicano no Rio Grande do Sul.....	53
2.3.3 A (tensa) situação política do Rio Grande do Sul nos primórdios da República...59	
 CAPÍTULO 3- O POSITIVISMO NA CONSTITUIÇÃO GAÚCHA DE 1891.....	72
3.1 Antecedentes históricos da Carta Constitucional.....	72
3.2 O Projeto da Constituição.....	77
3.3 A influência positivista na Constituição Gaúcha de 1891.....	82
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem a proposta de discutir a inspiração jurídico-filosófica que sedimentou a elaboração da Constituição Rio-Grandense de 1891. Utilizando o método monográfico, com abordagem indutiva, amparado em pesquisa bibliográfica, citações de autores, pesquisadores e autoridades no tema, conclui, ao final, que foi o positivismo comteano quem serviu de matriz teórica para a confecção da primeira Constituição Gaúcha.

Principia-se pelos dados biográficos de Augusto Comte, pai do positivismo, relatando sua atormentada existência, obsessão pelo conhecimento científico e extrema dificuldade em lidar com a dimensão afetiva da vida.

O Positivismo surge, na metade do século XIX, como uma resposta à filosofia Kantiana, um contraponto previsível diante do exagero metafísico, encontrando guarida na sociedade francesa convulsionada pelos desdobramentos da Revolução Francesa de 1789. É um pensamento marcado por noções de ordem e estabilidade social, que encontraria terreno fértil para desenvolver-se.

Comte explica o desenvolvimento da inteligência humana através de uma lei fundamental. O espírito do homem, ao investigar, passa sucessivamente por três fases: Teológica ou fictícia, fase metafísica ou abstrata e a fase positiva ou científica, último estágio de sua doutrina, o momento do regime definitivo da razão humana.

No estado teológico o espírito humano vai em busca de conhecimentos absolutos, investigando as causas primeiras e últimas dos fenômenos que o rodeiam. Nesta investigação atribui a agentes sobrenaturais a explicação dos fatos observados, cuja ocorrência depende unicamente do livre arbítrio desses agentes. O estado teológico é o estágio mais atrasado da civilização, não conhecendo o espírito humano as causas reais e naturais dos fenômenos, explicando-os pela intervenção de forças fictícias e sobrenaturais.



A forma política correspondente ao estado teológico seria a monarquia absoluta, apoiada pelo militarismo.

Ao estado teológico sucede o estado metafísico, quando as ocorrências fenomênicas não são atribuídas a agentes sobrenaturais, mas sim a formas abstratas. Há uma modificação geral do estado anterior, quando os agentes sobrenaturais são substituídos por forças ou virtudes abstratas.

Na esfera política, ocorre a substituição dos reis pelos legistas, vingando a doutrina da soberania popular.

O estado positivo é o definitivo, quando o espírito humano curva-se à evidência de não conseguir atingir as noções absolutas e usa a observação e o raciocínio para investigar as leis que regem os fenômenos e estabelecer suas relações e similitudes. O estágio positivo é o estágio mais evoluído, quando os homens explicam os fenômenos por suas causas reais e naturais, sendo que a forma de governo correspondente é a República Ditatorial.

No aspecto sociológico, o Positivismo se propõe a reorganizar a sociedade sem Deus nem Rei, mas sim por meio da ciência e do conhecimento. A direção dos negócios humanos deve caber a uma elite esclarecida, afeita aos postulados do positivismo e que saberá bem conduzir a sociedade.

No aspecto religioso, o Positivismo aspira se tornar a Religião da Humanidade, visando salvar a sociedade da anarquia em que tinha mergulhado após a Revolução Francesa.

No aspecto político, o Positivismo prega a República Ditatorial, com o poder concentrado nas mãos de uma elite de sábios positivistas, que teria aptidão intelectual e moral para comandar os destinos da massa. Em consequência, há completo desprezo pelo governo representativo e pela participação popular, difundindo-se a idéia de que o poder vem do saber e não da representação. Outrossim, há a proclamação da primazia do sentimento social, sendo que cada pessoa tem sua existência individual restringida pela vida social.

Como fecho do primeiro capítulo, há explanação acerca da evolução do positivismo no Brasil, destacando-se a ampla aceitação que a doutrina recebeu em território pátrio.

O segundo capítulo cuida da figura de Júlio de Castilhos e do contexto político em que viveu nos dez anos que precederam à confecção da Constituição.

É realizada uma síntese biográfico-política de Júlio de Castilhos, com referência ao seu nascimento e primeiros estudos, a formação universitária, sua atuação política no período precedente e posterior à República.

Consabido que Júlio de Castilhos foi artífice único da Constituição Rio-Grandense de 1891, se afigura útil perquirir de sua vida, tendo em vista a natural conexão de suas convicções filosóficas com a obra constitucional que produziu, objeto do presente estudo. Somente bem compreendendo o criador é que poderemos bem compreender a criatura.

Por sua vez, a abdicação de D. Pedro I foi o marco das definições político-partidárias que se processaram durante e após o período regencial. A partir de 1836, durante a regência do Padre Feijó, ocorreu a definição dos grupos políticos. Monarquistas moderados unidos a ex-restauradores constituíram o Partido Conservador, que defendia os interesses da cafeicultura fluminense, interligados com os do comércio de exportação e importação.

Por seu turno, os monarquistas radicais e os republicanos constituíram o Partido Liberal, que criticava a concepção e práticas unitárias do Império e postulava a construção do Estado pela Nação.

No Rio Grande do Sul, houve predomínio do Partido Conservador até 1878, quando então o Partido Liberal ascendeu ao poder, capitaneado por Gaspar Silveira Martins, permanecendo até a proclamação da República (1889). Mas, uma vez alçado ao poder político da Província, os liberais não implementaram as reformas anunciadas, assumindo feição conservadora e abrindo caminho para a organização dos republicanos.

Na Província gaúcha, a atividade republicana começa a se estruturar com Venâncio Aires, Pinheiro Machado e outros. Mas, novo dinamismo toma o movimento com a chegada de Júlio de Castilhos que, ao formar-se em Direito, em 1881, regressa a Porto Alegre.

O movimento republicano alimentou-se do monarquismo dos liberais que defendiam os interesses da economia tradicional do Rio Grande do Sul, de base pecuarista. Ocorre que o Rio

Grande não era mais uma província apenas pecuarista. O processo imigratório havia diversificado social e economicamente a província, sendo que a urbanização e o crescimento dos setores secundário e terciário estavam a exigir mudanças político-institucionais. Se, para isso, o Partido Liberal não encontrou resposta, o Partido Republicano Rio-Grandense a encontrou, incorporando aos seus quadros elementos do latifúndio pecuarista descontentes com o regime e setores médios urbanos, propiciando um alargamento social de sua base política.

Com a proclamação da República, Júlio de Castilhos e seus correligionários assumiram o poder no Estado do Rio Grande do Sul, mas constantemente eram fustigados pela oposição liberal, que era numericamente superior. No Rio Grande, ao contrário dos outros Estados da Federação, não houve o ingresso de monarquistas no Partido Republicano, sendo que o radicalismo de Castilhos impediu a conciliação dos rio-grandenses na formação do novo governo.

Tal situação agitou os ânimos e ensejou intenso ódio entre as duas facções.

O terceiro capítulo se debruça sobre os antecedentes históricos da Constituição, lembra o projeto da Carta Rio-Grandense e, por fim, analisa a influência do positivismo no Diploma em questão.

Os meses que antecederam à Assembléia Constituinte Estadual foram marcados por profunda instabilidade política e atos de violência, com recíprocos atentados praticados por castilhistas e anticastilhistas.

Para as eleições de escolha da Assembléia Constituinte, designadas para 05 de maio de 1891, a oposição formou uma grande frente, reunindo os liberais gasparistas, monarquistas e republicanos dissidentes. Inobstante, os republicanos castilhistas obtiveram esmagadora vitória, sob os veementes protestos da oposição, que assinalava o caráter fraudulento do pleito.

Foi por esse tempo que Castilhos concebeu o projeto de Constituição do Rio Grande do Sul que, com poucas alterações, viria a ser aprovado pelo poder constituinte.

Júlio de Castilhos, ciente da força oposicionista, do intenso ódio existente entre as duas facções e da impossibilidade de conciliação, pressentiu que enfrentaria tempos revoltos,

necessitando de um arcabouço jurídico apto a lhe manter no poder mesmo diante de tamanha turbulência política.

A Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891 representa a indubitável consagração dos princípios comtianos. O Diploma atribuiu praticamente todo o poder político ao Chefe do Executivo, estabelecendo a preeminência do Executivo sobre os outros poderes, concentrando o poder de legislar, de maneira quase exclusiva, nas mãos do Presidente do Estado.

Houve uma hipertrofia do Poder Executivo, que enfeixava em suas mãos o poder executivo e parte do poder legislativo.

## 1 - O POSITIVISMO COMTEANO: ASPECTOS GERAIS

### 1.1-Augusto Comte: Dados biográficos

Comte, cujo nome completo era Isidore Auguste Marie François Xavier, nasceu na cidade francesa de Montpellier, em 19 de janeiro de 1798, e faleceu em Paris a 05 de setembro de 1857.

Era o primeiro filho do casal Luiz Comte, fiscal de impostos, e de Felicidade Rosália Boyer.

As primeiras letras, Augusto Comte aprendeu-as com a mãe e, a seguir, com um preceptor particular.

Aos nove anos foi internado no Liceu de Montpellier.

É importante conhecer-se a origem e o caráter dessa instituição, para entendermos sua influência no desenvolvimento da personalidade de Augusto Comte.

Relata Mozart Pereira Soares que:

*" a 3 de novembro de 1804, o Império , sob Napoleão, determinava a abertura do Liceu. Um decreto de 6 de maio do ano anterior havia organizado militarmente aqueles educandários. Bonaparte, ocupado com a conquista da Europa, necessitava de carne para canhão.*

*Os internos, desde cedo, se familiarizavam com uma rígida disciplina castrense, metidos num uniforme cinzento, distribuído em pelotões, sob o comando de quartéis-mestres, cabos ou sargentos, vigiados por chefes de disciplina, que controlavam desde as mesas de refeição às salas de estudo.*

*Os chefes eram escolhidos entre os que revelassem melhores aptidões para o mando. Ai eram quase mais um número do que pessoas. Comte começou a ver nisso*

*uma forma de despotismo que devia ter sido extinta pela Revolução em 1789. Tudo se agravava pelo clima de espionagem e pelos castigos corporais aos possíveis infratores.*

*Nesse ambiente ingressou o menino excepcional. Seu aproveitamento deixava-lhe tempo para incursionar nos vários campos do saber. Ao passo que estudava e lia infatigavelmente, começava a desobedecer ao regulamento liberticida do Liceu. Não tardou a exercer certa liderança entre os colegas, que o viam suportar estoicamente os castigos, a abandonar as idéias sobre entes sobrenaturais, a amar a liberdade e a sentir que nele despertava um republicano capaz de manter-se vivo durante a existência inteira.<sup>1</sup>*

O espírito inquieto e inteligente de Comte despertava a ira da Instituição. Em uma ocasião na qual provocou grande alvoroço, o filósofo de Montpellier teve o pavilhão da orelha direita picado por um pontão de sabre, desferido por um vigilante do Liceu.<sup>2</sup>

Aos quatorze anos e meio completou Comte os cursos do Liceu, já com uma considerável soma de conhecimentos. Não tendo ainda idade para ingressar na Escola Politécnica, o Diretor do Liceu pediu autorização de seu pai para que continuasse no educandário e começasse o estudo das ciências.

Em 1814, aos 16 anos, Comte ingressa na Escola Politécnica de Paris, obtendo o primeiro lugar entre os classificados na lista do examinador para o Sul da França, Francoeur.

Na Politécnica, o Pai do Positivismo nutria verdadeira obsessão pelos estudos:

*"Comte estudava com avidez, em qualquer minuto disponível, nos intervalos das aulas, durante as refeições e muitas vezes pela noite a dentro. Foi assim precocemente informado de tudo quanto se passava no seu tempo. Em sua mesa de estudo viam-se mapas, as Constituições da França e dos Estados Unidos da América, discursos e manifestos dos homens da Revolução Francesa, que passou a conhecer desde esse tempo.*

<sup>1</sup> SOARES, Mozart P. *O Positivismo no Brasil*. Porto Alegre: AGE, 1998, p.12.

<sup>2</sup> SOARES, Mozart P. *O Positivismo no Brasil*. Porto Alegre: AGE, 1998, p.13.

*Os contemporâneos, colegas e professores logo passaram a ver naquele adolescente, não obstante seus traços ainda infantis, a maturidade de um adulto, com opiniões formadas sobre questões políticas ou sociais, assim como sobre os grandes homens, cujas vidas e lições o fascinavam.*"<sup>3</sup>

Mas, o caráter rebelde de Comte revelou sua inaptidão ao espírito de caserna da Escola. Os alunos tinham direito de apenas uma saída por semana para seus lazeres, a que os descontentes começaram a desobedecer, e à frente deles o "filósofo". E ele começou a receber reprovações que se acumulavam: por haver regressado à noite após a hora de recolher-se, por haver se dedicado à leitura durante a aula de desenho, por haver cantado na sala de estudos, por haver abandonado o anfiteatro durante as lições, por haver desrespeitado um inspetor.

Em 1816, "por liderar um movimento de rebeldia dos estudantes, é excluído da referida Escola. Regressando a Montpellier, lá assiste, por poucos meses, um Curso de Medicina, na faculdade local. Dedicase também aos estudos de História e Política. Desde então preocupou-se pelos problemas sociais, consagrando aos mesmos, durante sua vida toda, a capacidade intelectual com que fora dotado."<sup>4</sup>

Em dezembro de 1816, Comte regressa a Paris e passa a ministrar aulas particulares de Matemática, como meio de subsistência.

Nos fins de 1817, um dos amigos de Comte, percebendo a semelhança dos pensamentos deste com os de Saint-Simon, leva-o à presença do importante filósofo. Estreita amizade estabeleceu-se entre ambos, tornando-se Comte secretário particular de Saint-Simon, sofrendo dele inegável influência, cujo alcance, no entanto, é objeto de constantes controvérsias.<sup>5</sup>

Em 1825 Augusto Comte casa com Ana Carolina Massin, oriunda das "galerias de madeira", o mercado das mulheres de vida fácil de Paris.

Com o casamento, "Comte sonhava tranquilizar e ordenar a vida para realizar a obra que, a essa altura, já delineara. Mas a tranquilidade não chegou. Antes, multiplicaram-se as

<sup>3</sup> SOARES, Mozart P. *O Positivismo no Brasil*. Porto Alegre: AGE, 1998, p.16.

<sup>4</sup> DIDONET, Zilah C. *O Positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891*. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1977, p.12.

<sup>5</sup> *Idem*, p.13.

dificuldades. Se já eram escassos seus rendimentos para manter-se quando só, agora devia prover a existência de dois. Os alunos particulares com os quais contava reduziram-se a um somente."<sup>6</sup>

Sua mulher, ante a insuficiência de recursos, buscou ajuda de seu antigo amante, Antônio Cerclet. Após violenta discussão, Comte e Ana Carolina separaram-se, passando Comte a andar a esmo pelas ruas de Paris, dando início a um processo de desintegração mental.

Augusto Comte tenta o suicídio em duas oportunidades, sem êxito.

Em 1830 é publicado o primeiro volume do **Curso de Filosofia Positiva**, obra em que Comte expõe o seu sistema filosófico, que procura transformar a ciência em filosofia. A série de seis tomos foi completada até 1842; neste ano dá-se a separação definitiva de Comte e Carolina, que se opunha, como alguns amigos do filósofo se opunham, à publicação do prefácio do sexto volume daquela obra. Severa crítica é aí desferida aos acadêmicos, o que, de fato, lhe acarreta a perda do cargo de examinador de admissão, em 1844, e posteriormente, em 1851, o de repetidor da Escola Politécnica.

Daí em diante, até sua morte, o filósofo é sustentado pelo auxílio de discípulos e amigos.<sup>7</sup>

Em 1844 o filósofo de Montpellier encontra o grande amor de sua vida: *Clotilde de Vaux*. Por ela, Comte se apaixona perdidamente. Ocorre que Clotilde era casada com um homem preso e, por considerar sua união indissolúvel, dedicar-lhe-ia Comte apenas estreita amizade.

Clotilde de Vaux falece um ano após conhecer Comte, deixando-o na mais profunda dor. A partir de então, Augusto Comte passa a venerar a figura de Clotilde, transformando-a na inspiração de uma nova religião, a *Religião da Humanidade*.

Seus últimos anos de vida são amargurados pelas dificuldades econômicas e o desgosto pelo afastamento de seu discípulo Littré. Augusto Comte faleceu em 05 de setembro de 1857, encerrando-se assim uma vida de intenso trabalho, ardente idealismo e muito trabalho.

---

<sup>6</sup> SOARES, M. P. *Op. cit.*, p.37.

<sup>7</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit.*, p.14.



## 1.2 - O Positivismo Comteano

As linhas traçadas por Comte, que produziram um complexo roteiro para a mais completa reorganização da sociedade, alicerçaram-se em um pressuposto primeiro: a mais completa reforma intelectual do homem, a qual o distingue dos chamados reformadores utópicos - *Saint-Simon*, com quem convivera, *Charles Fourier* e *Robert Owen* - que privilegiavam a ação efetiva isolada como exemplo a ser seguido por todos os demais.<sup>8</sup>

A meditação de Comte se processa a partir do seu reconhecimento da "anarquia intelectual e moral" que ele detecta em seu tempo e de seu esforço para encontrar, "cientificamente", os caminhos que reconduzam à regeneração humana, devolvendo ao homem a sua unidade mental e moral. Embasada numa Teoria da ciência, a doutrina comteana é, assim, antes de tudo, uma filosofia política e da educação: é o problema político e pedagógico que comanda a construção de todo o edifício do positivismo e que, de resto, garante-lhe a coerência.<sup>9</sup>

O positivismo foi uma vigorosa resposta à filosofia kantiana, uma resposta previsível diante do exagero metafísico.

Ensina Roberto da Silva Fragale Filho:

*"A filosofia passara um longo tempo formulando respostas últimas e, através da metafísica, esboçara-se uma tentativa concreta de se compreender a natureza última da realidade. Mas, a resposta fornecida por Kant de que a realidade não poderia ser jamais desvendada, apreendida pela experiência, que se tratava de um fenômeno concebível mas não cognoscível, determinou, involuntariamente, o seu esgotamento. A colocação kantiana deixou desnudas as tentativas de Fichte, Hegel e Schelling fazendo, por conseguinte, aportar uma espécie de consenso: a resposta jamais viria. O ato seguinte teria como enredo o positivismo, uma vigorosa corrente filosófica que começava a ser formulada em contraposição aos excessos do Absoluto.*

<sup>8</sup> FILHO, Roberto da S.F. *A Aventura Política Positivista*. São Paulo: LTR, 1998, p.20.

<sup>9</sup> BARROS, Roque S.M. De. *As Idéias Políticas no Brasil-Vol.I*. São Paulo: Ed. Convívio. P.235.

(...) *É, entretanto, sob a moldura da sociedade francesa da primeira metade do século XIX - abalada e convulsionada pelos desdobramentos da Revolução de 1789, que o pensamento de Comte torna-se mais compreensível. Ele se insere na onda conservadora e reacionária que nesse instante se abate sobre a Europa. É um pensamento marcado pelas noções de ordem e estabilidade social, expressas através de conceitos tais como tradição, autoridade, hierarquia, coesão, ajuste, norma, ritual, etc., os quais encontrariam terreno fértil para desenvolver-se.*<sup>10</sup>

A filosofia positivista de Augusto Comte está calcada em três eixos básicos, formando um conjunto harmônico, onde se encontram vários elementos que vão entrar na estruturação de todo um sistema:

I- Uma *filosofia da História*, marcada pela idéia de que o progresso é uma lei irrefutável da humanidade, cujo itinerário conduz necessariamente à preponderância do estado positivo. A síntese máxima de tal filosofia é a denominada Lei dos Três dos Estados;

II- uma *fundamentação e classificação das ciências* a partir dos seguintes critérios: (a) ordem cronológica de seu aparecimento; (b) complexidade de cada uma das ciências; (c) sua generalidade decrescente; (d) a dependência mútua. Tal eixo, por demais hierarquizante, constitui o aspecto mais duradouro do legado comtista;

III- uma *Sociologia*, melhor designada por *física social*, que constitua o resumo e o coroamento das demais ciências que a precedem, bem como o ponto de partida da moral, da política e da religião, entendidas estas como positivas. Em outras palavras, a formulação científica que tornará possível a reforma das instituições e que sofreu o acréscimo, em momento muito posterior, de uma vertente religiosa descoberta por Comte tardiamente.<sup>11</sup>

Passa-se então a enfocar mais detidamente os fundamentos básicos do pensamento Comteano.

<sup>10</sup> FILHO, Roberto da S. F., *op.cit.*, p.15-16.

<sup>11</sup> FILHO, Roberto da S. F., *op.cit.*, p.20.

### 1.2.1-A Lei dos Três Estados

Comte explica o desenvolvimento da inteligência humana através de uma lei fundamental por ele descoberta. O espírito do homem, por sua própria natureza, ao investigar, emprega um método que passa sucessivamente por três fases: teológica ou fictícia, fase metafísica ou abstrata, e a fase positiva ou científica, último estágio de sua doutrina, isto é, o momento do regime definitivo da razão humana. Daí resultam três sistemas filosóficos ou sistemas de concepções sobre o conjunto dos fenômenos. A estas três etapas estão submetidos não só o espírito humano, mas todas as ciências e a própria marcha das civilizações.<sup>12</sup>

Doutrina Comte que:

*"Estudando, assim, o desenvolvimento total da inteligência humana em duas diversas esferas de atividade, desde seu primeiro vôo mais simples até nossos dias, creio ter descoberto uma grande lei fundamental, a que se sujeita por uma necessidade invariável, e que me parece poder ser solidamente estabelecida, quer na base de provas racionais fornecidas pelo conhecimento de nossa organização, quer na base de verificações históricas resultantes de um exame atento do passado. Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo. Daí três sortes de filosofia, ou de sistemas gerais de concepções sobre o conjunto de fenômenos, que se excluem mutuamente: a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira ,*

<sup>12</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit.*, p.16.

*seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição.*"<sup>13</sup>

No *estado teológico* o espírito humano vai em busca de conhecimentos absolutos, investigando as causas primeiras e últimas dos fenômenos que o rodeiam. Nesta investigação atribui a agentes sobrenaturais a explicação dos fatos observados, cuja ocorrência depende unicamente do livre arbítrio desses agentes.

Para Comte, "no estado teológico, o espírito humano, dirigindo essencialmente suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo."<sup>14</sup>

O estado *teológico* é o estágio mais atrasado da civilização. O espírito humano, devido a sua ignorância, ainda não conhece as causas reais e naturais dos fenômenos e os explica pela ação direta e contínua de forças fictícias e agentes sobrenaturais, mágicas, míticas, divinas (fetiches, duendes, espíritos, deuses, Deus, etc.), cuja intervenção arbitrária explicaria todas as criações e mudanças do universo.<sup>15</sup>

Comte divide o estado teológico em três fases: fetichismo, politeísmo e monoteísmo.

1ª) FETICHISMO. *É a fase mais primitiva*, que não difere do estado mental que atingem os animais superiores. Consiste em atribuir a tudo que existe uma vontade, uma alma, um espírito ou uma vida análoga à nossa. Nessa fase, os homens atribuem a causa dos fenômenos a *forças mágicas imanes* que existiriam dentro dos objetos (coisas, plantas, animais ou pessoas), com poderes benéficos ou maléficos. Certos povos adoravam o Sol, outros adoravam a vaca, os totens (totemismo) ou outros objetos, por acreditarem que possuíam o poder de fazer o bem, que o homem procura atrair, ou o mal, que o homem procura evitar.

2ª) POLITEÍSMO. Nessa fase a força mágica é retirada dos objetos materiais para ser misteriosamente transportada a diversos *seres fictícios*, habitualmente invisíveis, cuja intervenção

<sup>13</sup> COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. In: Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000, p.22.

<sup>14</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, p.22.

<sup>15</sup> BAZARIAN, Jacob. *Introdução À Sociologia*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986. P.25.

ativa e contínua se torna daí por diante a origem direta de todos os fenômenos naturais e humanos. É quando os homens atribuem a causa de um grupo de fenômenos à vontade de um deus correspondente que dirigiria esse setor.

3ª) MONOTEÍSMO. Quando os homens atribuem a causa de todos os fenômenos à *vontade onipotente de um só deus* e à sua suprema sabedoria.

Por exemplo, na religião monoteísta judaica-cristã-maometana, Deus é o criador de tudo que existe e responsável por tudo que acontece no mundo: morre uma criança, há genocídio, alguém nasce aleijado, há um terremoto e morrem milhares de pessoas - tudo porque assim foi a vontade e a suprema sabedoria de Deus.<sup>16</sup>

A forma política correspondente ao estado teológico é a monarquia absoluta apoiada pelo militarismo.

Por seu turno, o *estado metafísico* sucede ao estado teológico; as ocorrências fenomênicas não são atribuídas a agentes sobrenaturais, mas a formas abstratas. Estas idéias ou forças abstratas paulatinamente vão se unificando até terminar numa só entidade - a NATUREZA.<sup>17</sup>

Esclarece Bazarian que:

*"O estágio metafísico é uma simples modificação geral do estado anterior, quando os agentes sobrenaturais são substituídos por forças ou virtudes abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas ou entizadas), inerentes aos diversos estados do mundo e concebidos como capazes de engendrar por si mesmos todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste então em assinalar para cada um deles a abstração correspondente.*

*Eis alguns exemplos de explicação metafísica ou abstrata: Por que os corpos caem? É porque eles têm horror ao vácuo (Aristóteles). Por que chove? É porque a água quer voltar à sua origem. Por que o ópio faz dormir? É porque tem virtude dormitiva."*<sup>18</sup>

<sup>16</sup> BAZARIAN, JACOB, *op.cit.*, p.26.

<sup>17</sup> DIDONET, Zilah C. *op.cit.*, p.17.

<sup>18</sup> BAZARIAN, Jacob, *op.cit.*, p.27.

Neste estágio, "as causas dos fenômenos passam a ser decorrentes da ação de entidades especiais: a vida, por exemplo, não depende da vontade divina, mas de um chamado 'princípio vital'.<sup>19</sup>

Nas palavras de Comte:

*"O segundo estado destina-se unicamente a servir de transição entre o primeiro e o terceiro. Seu caráter é espúrio, ele vincula os fatos segundo idéias não mais totalmente sobrenaturais, mas ainda não completamente naturais: São abstrações personificadas, nas quais o espírito pode ver o nome místico de uma causa sobrenatural ou o enunciado abstrato de uma simples série de fenômenos, conforme esteja mais próximo do estado teológico ou do estado científico. Esse estado metafísico supõe que os fatos, ao se tornarem mais numerosos, ao mesmo tempo se aproximam segundo analogias mais amplas."<sup>20</sup>*

Na esfera política, dá-se a substituição dos reis pelos legisladores, passando a vigorar a doutrina da soberania dos povos.

Por sua vez, o estado *positivo* é o definitivo; o espírito humano curva-se à evidência de não conseguir atingir as noções absolutas e usa a observação e o raciocínio para investigar as leis que regem os fenômenos e estabelecer suas relações e similitudes. Enquanto que na fase teológica e metafísica predomina a imaginação e a argumentação, respectivamente, na fase positiva estas ficam subordinadas à observação.<sup>21</sup>

O estado positivo *"é o estágio mais evoluído, quando os homens explicam os fenômenos por suas causas reais e naturais. Nesse estado os homens abandonam a explicação teológica e metafísica da realidade e tentam descobrir as leis reais que regem os fenômenos, isto é, as relações constantes de sucessão e similitude, que existem entre os fenômenos, mediante a observação, a experimentação e a sua comprovação na realidade."*<sup>22</sup>

Afirmando a perfeição do estado positivo, Augusto Comte explicita:

<sup>19</sup> SOARES, Mozart Pereira, *op.cit.*, p.47.

<sup>20</sup> *Apud* FRAGALE FILHO, Roberto da S. *op.cit.*, p.22.

<sup>21</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit.*, p.17.

<sup>22</sup> BAZARIAN, Jacob, *op.cit.*, p.27.

*"Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir."*<sup>23</sup>

Este último estágio da nossa evolução mental só poderia ser atingido após uma longa série de observações. Era necessário que o homem pudesse verificar a correlação invariável entre uma determinada causa e um certo efeito. É justamente essa correlação fixa, entre causa e efeito, que caracteriza o fato científico. Os fenômenos naturais sendo invariáveis, permitem antecipar o resultado das operações em todos os domínios da natureza, desde o mais simples, como na matemática, até os mais complexos, que são os sociais.

No período teológico, os acontecimentos , dependendo até do capricho divino, não permitem a certeza no resultado de nossos atos. Ainda um certo grau de mistério permanece na explicação dos fatos , durante o estágio metafísico. Na etapa científica ou positiva, os fenômenos não dependem mais de vontades ou desejos, seja dos deuses, seja do homem.<sup>24</sup>

A Lei dos Três Estados destinava-se a descrever a evolução cultural da humanidade ou a marcha progressiva do pensamento da humanidade.

Assim, não só o conhecimento, mas também toda a história da sociedade humana passaria por três "estados" teóricos diferentes e sucessivos: o estado teológico ou fictício, que se identifica com a Antiguidade; o estado metafísico ou abstrato, que se identifica com a Idade Média, e o estado positivo ou científico, que começa na Idade Moderna.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, p.22-23.

<sup>24</sup> SOARES, Mozart Pereira, *op.cit.*, p.47-48.

<sup>25</sup> BAZZARIAN, Jacob, *op.cit.*, p.28.

A marcha do espírito positivo é inexorável: não se confundem a ciência real e a vã acumulação de conhecimentos. O genuíno espírito positivo consiste em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais.

Conclui Fragale Filho que:

*"As formulações comtianas carregam intensa dose de a-historicidade: o que atualmente é verdade, também o foi no passado e será no futuro. Às claras tintas de a-historicidade, somam-se a neutralidade e a objetividade, por isso que a ciência não é ato, mas espetáculo. A mensagem é quase explícita: o caminho para o conhecimento é a contemplação, que decodifica a natureza e formula leis invariáveis, demonstrativas de um conhecimento linear cada vez mais próximo da verdade absoluta. E o olhar positivista é de um intenso otimismo ao acreditar que a propagação de seu espírito e da idéia de humanidade criará uma cumplicidade ímpar a assentar as novas bases associativas dos homens."*<sup>26</sup>

A forma de governo correspondente ao estado positivo é a República Ditatorial.

### 1.2.2 - A Sociedade Positivista

O estado teológico e o metafísico, diz Comte, estão ultrapassados; reina a anarquia e o caos nas sociedades civilizadas. O Positivismo propõe-se a reorganizá-las sem Deus, nem Rei; por meio da ciência e do espírito de fraternidade universal.

Explica Barros:

*"A 'anarquia', contudo, não é um acontecimento circunstancial, que poderia ser evitado, outros fossem os caminhos trilhados pelo homem em sua história: submetida à rigidez do determinismo, esta segue uma*

<sup>26</sup> FRAGALE FILHO, Roberto da S, *op.cit.*, p.22-23.



*via necessária, que passa obrigatoriamente pela anarquia, antes de conduzir-nos à síntese positiva. À filosofia positiva cabe esclarecer qual esse caminho necessário, objeto da dinâmica social(ou filosofia da história), traçado sobre uma estrutura permanente, objeto da estática social, nos termos do apotegma comteano, segundo o qual o 'progresso é o desenvolvimento da ordem'. Mas esse desenvolvimento não é indolor: dir-se-ia que o progresso, antes de atingir o seu alvo - a ordem plenamente desenvolvida - desorganiza aquela estrutura permanente."*<sup>27</sup>

O filósofo de Montpellier repudia o regime monárquico, porque para este, a reorganização da sociedade está vinculada à restauração do estado teológico, já superado pela marcha da civilização. Na fase teológica, as relações sociais estão baseadas na idéia sobrenatural do direito divino dos reis. Da mesma forma repele Comte a doutrina da soberania popular, por corresponder ao estado metafísico da política. Esta doutrina, ou **direção crítica**, isto é, o direito individual do exame dos fatos, visando a demolir as idéias vigentes, consagra, sob o ponto de vista espiritual, o dogma da liberdade ilimitada de consciência, cujas origens remontam ao princípio do livre exame em matéria religiosa, estabelecido por Lutero. O dogma da **soberania popular** foi criado para impugnar o princípio do **direito divino dos reis**, solapando as suas bases teológicas. Mas torna-se necessário abandonar a **direção crítica** e adotar-se a **direção orgânica**, que, ao contrário da primeira, criada para destruir, tem por meta a construção de uma nova sociedade, estabelecida em bases científico-positivas.

Comte insurge-se contra esses dogmas, vendo apenas a substituição do arbítrio dos reis pelo arbítrio dos povos.<sup>28</sup>

A desordem e a anarquia do seu tempo consistiam exatamente nessa confusão de princípios, com a base da sociedade já industrial, mas ainda sob a direção de muitos dogmas e ideais teológicos e metafísicos. As ciências do homem encontravam-se voltadas ainda para dogmas absolutos, naturais ou sobrenaturais, baseados em providências, entidades e essências, quando se devia cuidar da existência social do presente.

<sup>27</sup> BARROS, Roque S.M. De, *op.cit.*, p.236.

<sup>28</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit.*, p.18.

Destarte, o progresso e a evolução estariam na adoção de uma orientação científica, positiva, para a sociedade.

Necessário, então, que:

*" Em política ocorra o mesmo, pela adoção da doutrina orgânica, única capaz de tirar aos reis a direção retrógrada e aos povos a direção crítica. É necessário que 'homens competentes'(teoristas) estabeleçam a doutrina científica da política, elevando esta à categoria de ciência de observação. Comte atribuiu-se esta tarefa, da qual, como expressão objetiva, nasce a **Ditadura Republicana**. Com a implantação do estado positivo, surgirá a época científica e industrial, que há de trazer a fraternidade e a paz entre os povos."*<sup>29</sup>

Para reorganização dessa nova sociedade, Comte apresente um plano em que se faz necessário duas séries de trabalhos: A primeira série é teórica ou espiritual, enquanto que a segunda é prática ou temporal.

Os **trabalhos teóricos** tratam de estabelecer o sistema e coordenar as idéias que vão orientar a nova sociedade. Esta formulação de princípios-guia é a tarefa mais importante, e só depois deverá ter lugar a série de **trabalhos práticos ou temporais**, cujo objetivo consistirá, aplicando os estudos teóricos, em cuidar da distribuição do poder e da determinação de uma parte administrativa que seja consentânea com o sistema criado.<sup>30</sup>

Esclarece Didonet o objetivo comteano:

*"A nova sociedade preconizada por Comte consiste num estado pacífico-industrial. Quando as nações viam na guerra o seu meio de prosperidade, era óbvio que a sociedade desse ao poder militar a direção dos negócios temporais. A indústria, nesse momento, era apenas um instrumento subalterno. No entanto, quando as sociedades se conscientizarem de que reside nas atividades pacíficas, isto é, nas indústrias, a sua fonte de riqueza, a direção dos negócios temporais passará às mãos de chefes de indústrias, e a força militar terá*

<sup>29</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit.*, p.19.

<sup>30</sup> DIDONET, Zilah C. *op.cit.*, p.19.

papel secundário, apenas de caráter passivo, e até num futuro poderá tornar-se inteiramente inútil."<sup>31</sup>

Assim, entende Comte que não seria possível reorganizar a sociedade em novas bases sem antes haver a preparação das mentes, através da educação inteiramente positiva. A reorganização deve ser primeiro mental, depois moral e, finalmente, atingir a política.

Salienta Comte a relevância da educação:

*"todas as vezes que chegamos a exercer uma grande ação, é somente porque o conhecimento das leis naturais nos permite introduzir, entre as circunstâncias determinadas sob a influência das quais se realizam os diversos fenômenos, alguns elementos modificadores que, em que pese a sua própria fraqueza, bastam, em certos casos, para fazer reverter, em nosso proveito, os resultados definitivos do conjunto das causas exteriores. Em resumo, ciência, daí previdência; previdência, daí ação: tal é a fórmula muito simples que exprime, de uma maneira exata, a relação geral da ciência e da arte, tomando essas duas expressões em sua acepção total."*<sup>32</sup>

Verifica-se assim o enorme interesse dos positivistas na reforma do sistema de ensino, visando difundir a educação positiva.

A separação e independência dos poderes temporal e espiritual é o princípio básico na reorganização da sociedade.

No início das civilizações, os trabalhos teóricos e práticos estavam afetos à mesma pessoa; o poder espiritual e o poder temporal estavam unidos num só indivíduo, e assim formavam-se as teocracias. Com o evoluir do espírito humano, inicia-se uma paulatina separação entre os dois poderes, de acordo com as capacidades.<sup>33</sup>

Assim, no sistema comtiano, o **poder espiritual** cabe aos **cientistas**, que são os elementos capacitados, por sua cultura intelectual e por seus estudos das ciências de observação.

<sup>31</sup> DIDONET, Zilah C., *op.cit.*, p.19.

<sup>32</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, p.47-48.

<sup>33</sup> DIDONET, Zilah C., *op.cit.*, p.20.

O **Poder temporal** pertence aos **chefes industriais**, uma vez que o primeiro objetivo da reorganização da sociedade é o desenvolvimento industrial. Daí a capacidade industrial tomar o lugar do poderio feudal ou militar.<sup>34</sup>

Destarte, o que ocorre no poder temporal, acontece no poder espiritual: quando os conhecimentos eram conjecturais e metafísicos, o normal consistia em que a sociedade entregasse os negócios espirituais aos teólogos-metafísicos. Porém, quando os conhecimentos passaram a ter por base a observação, os negócios espirituais devem ser atribuídos à capacidade científico-positiva.

Comte entendia que os poderes espiritual e temporal deveriam atuar em perfeita sintonia e convergência, sem predominância de um sobre o outro.

Quando qualquer um desses poderes predominar sobre o outro, haveria um estado de anomalia social, caracterizadora de vários momentos da evolução humana.

Se o poder espiritual submeter o temporal, como nas teocracias, em que a casta sacerdotal acumulava as duas formas de dominação, o resultado é a imobilização do avanço humano.

Quando, ao contrário, o poder temporal subjugar o espiritual, o regime político será totalitário, podendo progredir materialmente, pela convergência forçada, ao capricho dos detentores do mando.<sup>35</sup>

As forças positivas que devem atuar na tarefa da criação dessa nova sociedade são, portanto, os **cientistas**, que determinam o plano do sistema; os **artistas**, que, através das belas-artes, vão promover a adoção desse plano; finalmente, os **industriais** executam o sistema, através do funcionamento das instituições práticas.

Estabelecidas distintamente as missões de cada grupo, verifica-se a responsabilidade dos cientistas, uma vez que sua tarefa, isto é, a formulação teórica ou espiritual, é, na reorganização da sociedade, "a sua alma, a parte mais importante e mais difícil, embora somente preliminar."<sup>36</sup>

<sup>34</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit.*, p.21.

<sup>35</sup> SOARES, Mozart Pereira, *op.cit.*, p.59.

<sup>36</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit.*, p.21.

### 1.2.3 - O aspecto religioso

Comte propunha transformar o positivismo na Religião da Humanidade, objetivo que tinha raízes no fenômeno do messianismo político, haurido na obra e escola do filósofo Saint-Simon, de quem o fundador do positivismo tinha sido secretário entre 1817 e 1818.

Augusto Comte, como o Conde Saint-Simon, era consciente de que lhe estava incumbida uma missão providencial. Em que pese o fato de apenas nos últimos doze anos da sua vida, a partir de 1845, ele ter feito uma síntese, visando interpretar a sua missão em termos religiosos, desde cedo entende que o seu trabalho está indissolivelmente ligado ao esforço por salvar a sociedade da anarquia em que tinha mergulhado após a Revolução Francesa, mediante a adoção de um novo sistema orgânico.<sup>37</sup>

Outrossim, o caráter salvífico de regeneração social terá importante seqüelas no campo político: Só o espírito superior(Comte) e os cientistas positivos conhecem o caminho para salvar a sociedade da crise em que afunda.

Para Comte, Religião "indica o estado de completa *unidade* que distingue nossa existência, a um tempo pessoal e social, quando todas as suas partes, tanto morais como físicas, convergem habitualmente para um destino comum.

(...) A religião consiste, pois, em *regular* cada natureza individual e em *congregar* todas as individualidades."<sup>38</sup>

Concluiu Comte pela "necessidade de uma nova religião que, fundada sobre o espírito positivo, consiga a restauração do sentimento unificado, que dê base e calor para a ação. A religião é o poder de regular as vontades individuais e de entrelaçá-las."<sup>39</sup>

<sup>37</sup> RODRIGUEZ, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Unidade V e VI*. Brasília:Ed:Universidade de Brasília, 1982, p.23.

<sup>38</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, p.119.

<sup>39</sup> SICHES, Recásens. *Tratado de Sociologia - Vol. I*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1968, p.55.

A Religião da Humanidade implica síntese, harmonia e, ao mesmo tempo, desenvolvimento sistemático da unidade humana; liga e religa: liga o interior pelo amor, e o religa ao exterior pela fé. Colhe o homem inteiro: sentimentos, pensamentos e atos; daí a religião se manifestar, respectivamente, em três partes: Culto, Dogma e Regime.

O **Culto** é o domínio do sentimento, sendo constituído de inúmeras práticas religiosas, que se estruturam sob a forma de culto privado, endereçado à Mulher, por ser o sexo afetivo, inspiradora dos sentimentos altruístas, e à veneração dos antepassados; e o culto público, dedicado à Humanidade, onde se honram os grandes homens. Para isso, Comte elaborou um calendário positivista, no qual cada mês, semana e dia têm seu patrono.<sup>40</sup>

O objetivo principal do Culto é o de incentivar o sentimento fraterno, que levará o homem a viver para outrem.

Conforme Augusto Comte, "à medida que a atividade material se vai tornando mais coletiva, ela tende cada vez mais para o caráter altruísta, posto que o impulso egoísta tenha que ficar sempre indispensável a seu primeiro surto. Com efeito, trabalhando cada um habitualmente para outrem, semelhante existência desenvolve os afetos simpáticos, quando é assaz apreciada."<sup>41</sup>

A Religião da Humanidade possui sacramentos, inspirados diretamente do catolicismo, segundo confissão do próprio Augusto Comte.

Eis os nove sacramentos do regime comtiano:

1-Apresentação: compreendendo o batismo, ato pelo qual a família dedica um descendente ao serviço da Humanidade.

2-Iniciação: Passagem da educação da família para o sacerdócio.

3-Admissão: ato pelo qual o indivíduo se emancipa e passa a dar à Humanidade sua cooperação, visto que até aqui havia apenas recebido.

---

<sup>40</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit.*, p.22.

<sup>41</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, p.127.

4-Destinação: através dela o cidadão recebe sua investidura para servir ao *Grão Ser* de acordo com suas aptidões e preparo.

5-Matrimônio: Monogâmico e indissolúvel, mesmo após a morte eventual de um dos cônjuges. Institui, assim, a viuvez *eterna*(um outro casamento configuraria um caso de *poligamia subjetiva*).

6-Maturidade: entre 42 e 63 anos. Período de plenitude humana, pela experiência acumulada e aperfeiçoamento de aptidões.

7-Retiro: iniciando-se aos 63 anos, quando termina a carreira prática do cidadão.

8-Transformação: concretizada com a celebração da morte.

9-Incorporação: cerimônia pela qual após sete anos do falecimento e mediante juízo sacerdotal, baseado no exame da vida do morto, pode ser ele incorporado ao Grande Ser, como prêmio final de uma existência digna.<sup>42</sup>

O sacramento do Retiro, que marca, aos 63 anos de idade, o fim da atividade direta, tem forte conotação político-administrativa, pois estabelece que, na ordem positiva, um funcionário qualquer, sobretudo temporal, designa sempre seu sucessor, sob a sanção de seu superior.

O **dogma** é o conjunto dos dados científicos. Este sistema natural, seguindo o princípio da dependência crescente, deve ser apreciado, primeiro como cosmológico, depois como biológico, e por fim como sociológico. No dogma positivo conciliam-se dois atributos que antes eram incompatíveis: o fixismo e o relativismo. O primeiro é constituído pelas aquisições imodificáveis da ciência; o segundo, pela sua perfectibilidade ilimitada.<sup>43</sup>

O dogma fundamental da doutrina positivista é o dogma do Grande Ser, isto é, a Humanidade, com que essa religião substitui a Deus.

Apoiando-se em Condorcet, que viu a Humanidade como uma comunidade de seres, passados, presentes e futuros, desenvolve a teoria do Grande Ser que substitui e elimina

<sup>42</sup> SOARES, Mozart Pereira. *Op.cit.*, p-84-85.

<sup>43</sup> DIDONET, Zilah C., *op.cit.*, p.23.

irrevogavelmente, a idéia de Deus. Só esse *Grão Ser* representa, em realidade, a providência humana; é o ser que nos cria, nos assiste e nos encaminha em todos os nossos atos convergentes com a coletividade.<sup>44</sup>

Para Comte, "em torno deste verdadeiro Grande Ser, motor imediato de cada existência individual ou coletiva, nossos afetos se concentram tão espontaneamente quanto nossos pensamentos e ações."<sup>45</sup>

Segundo Siches, "mediante esta nova religião, em que Deus é substituído pela Humanidade(à qual Comte também chama de 'Grande Ser') espera obter a unificação das crenças e das práticas. Esta religião funda a Ética, representante do sentimento de altruísmo."<sup>46</sup>

Doutrina Augusto Comte:

*"Humanidade é o conjunto dos seres humanos, passados, futuros e presentes. Esta palavra conjunto indica-vos bastante que não se deve compreender aí todos os homens, mas só aqueles que são realmente assimiláveis, por efeito de uma verdadeira cooperação na existência comum. Posto que todos nasçam necessariamente filhos da humanidade, nem todos se tornam seus servidores, e muitos permanecem no estado parasitário, que só foi desculpável durante a sua educação. Os tempos anárquicos fazem sobretudo pulular, e demasiadas vezes florescer, esses tristes fardos do verdadeiro Grande Ser."*<sup>47</sup>

Entre os servidores da humanidade, deve-se distinguir duas existências: uma objetiva, temporária, mas direta, constitui a vida propriamente dita; a outra, subjetiva, indireta, mas permanente, que só começa depois da morte. Esta existência subjetiva, torna-se imortal através do coração e do espírito, na memória dos que ficam, consubstanciado no célebre adágio Comtiano de que "os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos: tal é a lei fundamental da ordem humana."

<sup>44</sup> SOARES, Mozart Pereira, *op.cit.*, p.78.

<sup>45</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, 127.

<sup>46</sup> SICHES, Recásens, *op.cit.*, p.55.

<sup>47</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, p.134.



O culto e o dogma, no entanto, são preparatórios para a ação ou conduta humana, que é regulada, diretamente, por um conjunto de práticas que constitui o **regime**, cuja regra fundamental é: **viver às claras**.<sup>48</sup>

Em síntese, a vida humana tem por finalidade a conservação e aperfeiçoamento do Grande Ser, ao qual cumpre amar, conhecer e servir, dentro da sistematização religiosa do culto, dogma e regime.

Em outros termos, fora do projeto totalizante da religião comteana, perde sentido a vida humana. A felicidade é questão de inserção incondicional do indivíduo no todo social, num destino comum.

Esta concepção autoritária e messiânica terá forte influência no campo político, conforme oportunamente se verá.

#### *1.2.4 - A perspectiva política do positivismo*

A expressão **ditadura**, atualmente, sofre conotação de um sistema opressivo em que as liberdades desaparecem e os direitos dos cidadãos são restringidos ou simplesmente cancelados. O poder, seja pessoal ou coletivo, é exercido de maneira absoluta e sem órgão de controle. Diferente, porém, é a perspectiva positivista que, por **Ditadura Republicana** propugna uma **República Científica**.<sup>49</sup>

É importante que sejam apresentados os princípios norteadores da referida República, com o fito de melhor embasar a apreciação da Constituição Rio-grandense de 1891.

<sup>48</sup> DIDONET, Zilha C., *op.cit.*, p.25.

<sup>49</sup> DIDONET, Zilah C., *op.cit.*, p.26.

A República Científica não deve ter cunho político, mas simplesmente técnico. Aqui se vislumbra o postulado-mater posto em circulação pelo positivismo, segundo o qual o *poder vem do saber*, em contraposição ao lema liberal de que o *poder vem da representação*.<sup>50</sup>

Há a proclamação da primazia do sentimento social, consagrando todas as forças da sociedade ao bem geral. Não é em nome de Deus, ou do direito pessoal, ou do bel-prazer, que o poder será exercido, mas em nome do dever imposto pela natureza de cada função social, isto é, em nome do bem público, em nome supremo da Humanidade.

No regime Comteano, a unidade e harmonia entre todos os elementos da nossa vida não resultam do predomínio das tendências pessoais, devido a que essas nos arrastam em diferentes direções. Tal unidade e harmonia somente podem resultar da subordinação de todos aos sentimentos sociais, que podem ser levados a atuar numa direção uniforme graças a um sistema comum de convicções, mas que diferem de inclinações pessoais.

Em síntese: A vida social constitui uma restrição perpétua sobre as propensões egoístas, só se reconhecendo deveres de todos para com todos.

Explica Didonet acerca do regime político pugnado por Comte:

*"A característica básica da Ditadura Republicana é ser temporal e não espiritual; daí ser assegurado à massa o pleno direito de exposição e discussão. Augusto Comte preconiza, ainda, a convergência de todo o poder político nas mãos de um só estadista, que será responsável perante todo o país, com direito de vitaliciedade, mas não de hereditariedade. Esta vitaliciedade ou hereditariedade sociocrática dá-lhe o direito de escolher seu sucessor, sob a dupla supervisão de seus superiores e da opinião pública, assim garantindo a continuidade social. O filósofo afirma que 'toda escolha dos superiores pelos inferiores é profundamente anárquica'."*<sup>51</sup>

A hierarquia social do Positivismo assenta-se sobre o mérito, o que significa a escolha dos mais capazes.

<sup>50</sup> PAIM, Antonio, *op.cit*, p.559.

<sup>51</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p.27.

Consoante leciona Ivan Lins "Só o próprio ocupante de altos cargos industriais, administrativos e políticos é, entretanto, ao ver de Comte, competente para julgar as qualidades pessoais exigidas pelas respectivas funções de modo a decidir convenientemente a escolha de seu sucessor."<sup>52</sup>

Face essa orientação, insurge-se Comte contra o sufrágio universal, que considera elemento corruptor da razão popular, que fora anteriormente preservada dos sofistas constitucionais e dos conluíus parlamentares que afetavam os ricos e letrados.

Para se constatar do desprezo que Comte nutria pela democracia, atente-se para o seguinte trecho:

*"Vimos, pois, abertamente libertar o Ocidente de uma democracia anárquica e de uma aristocracia retrógrada, para constituirmos, tanto quanto possível, uma verdadeira sociocracia, que faça concorrer sabiamente para a regeneração comum todas as forças humanas, aplicadas sempre conforme a natureza de cada uma. Com efeito, nós, sociocratas, não somos nem democratas nem aristocratas.*

*(...) Mas, conquanto nossa política se eleve igualmente acima destas duas tendências incompletas e incoerentes, estamos longe de aplicar hoje a mesma reprovação aos dois partidos correspondentes. Trinta anos há que dura minha carreira filosófica e social e sempre senti um profundo desprezo pelo que se tem chamado, sob nossos diversos regimes, a oposição (grifo nosso), e uma secreta afinidade pelos construtores quaisquer."*<sup>53</sup>

O regime deve dispor de uma poderosa e inflexível energia política, que somente a ditadura republicana saberá desenvolver, e nunca o parlamentarismo, sendo este o principal instrumento do domínio dos letrados e da resistência burguesa contra a regeneração social.

Todo o poder político deve estar concentrado na pessoa do ditador, com uma Câmara consideravelmente reduzida em número, com função meramente financeira.<sup>54</sup>

<sup>52</sup> Apud DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p.33.

<sup>53</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, p.97.

<sup>54</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p.28.

A fiscalização do regime ficaria a cargo da opinião pública. Quando o Ditador quisesse entrar o progresso social ou abandonar o interesse geral, a opinião pública forçaria a destituição do governante. A Câmara financeira, por sua vez, excepcionalmente, serviria de órgão e de instrumento da opinião pública, recusando a votação dos impostos.

Os aspectos ditatoriais refletem-se somente sobre o poder temporal, sendo resguardada totalmente a liberdade espiritual.

Ivan Lins diz que "como instituição política, a **liberdade espiritual**, de pensamento ou de **consciência**, consiste em não se coagir ninguém, **materialmente**, a seguir qualquer opinião e sentimento, e, bem assim, em não se impedir que manifeste, de forma pacífica, o seu pensamento e modo de sentir. Refiro-me à manifestação pacífica do pensamento e dos sentimentos, e não à incitação de atos violentos contra as coisas e pessoas, que o Governo temporal está não só no direito, mas ainda no dever de reprimir e até de prevenir."<sup>55</sup>

Alcançada a plena liberdade de exposição e de discussão, faz-se necessário completá-la pela total abolição do orçamento teórico: seja teológico, metafísico ou científico.

O Positivismo Comteano pregava a não-interferência do Estado na Religião, na Universidade no ensino superior:

*"A verdadeira liberdade exige que todas as doutrinas que aspiram à supremacia social, estejam sob o mesmo pé de igualdade, sem privilégios por parte do Estado. Este não deve subsidiar igrejas, presidir sistemas de educação, sustentar associações literárias ou científicas, focos de doutrinas atrasadas ou perturbadoras. Para isso é preciso suprimir toda religião de estado, todo ensino superior e secundário do Estado e toda a ciência do Estado, abolindo os três orçamentos respectivos: orçamento eclesiástico, orçamento universitário e orçamento acadêmico."*<sup>56</sup>

O Positivismo atribui grande influência ao ensino, uma vez que a reorganização da sociedade só pode ser feita pelo ensino e não pelas armas,. A arma da nova sociedade é a educação; daí porque os positivistas são essencialmente pacifistas; o estado positivo representa a

<sup>55</sup> In DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p.28.

vitória do estado industrial-pacífico, que tende a substituir o sistema feudal-militarista. Tal transformação deve ocorrer não por meio da força, mas sim pela frutificação e amadurecimento do ensino ministrado (de cunho positivista).

Por seu turno, Augusto Comte era favorável à abolição de diplomas e privilégios decorrentes de estudos especializados. O estado promoveria concursos livres para provimento de todo e qualquer cargo para médicos, advogados, professores e outros, sem valorização nenhuma de diplomas e títulos.

A ditadura republicana, após completar a liberdade teórica, poderá concentrar toda a sua atividade no desempenho de suas atribuições administrativas, de caráter temporal, buscando alcançar o êxito desejado: **ordem e progresso**.

A distinção entre a estática social e a dinâmica social, é aspecto basilar da sociologia comtiana. A primeira estuda as condições constantes da sociedade; a segunda investigaria as leis de seu progressivo desenvolvimento. A idéia fundamental da estática é a ordem; a da dinâmica, o progresso. Este nada mais é do que a ordem em movimento. Comte afirma que em qualquer estrutura social há sempre movimento incessante, transformações e dinamismo que não param.

O Positivismo, sistematizando as leis do desenvolvimento social, demonstra que sempre e por toda a parte, o **progresso** não é senão o desenvolvimento da **ordem**, e que não pode haver ordem sem progresso, nem progresso sem ordem.<sup>57</sup>

Para Comte, a dinâmica social subordina-se à estática, pois o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade: religião, família, propriedade, linguagem, acordo entre poder espiritual e temporal, etc.

O regime Comtiano exalta a Família, a Pátria e a Humanidade. São sociedades que se conectam intimamente. A Família relaciona-se com a Humanidade por intermédio da Pátria. Assim, cada existência deve consagrar-se à Pátria e à Humanidade.

Destarte, verifica-se o caráter eminentemente social do regime comtiano, que assume a obrigação de resolver a problema da incorporação do proletariado na sociedade:

---

<sup>56</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p.29.

*"um proletário qualquer deve possuir todos os materiais de uso exclusivo e contínuo, quer seu, quer de sua família. Esta regra, evidentemente realizável, é o único meio de assegurar a ordem prática. Porém, longe estamos de seu digno preenchimento. Muitos homens estimáveis não gozam ainda da propriedade de seus móveis mis usuais; e alguns nem sequer têm a de seu vestuário. Quanto ao domicílio, vós sabeis que a maioria dos proletários está antes acampada do que alojada em nossas cidades anárquicas."*<sup>58</sup>

O filósofo de Montpellier era adepto das pequenas pátrias, repúblicas circunscritas, de reduzida dimensão territorial. Em pátrias assim restritas, o sentimento nacional torna-se um verdadeiro intermediário entre a afeição doméstica e o amor universal.

O Positivismo preocupa-se intensamente com o aspecto moral, manifestado também pela teoria das pequenas pátrias. É necessário, para obter-se a vitória do altruísmo sobre o egoísmo, que cada um sinta profundamente sua participação e a de todos os outros na construção da sociedade.

Daí a responsabilidade de cada um gerir honestamente os bens que a Humanidade lhe confiar, e exercer os cargos administrativos com a inteireza moral.<sup>59</sup>

### 1.3 - O Positivismo no Brasil

Na segunda metade do século XIX, na Europa, e mais tarde no Brasil, o panorama filosófico se altera. A nova palavra de ordem é reivindicar o valor das ciências particulares contra as áridas construções metafísicas do idealismo transcendental que vai de Fichte a Hegel e o valor da experiência contra o apriorismo próprio da filosofia romântica. Esse novo e vasto movimento filosófico foi o Positivismo que deve ser tido não apenas como uma direção especulativa mas,

---

<sup>57</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p.31.

<sup>58</sup> COMTE, Auguste, *op.cit*, p.292.

<sup>59</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p.34.

principalmente, como um movimento que enformou a cultura europeia a partir da segunda metade do século XIX<sup>60</sup>.

Em meados do século XIX, o Brasil está altamente receptivo às correntes filosóficas europeias, destacando-se entre estas o Positivismo. O governo imperial, de sua parte, não possui uma consciência política, tão pouco uma filosofia de regime.

Esclarece José Veríssimo que:

*"a monarquia esfacelada e decomposta, não tendo por si sequer a crença do imperante no regime imbecil, no rigor do vernáculo da palavra; a Igreja, impotente, desmoralizada pelo regalismo, sem recursos materiais e morais, que nem clero possuía suficiente para as necessidades rituais; o academicismo, vegetando no egoísmo da vida prática, na inércia do privilégio, livre de estímulos pela segurança da vitaliciedade e pela falta de concorrência, nenhuma hierarquia, nenhuma casta, nenhuma coesão entre essas diferentes moléculas do corpo social, este era como a matéria mole, exclusivamente plástica e dútil, em que poderia trabalhar à vontade quem tivesse uma convicção e um objetivo. Quem fosse uma organização, conseqüente e forte, acabaria fatalmente por atuar nesse meio sem consistência nem resistência. Foi o que sucedeu com o positivismo aqui"*<sup>61</sup>.

Em nosso País o Positivismo obteve a mais ampla ressonância, figurando na própria bandeira nacional um dos lemas de Augusto Comte. A razão do seu sucesso no Brasil talvez se deva também ao excesso de "espiritualismo" da tradição, que cansara os letrados.

Salienta Rodrigues que:

*"O Comtismo não vingou inicialmente no Brasil como religião. Ingressou no contexto cultural luso-brasileiro no seio da tradição cientificista pombalina, o que produziu dois efeitos importantes: não se desenvolveu em Portugal como crença religiosa, tendo vingado lá mais como doutrina pedagógica; em segundo lugar, penetrou no Brasil e se consolidou de início como*

<sup>60</sup> VITA, Luis Washington. *Panorama da Filosofia no Brasil*. Porto Alegre:Ed. Globo, p.74.

<sup>61</sup> *Apud* DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p.40.

*doutrina científica, no seio da instituição que havia herdado, entre nós, o culto à ciência de inspiração pombalina: a Academia Militar. E obteria a filosofia positivista a aplicação mais orgânica e duradoura à sociedade brasileira, no contexto da experiência de despotismo que mais se aproximou do ideário pombalino: o castilhismo sul-rio-grandense.*<sup>62</sup>

A primeira associação positivista do Brasil foi fundada em 1876, no Rio de Janeiro, como resultado de uma aliança entre litreiros e comteanos, sugerida por Oliveira Guimarães, professor de matemática do Colégio Pedro II. Dessa academia inicial formavam parte, também, Benjamin Constant, professor da Academia Militar; Álvaro de Oliveira, genro de Benjamin Constant e catedrático da Escola Politécnica. A associação não tinha caráter militante, limitando-se o seu propósito a criar uma biblioteca com os livros recomendados por Comte e a abrir, mais tarde, alguns cursos de caráter científico. A experiência iria evidenciar que estavam de antemão condenados ao fracasso os propósitos de reunir numa única entidade grupos divergentes no entendimento do legado de Comte. A entidade, se queria sobreviver, teria que optar por uma das vertentes, tarefa de que se desincumbiria Miguel Lemos<sup>63</sup>.

Em 1876, Miguel Lemos viaja para Paris, a fim de terminar seus estudos. Lá, descobre o aspecto místico do comtismo, na leitura do *Sistema de Política Positiva*, ao mesmo tempo em que se desilude com Littré (discípulo de Comte que rejeitou a obra do Mestre em sua concepção político-religiosa), taxando-o de erudito seco, sem nenhuma ação social.

Em 1881, Miguel Lemos, já de volta ao Rio de Janeiro, e Teixeira Mendes, fundam o Apostolado Positivista, cuja preocupação fundamental foi a difusão do aspecto místico-religioso do pensamento Comtiano, com os seguintes propósitos: 1º) Desenvolver o culto; 2º) organizar o ensino da doutrina; e 3º) intervir oportunamente nos negócios públicos.

Os Estatutos dos Apostolado eram de extremo rigor, proibindo seus membros de ocupar cargos políticos, de exercer funções acadêmicas, de colaborar no jornalismo, diário ou não, bem como auferir lucros pecuniários de seus escritos.<sup>64</sup>

<sup>62</sup> RODRIGUES, Ricaro Vélez, *op.cit*, p.31.

<sup>63</sup> PAIM, Antonio, *op.cit*, p.550.

<sup>64</sup> SOARES, Mozart Pereira, *op.cit*, p.119.



Face o rigorismo e ortodoxia do Apostolado, começam a surgir divergências entre os membros, vários deles se afastando do grupo de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, criando o chamado grupo *dissidente*, entre os quais estavam Benjamin Constant, Demétrio Ribeiro, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Lauro Sodré.

Destarte, os positivistas pertenciam ou ao grupo *ortodoxo*, vinculado ao Apostolado, ou ao grupo *dissidente*. Os primeiros se preocupavam apenas com a difusão da Religião da Humanidade, de cunho místico e ascético. Os segundos tinham marcada atuação política, e buscavam aplicar os princípios comtianos na reforma da sociedade.

Apesar das divergências internas, os positivistas participaram ativamente do advento da República e exerceram saliente papel na política rio-grandense, consoante se verá no próximo capítulo.

## **2 - JÚLIO DE CASTILHOS E SEU TEMPO**

Júlio de Castilhos foi o artífice da Constituição Rio-Grandense de 1891, dando origem também à corrente política denominada *Castilhismo*. Assim, necessária uma análise da vida e das principais idéias do líder gaúcho, a fim de mostrar de que forma estas foram surgindo no decorrer da sua ação política, no Rio Grande do Sul.

O estudo biográfico sobre Júlio de Castilhos é essencial, uma vez que sua atuação não teve caráter de filosofia abstrata, mas sim realizou obra política, que se materializou em instituições. Portanto, é crucial que se perscrute o agir político de Júlio de Castilhos, bem como o estudo das leis e instituições que engendrou.

### **2.1 - Júlio de Castilhos: Uma síntese biográfico-política**

#### *2.1.1- Nascimento e primeiros estudos*

Júlio Prates de Castilhos nasceu em 29 de junho de 1860, na Fazenda da Reserva, atual Município de Júlio de Castilhos, no estado do Rio Grande do Sul, sendo um dos nove filhos de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates de Castilhos.

Em 1870, saindo do ambiente doméstico, iniciou seus estudos regulares na cidade de Santa Maria, na Escola do professor Guilherme Wellington. Como era gago, nas provas orais era um desastre. Na sabatina escrita, porém, tirava a melhor nota.

Fez os preparatórios em Porto Alegre, no Colégio de Fernando Ferreira Gomes, reputado como o melhor de seu tempo. Relata João Daudt Filho, contemporâneo de Júlio de Castilhos:

*"Júlio era considerado um dos melhores alunos. Continuava, porém, gago do mesmo modo a ponto de não poder responder às perguntas por ocasião dos exames preparatórios na Instrução Pública. Causava pena ver o esforço que fazia para articular qualquer palavra. Não conseguia responder coisa alguma do ponto oral. Suas provas escritas e a boa fama de ótimo estudante lhe valeram as melhores notas, podendo assim ser aprovado, e sempre plenamente."*<sup>65</sup>

O embaraço da gagueira, que lhe atraía o ridículo e lhe acarretava um natural traumatismo, terá sido talvez um forte motivo de estímulo para o desenvolvimento de outras qualidades intelectuais e morais e para o enriquecimento de sua vida interior. De resto, no decurso da vida, ele haveria de superar o defeito que lhe perturbara a adolescência, tornando-se um orador de razoáveis recursos, inda que tropeçasse às vezes em dificuldades de articulação verbal.<sup>66</sup>

Já no Colégio Gomes faria sua iniciação nas letras, através da "Fraternidade Escolástica", o grêmio literário do estabelecimento, na companhia de Assis Brasil e Alvaro Batista, dentre outros.

Ao partir da Província para matricular-se, em 1877, na famosa Academia do Largo de São Francisco, Júlio de Castilhos já estava em condições de recolher as lições do convívio universitário, para projetá-las além em sua fecunda atividade social e política.

### *2.1.2 - A formação universitária*

O ambiente universitário da época, em São Paulo, era bastante agitado. Apesar do conservadorismo da Universidade Imperial, os estudantes que entravam nas faculdades de São Paulo e Recife abriam-se às novas correntes de pensamento; encontravam eco entre eles as idéias do materialismo vulgar e do positivismo.

<sup>65</sup> *Apud* FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre:Ed.URGS, 4ªed.,1996,p-14.

<sup>66</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre:Ed.URGS,4ª ed, 1996, p-14.

Era tema de atualidade o reformismo social e político. No Brasil, a questão religiosa abriu uma brecha entre os bispos e o poder civil, assim como entre a Maçonaria e a Igreja, estimulando, desta forma, a difusão do agnosticismo e do ateísmo. A corrente antiescravista fortificava-se cada vez mais e punha em perigo a estrutura semifeudal da economia agrária. A propaganda republicana aumentava à proporção que o Império envelhecia. Nas pensões e repúblicas de estudantes, conheciam-se autores como Littré, Gambetta, Lafitte, Castelar e outros. Não raro aconteciam fortes discussões entre católicos e livres-pensadores.

A nota característica desta época é o despertar do sentido crítico, que teve seus antecedentes na crítica ao ecletismo, realizada no contexto do que Sílvio Romero chamou "um bando de idéias novas", que se projetou sobre a cultura brasileira em todos os pontos do horizonte.<sup>67</sup>

Convém salientar que neste período se situa a fundação, no Rio de Janeiro, da Sociedade Positivista. Surgiram as primeiras obras daqueles que mais tarde seriam, respectivamente, os Chefes da Igreja Positivista e o iniciador do chamado Positivismo Ilustrado: Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Pereira Barreto.

Dentro de tal contexto podemos explicar o sucesso que obtiveram no meio estudantil as novas correntes de pensamento, entre as quais sobressaía o positivismo. Manoel Inácio Carvalho de Mendonça caracteriza assim a atração desta filosofia no ambiente universitário: "A cultura positiva fornecia à mocidade republicana uma base sólida e demonstrável para suas crenças políticas. Em todas as escolas superiores do País formava-se, paralelamente à ciência oficial, uma cultura independente, a que a mocidade se dedicava com ardor como base e medida de sua ação política na vida real. O Governo Imperial conservou-se estranho a todo esse movimento e não favorecia senão a 'entourage' pendantocrática do ensino oficial."<sup>68</sup>

O reformismo social e político estava na ordem do dia, e a comuna de Paris abalara, poucos anos antes, a tranquilidade de espírito das classes abastadas.

<sup>67</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro-unidade VII*. Brasília:Ed.UNB,1982, p-18.

<sup>68</sup> RODRIGUES, Ricardo V,*op.cit*, p-18.

Dentro deste contexto, perfeitamente natural que Júlio de Castilhos, já influenciado pelas correntes de livre pensamento, moeda corrente na Porto Alegre dos seus tempos de preparatórios, em pouco se revelasse um dos adeptos do Positivismo de Augusto Comte, transformando-se, inclusive, num dos líderes dessa corrente no meio acadêmico. Em 1879, aos 19 anos, iniciaria a publicação de um jornal, *A Evolução*, em colaboração com seu futuro cunhado Assis Brasil e com Pereira da Costa, ambos rio-grandenses.

A sedução que o positivismo comtista exerceria sobre a geração de Castilhos poderia ser explicada, talvez, pelos artigos de sua fase de estudante jornalista.

Notícia Franco que:

*"O anseio por uma política científica, desligada do empirismo inerente ao liberalismo até então praticado, correspondia às exigências de uma época de transformação na economia e na sociedade brasileira, quando a burguesia urbana procurava afirmar-se e quando as velhas instituições da economia escravista encontravam seu termo. Ao jovem Júlio de Castilhos e aos seus companheiros, parecia absurda e sem sentido a monótona alternância dos partidos monárquicos nos ministérios, um e outro sem um corpo definido de princípios, combatendo-se num duelo estéril pelos postos de mando, onde iam pôr em prática justamente aquilo que na oposição combatiam."*<sup>69</sup>

A época era de intensa luta ideológica entre as tendências espiritualistas e materialistas, e Castilhos se empenhou a fundo em tais polêmicas. Com o estudante católico Estevão Leão Bourroult manteve prolongado debate pela imprensa acadêmica. Nas assembléias tumultuosas, a mocidade se dividia em partidos, religiosos e políticos, e vibrava em intermináveis discussões sobre o Trono, a Abolição, as conquistas da Ciência, a Igreja e seus dogmas.

Depois dessas experiências e de todo esse vivo aprendizado, para o qual colaborava menos a sensaboria das aulas da faculdade, do que a inquietação ideológica da mocidade acadêmica, Júlio de Castilhos colaria grau de bacharel na turma de 1881, aos 21 anos de idade,

---

<sup>69</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit.*, p-19.

preparado para assumir em sua Província a posição de condutor de homens, que as condições subjetivas e objetivas lhe proporcionavam.<sup>70</sup>

### *2.1.3- Atuação política de Castilhos antes do advento da República*

Recém-chegado a Porto Alegre, em fins de 1881, incorporou-se de imediato o jovem advogado Júlio de Castilhos ao movimento republicano, com vigorosa atuação política.

As suas primeiras atividades políticas, em 1882, inscrevem-se no contexto da propaganda republicana, que o jovem bacharel realizou com o fervor de um apóstolo. À época, o grande líder do movimento republicano gaúcho era o engenheiro Demétrio Ribeiro que, segundo Guilhermino César, foi o "São João Batista do Positivismo no Rio Grande do Sul."<sup>71</sup>

Mas Castilhos, em curto período de tempo, arrebatou das mãos de Demétrio a direção ideológica do movimento republicano em toda a Província, numa trajetória ascendente irresistível: na Convenção de 23 de fevereiro de 1882, o projeto de imprensa partidária foi redigido por Castilhos. Também de sua lavra foi o projeto contendo o programa do órgão republicano a aparecer, apresentando no Congresso de 1883. Com o impedimento de Venâncio Aires, por motivos de saúde, Castilhos assumiu em 1884 a redação de "A Federação", folha oficial do Partido.<sup>72</sup>

Em 1883 redigiu, junto com Demétrio Ribeiro e Ramiro Barcellos, as "Bases do Programa dos Candidatos Republicanos".

O Programa era arrojado e progressista para a época:

*"As 'Bases' visavam à eliminação gradual da monarquia. A fim de alcançar este objetivo, elas formulavam um programa de imediata aplicação, cujos*

<sup>70</sup> FRANCO, Sérgio da Cota. *Op.cit*, p.23.

<sup>71</sup> MEDEIROS, Antonio Paulo C. de. *Projeções do Castilhismo Na Política Autoritária Brasileira*. Separata da Revista Veritas 104/81 da PUC-RS, p.475.

<sup>72</sup> MEDEIROS, Antonio Paulo C., *op.cit*, p-475.

*itens fundamentais eram: descentralização provincial, mediante a eletividade dos presidentes e a perfeita discriminação da economia da Província em relação à do Império; descentralização municipal, com base na faculdade de os municípios resolverem, soberanamente, sobre suas rendas; extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado; temporariedade do Senado; liberdade de ensino, considerado em seu destino político de dar a base intelectual para o cumprimento do dever social.*"<sup>73</sup>

Foi como jornalista, dirigindo e escrevendo artigos para "A Federação" que Júlio de Castilhos construiu, a partir de meados de 1884, uma das fases mais brilhantes de sua vida, aquela em que pôs sua magnífica inspiração a serviço da propaganda republicana, da abolição da escravidão e da demolição sistemática das instituições monárquicas. Era dono de um estilo enérgico e direto e não se perdia em floreios literários nem em vã exibição de cultura.

Fiel ao programa de seu partido, Júlio de Castilhos desenvolveu pelas páginas de *A Federação* uma luta intensa e persistente pela libertação dos cativos. E isto, não só por fidelidade partidária, senão por profunda convicção, por espírito humanista e por temperamento reformador coerente e honesto.<sup>74</sup>

Também na chamada "questão militar", Júlio de Castilhos usou de sua condição de jornalista para minar o Império e propagandear a República. Em 1866, o oficial Cunha Mattos publicou artigos de crítica a um deputado, tendo sido punido com prisão disciplinar e censura pelo Ministro Alfredo Chaves. Ocupando a tribuna do Senado, o ex-ministro Franco de Sá volta ao exame do superado incidente em que envolvera aquele oficial, e a ele faz referências desairosas.

Castilhos então oferece as páginas de "A Federação" para que Sena Madureira, organizador da Escola Militar de Rio Pardo, exercitasse o direito de resposta contra o ex-ministro. Consumava-se outra vez a infração do aviso ministerial que proibia aos militares o debate pela imprensa, tendo o Ministro da Guerra, por Aviso de 4 de setembro, mandado repreender Madureira em Ordem do Dia.

<sup>73</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *op.cit*, p-20.

<sup>74</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p.35.

Júlio de Castilhos lançará habilidosa campanha, buscando agravar a indisposição entre a numerosa oficialidade do Exército no Rio Grande do Sul e o Governo Imperial.

Franco denuncia o estratagema de Castilhos:

*"a tese era falsa, porém útil aos fins da luta antidinástica. Exagerando a significação do incidente, levando às últimas conseqüências o exame da incompatibilidade surgida entre um ministro e dois oficiais superiores, para dar-lhe tintas de conflito absoluto entre a dignidade do Exército e o Império, buscava Castilhos forçar o pronunciamento da oficialidade contra o poder civil, agravar o dissídio e, naturalmente, ampliar o círculo de militares aderentes à idéia republicana."*<sup>75</sup>

Em março de 1889, houve a famosa reunião dos republicanos na Fazenda da Reserva. Na oportunidade, os republicanos gaúchos deliberaram ir até à revolução, caso fosse necessária, para impedir o Terceiro Reinado que se avizinhava, sendo que Júlio de Castilhos foi unanimemente escolhido para a direção do movimento, em decorrência da posição de liderança incontestável que conquistara entre seus companheiros.

#### *2.1.4 - Atuação política de Castilhos após a proclamação da República*

Quando do advento da República, em 15 de novembro de 1889, Júlio de Castilhos era o chefe incontestável dos republicanos gaúchos.

O evento apanhou o Partido Republicano Rio-Grandense ainda não muito fortalecido em termos quantitativos, composto de uma pequena elite de intelectuais.

A tarefa destes paladinos da causa republicana não seria fácil e dela dependia em grande parte o êxito e a continuidade do regime recém-implantado. Fazia-se imprescindível dobrar a resistência liderada pelo Senador Gaspar Silveira Martins, o tribuno do império e aguerrido

<sup>75</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-47-48.



defensor da Monarquia deposta, que contava com a simpatia de significativo contingente de conterrâneos.<sup>76</sup>

Constituído o primeiro governo republicano do Rio Grande do Sul, sob a chefia do Visconde de Pelotas, Júlio de Castilhos foi nomeado Secretário do Executivo, acumulando as funções de Secretário do Interior e da Justiça. Demitindo-se o Visconde, após três meses de exercício da função, Castilhos foi convidado para o cargo. Diante de sua recusa, O Marechal Deodoro nomeou o General Júlio Frota, que indicou para Vice-Governadores a Júlio de Castilhos e Antão de Faria.

No entanto, em face da insistência do Governo da República na criação de um Banco Emissor no Rio Grande do Sul, Frota e os integrantes de sua administração renunciaram, publicando enérgico manifesto.

Resolveu, então, o Chefe do Governo Provisório Brasileiro, investir na administração do Estado o General Cândido Costa, militar estranho ao ambiente político local, residente no Rio. Para Vice-Governador designou a Francisco da Silva Tavares, elemento que não fazia parte dos republicanos históricos, pois integrara o Partido Conservador. E foi ao Dr. Silva Tavares que, diante da ausência de Cândido Costa, transmitiu-se o poder na data de 6 de maio de 1890.

Oito dias após, os republicanos liderados por Júlio de Castilhos, com apoio de tropas do Exército aquarteladas em Porto Alegre, depuseram Silva Tavares, substituindo-o pelo General Carlos Machado de Bitencourt, até à chegada de Cândido Costa.<sup>77</sup>

Eleito deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembléia Nacional Constituinte da República, em 1891, Castilhos projetou-se na plano nacional pela sua atuação séria, inteligente e tenaz.

Defendeu insistentemente a adoção completa e radical do princípio federativo. Bateu-se também pelo unicameralismo, sustentando a necessidade da extinção do Senado; pelo voto às

---

<sup>76</sup> MEDEIROS, Antonio Paulo C. de, *op.cit*, p-476.

<sup>77</sup> MEDEIROS, Antonio Paulo C. de. *Op.cit*, p-478.

claras, estendido também aos analfabetos e aos membros das Ordens Religiosas; pela eleição direta do Presidente e Vice-Presidente da República.<sup>78</sup>

Retornando ao Rio Grande do Sul, ainda em 1891, eleito deputado à Constituinte Estadual, Júlio de Castilhos participou de uma comissão para redigir o projeto da Constituição Gaúcha, na companhia de Ramiro Fortes Barcelos e Assis Brasil. Na prática, a operação foi levada a cabo apenas e tão-somente por Júlio de Castilhos, fato admitido por Assis Brasil, que inclusive se recusou a assinar o projeto.

A 14 de julho de 1891, Júlio de Castilhos foi eleito, pela Assembléia Constituinte, para Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Deposto em novembro do mesmo ano, a 17 de junho de 1892 reassumiu o mandato, limitando-se, porém, a transmitir o governo ao Vice-presidente, renunciando logo após. Eleito pelo sufrágio direto, assumiu de novo a Presidência, em janeiro de 1893. Terminou seu período administrativo, após enfrentar uma sangrenta guerra civil, e em 1898 transmitiu o governo ao sucessor, Antônio Augusto Borges de Medeiros, continuando, porém, como Chefe unipessoal do Partido Republicano.<sup>79</sup>

Mesmo fora do Governo, Júlio de Castilhos era a eminência parda:

*"é certo que, desde 25 de janeiro de 1898, data da posse de Borges de Medeiros em sua primeira presidência, até outubro de 1903, quando a morte o surpreendeu, Castilhos exerceu uma incontestável liderança na condução dos negócios políticos do Estado, não se subtraindo à sua constante vigilância a própria gestão administrativa.*

*(...) Como chefe do partido, Castilhos continuou a corresponder-se diretamente com todas as chefias municipais, a tudo acudindo com a sua orientação e conselho, e mantendo-se enfronhado de todos os problemas surgidos nos municípios, através de uma atividade epistolar sem paralelo.*

*(...) Não raro, a correspondência dirigida a próceres do interior levava a assinatura conjunta de Borges e Castilhos, como a acentuar a duplicidade do mando*

<sup>78</sup> MEDEIROS, Antonio Paulo C. de. *Op.cit*, p-481.

<sup>79</sup> MEDEIROS, Antonio Paulo C. de. *Op.cit*, p-484.

*partidário. Decerto que o sucessor careceria do cotidiano apoio de Castilhos, que se tornara, depois da vitória sobre os insurretos de 93, o pontífice do partido, acatado e respeitado como poucos chefes o terão sido.*"<sup>80</sup>

Em plena atividade, no auge do prestígio, veio colhê-lo a morte. Uma afecção de garganta, diagnosticada como "faringite granulosa", perturbava-o às vezes, provocando-lhe dores fortes e rouquidão. Durante o inverno de 1903, a moléstia agravou-se.

Ao entardecer de um sábado, 24 de outubro de 1903, na iminência de uma asfixia, decidem os médicos praticar uma traqueotomia, resultando na morte de Júlio de Castilhos.

Consoante Franco, "pelas sete e meia da noite, a trágica notícia já circula nas ruas da capital. E um verdadeiro estupor domina a população, aterra os correligionários do gigante, que o supunham imortal e invencível."<sup>81</sup>

Há um fato marcante ao longo de toda a vida de Castilhos, em contraste com seu autoritarismo: jamais procurou a pompa externa. Apesar de Floriano tê-lo distinguido com o título de General-de-Brigada, devido aos seus eminentes serviços à República, nunca aceitou as honras militares. Uma vez cumprindo o quinquênio de governo, tampouco quis exercer a advocacia, pois considerava imoral litigar perante juízes por ele nomeados. Castilhos vivia modestamente, sem luxo, e procurou dar à administração esse caráter de austeridade e de respeito pelo tesouro público, que marcaria também a administração de Borges de Medeiros.<sup>82</sup>

## 2.2 - O Positivismo no Rio Grande do Sul

Os intelectuais do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, não ficaram imunes à doutrina positivista, propagada por Augusto Comte, e que influenciou tantos aspectos

<sup>80</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Op.cit*, p-168.

<sup>81</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-173.

<sup>82</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *Castilhismo: Uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1980, p-57.

do regime republicano brasileiro. Ao contrário, a filosofia comteana encontrou em terras gaúchas ambiente muito fértil ao seu acolhimento.<sup>83</sup>

É de Augusto Luiz, autor do trabalho "Duas palavras sobre Literatura", publicado na revista mensal do *Partenon Literário*, ano 3º, outubro de 1874, a primeira obra positivista do Rio Grande do Sul, onde apresenta a doutrina de Comte como novidade, proscree a metafísica e propõe a "unificação das religiões em torno de uma só religião e da filosofia em torno de uma só filosofia."

Segundo Guilhermino César, esta foi a primeira vez que se anunciou na Província, em termos explícitos, a filosofia de Augusto Comte, para tirar dela as conclusões literárias, cujas linhas conduziram à poesia científica, tentada mais tarde por Damasceno Vieira e outros.<sup>84</sup>

Cerca de um lustro depois que Augusto Luiz publicou seu artigo no *Partenon*, foi a vez de Graciliano Alves de Azambuja propagar obra de cunho positivista, autor de *Lições de Filosofia Elementar*, que adota uma postura tipicamente comteana, condenando veementemente a Escolástica e não admitindo, como a metafísica, as questões ociosas, como a indagação das origens e das causas finais, inteiramente inacessíveis à inteligência humana.

Como influências externas que, entretanto, vieram florescer na Província, podemos apontar a contribuição sobretudo política da geração de Julio de Castilhos.

A formulação teórica da filosofia política de inspiração positivista, bem como sua aplicação no Rio Grande do Sul, coube a Júlio de Castilhos, daí ter tomado o nome de Castilhismo. Entre os gaúchos, a doutrina política do Positivismo tornou-se sentimento republicano.

Relata Guilhermino César que "no ambiente apaixonado da propaganda republicana, Positivismo e República confundiam-se, pelo menos teoricamente. Os participantes do movimento republicano, que não eram positivistas, silenciavam, a bem da causa comum, e os positivistas convictos passaram a ter voz preponderante."<sup>85</sup>

<sup>83</sup> MEDEIROS, Antônio Paulo C. de, *op.cit*, p-470.

<sup>84</sup> In SOARES, Mozart P, *op.cit*, p-131.

<sup>85</sup> Apud DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-63.

Em 1899, o engenheiro Joaquim José Felizardo Junior, funda, em Porto Alegre, um Centro Positivista, filiado ao Apostolado. Tal centro adotava apenas a parte místico-religiosa da doutrina comteana. Entre os membros as nova associação estavam Protásio Vargas, João Leivas de Carvalho e o engenheiro Antonio Pereira Prestes, pai de Luís Carlos Prestes.

Questão que merece atenção é o motivo pelo qual a doutrina comteana encontrou no Rio Grande do Sul ambiente favorável para seu afloramento.

Guilhermino César, investigando as condições favoráveis ao florescimento do Positivismo entre os sul-rio-grandenses, menciona a existência de várias causas, umas de ordem sócio-cultural, outras de ordem política, sem esquecer a situação particular do povo gaúcho, através da infra-estrutura social e do estágio mental de suas elites, por volta do Quinze de Novembro. Assim, cita a influência da Escola Central, através da Escola Militar de Porto Alegre, sabido que no território sulino o Exército sempre possuiu uma de suas guarnições mais numerosas; refere a pouca resistência oferecida pelo Catolicismo que, forte em outros Estados, no sul carecia de unanimidade de sentimento religioso da população, pela existência de comunidades protestantes compostas de colonos alemães, e ressentia-se também de um clero à altura dos debates, com ilustração e ímpeto; menciona igualmente os fortes sentimentos republicanos do gaúcho, que tiveram aplicação prática em plena vigência do Império, com a república de Piratini, experiência que, embora frustrada, permaneceu no substrato coletivo do povo.<sup>86</sup>

Por seu turno, João Camilo de Oliveira Torres vê como circunstâncias favoráveis ao grande incremento e prestígio que alcançou o Positivismo no Rio Grande do Sul, a posição geopolítica da Província e as condições de cunho social. O Rio Grande, tendo a missão de defender fronteiras, é centro de concentração de tropas, cujos oficiais, em grande maioria, estavam impregnados de idéias positivistas, adquiridas na Escola Militar, e faziam questão de as propagar. Também a circunstância de o gaúcho ser de cultura pastoril, que se distingue pela família patriarcal de caráter autoritário, vem explicar a receptividade que teria a filosofia política de Augusto Comte, republicana, autoritária e patriarcal.<sup>87</sup>

<sup>86</sup> In MEDEIROS, Antônio Paulo C de, *op.cit*, p-470.

<sup>87</sup> In DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-62-63.

Por sua vez, o sociólogo francês Roger Bastide assim menciona a influência do Positivismo no Rio Grande do Sul:

*"O positivismo parece-me ter desempenhado aqui um papel de primeira plana. A doutrina de Augusto Comte, que foi aceita com tanto sucesso pela elite intelectual do Rio Grande do Sul, recomendava o regime presidencial, a autoridade do chefe, como superior ao regime parlamentar. Ia, pois, no sentido da psicologia do gaúcho, estava de acordo com os costumes de clãs de fronteiras habituados a escolher chefes e a obedecer-lhes, conhecedores do preço da disciplina, do respeito às ordens e da solidariedade do grupo. O Positivismo transferiu o respeito pela autoridade do caudilho para a autoridade do Estado. Racionalizou um traço da civilização regional, arrancando-lhe o elemento perigoso para transformá-lo em instrumento útil à comunidade."*<sup>88</sup>

Por fim, necessário gizar que , no Rio Grande do Sul, foi o positivismo político, capitaneado por Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro e Venâncio Aires, dentre outros, que exerceu notável influência, moldando o universo político e social do Estado a partir de 1889.

### **2.3 - O ambiente político no Rio Grande do Sul(1880-1891)**

Para se ter melhor compreensão acerca dos motivos que engendraram a Constituição Gaúcha de 1891, necessária uma visão do ambiente político vivido no Rio Grande do Sul nos dez anos que antecederam à confecção da Carta.

---

<sup>88</sup> *Apud DIDONET, Zilah C, op.cit, p-63.*

### 2.3.1 - O Gasparismo e o Partido Liberal

A abdicação de D. Pedro I, em 1831, foi o marco das definições político-partidárias que se processaram durante e após o período regencial. O "partido brasileiro" que, devido ao autoritarismo e mesmo absolutismo de D. Pedro, rompeu com o Imperador, integraria o grupo dos liberais, tanto monarquistas como republicanos. O "partido português" que, no decorrer do Primeiro Reinado se identificou com D. Pedro, constituir-se-ia no grupo dos restauradores.<sup>89</sup>

A partir de 1836, durante a regência do Padre Feijó, ocorreu a rearticulação dos grupos políticos. Monarquistas moderados unidos a ex-restauradores constituíram o Partido Conservador. A organização do Partido Conservador prendeu-se aos interesses da cafeicultura fluminense, interligados com os do comércio de exportação e importação. Na constituição do partido atuaram poderosas famílias do Rio de Janeiro e São Paulo que em alguns casos guardavam estreitas relações com a parentela de Portugal e procuraram atrair por meio de alianças matrimoniais os bacharéis futuros e especialmente os magistrados de destacada carreira.

Entre as teses defendidas pelos conservadores estavam: a defesa do Estado - visto como entidade anterior à Nação, que deve por ele ser organizada e que não tem poderes para mudar a forma de governo; a ordem como pressuposto para o desenvolvimento; a continuidade histórica, contra, pois, rupturas na ordem social e política.<sup>90</sup>

Por sua vez, os monarquistas radicais e os republicanos constituíram o Partido Liberal, que criticava a concepção e práticas unitárias do Império; defendia a construção do estado pela Nação; pregava a livre iniciativa e a defesa dos direitos e garantias individuais, especialmente do direito de propriedade.

No Rio Grande do Sul, houve predomínio do Partido Conservador até 1878 quando:

*"uma cisão foi fatal às pretensões políticas do partido na província. Dividido, não conseguiu frear o Partido*

<sup>89</sup> PICCOLO, Helga I.L. *Vida política no século 19*. Porto Alegre:Ed.Urgs, 2ª ed, 1992, p-44.

<sup>90</sup> PICCOLO, Helga I. L., *op.cit*, p-46.

*Liberal na construção de sua hegemonia. Em pleno domínio do Partido Conservador, os liberais vitoriosam-se nas eleições de 1872. A partir daí, a sua hegemonia na província teve a mesma duração que a do Império, isto é, até 15 de novembro de 1889. E como só em dois períodos foi situação (1878-1885 e junho à novembro de 1889) sua hegemonia fez com que ocorressem situações de antinomia no Rio Grande do Sul: presidentes de província conservadores x Assembléia legislativa majoritariamente liberal.*<sup>91</sup>

De 1873 à 1877, a atuação dos liberais foi de cunho acentuadamente inconformista, criticando os vícios do sistema, levantando a bandeira da descentralização administrativa, da representação das minorias, propondo-se a defender os mais legítimos anseios da Revolução Farroupilha de 1835 e responder mais de perto às necessidades da Província.

O partido fustigou os presidentes de província conservadores, apresentando-os como "pachás que transitam três ou quatro meses por cada província, praticam todos os despotismos e desaparecem(...)".<sup>92</sup>

Na sessão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul de 09 de abril de 1874, Gaspar Silveira Martins fez ácida crítica ao funcionamento do sistema político então vigente:

*"Quem não conhece o insigne maquinismo que faz funcionar a autocracia no Brasil? O Imperador chama 7 homens para o Ministério, nomeia 20 presidentes para as províncias e outros tantos chefes de polícia, faz-se uma inversão paralela na Guarda Nacional e na polícia, desde o comandante superior até os sargentos, desde o delegado até o inspetor de quartelão, põe-se a máquina em movimento, as resistências são quebradas, trituradas, pulverizadas e as urnas dizem que os povos aceitam unanimemente a obra do seu rei."*<sup>93</sup>

Foi na oposição que o partido ampliou seu programa político.

A "questão religiosa" o levou a tomar posição a favor da separação entre Igreja e Estado, o que teria desdobramentos políticos. Na busca de uma ampliação de suas bases políticas, o

<sup>91</sup> PICCOLO, Helga I.L., *op.cit*, p-59.

<sup>92</sup> PICCOLO, Helga I.L., *op.cit*, p-59.

<sup>93</sup> *Apud* PICCOLO, Helga I. L., *op.cit*, p-59.



partido procurou cooptar os imigrantes/colonos alemães, majoritariamente protestantes e que seriam beneficiados com o fim de uma religião oficial no Brasil. Corolário desta tomada de posição, foi a defesa que o Partido Liberal fez do voto aos acatólicos naturalizados brasileiros.

Por volta de 1880, inicia no Rio Grande do Sul um processo de grandes transformações na vida social e econômica:

*"Estava a extinguir-se o regime das estâncias abertas, sem tapumes divisórios, onde o gado se criava às soltas. Introduziam-se os aramados, de menor custo que as velhas taipas de pedra e os valos, cuja construção não prescindia de numerosos braços. Com as cercas, nascia a possibilidade da seleção dos rebanhos, da separação entre as invernadas de engorde e os campos destinados ao gado de cria; a praticabilidade da contenção das rezes em menores espaços; a simplificação de inúmeras tarefas campeiras. Tratava-se, sem qualquer dúvida, de extraordinária transformação nas técnicas de produção."*<sup>94</sup>

Abrira-se e prosperava uma nova frente de trabalho agrícola com a instalação dos imigrantes italianos na encosta superior do Planalto. Já não somente os alemães das antigas colônias de São Leopoldo, Santa Cruz e Alto Taquari, estruturados em regime de pequena propriedade camponesa e artesanato, contribuíam para diversificar o quadro socioeconômico da Província, em coexistência com a estrutura pastoril-latifundiária da Campanha e Campos de Cima da Serra.

Foi aquele também o período de expansão do sistema ferroviário, com a criação de estradas de ferro ligando Porto Alegre à Novo Hamburgo, Cachoeira à Santa Maria e Rio Grande à Bagé.

A despeito de todas essas transformações materiais, a situação política permanecia inalterada:

*"perdurava no plano político o absoluto predomínio do Partido Liberal, robustecida pelo comando único e decisivo de um líder excepcional: Gaspar Silveira Martins. Diga-se, de passagem, os liberais rio-*

<sup>94</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-25.

*grandenses contaram sempre com o privilégio de possuir comandantes notáveis. Félix Xavier da Cunha, com o General Osório, haviam reorganizado o partido em 1860, após longo período dos gabinetes de Conciliação. Depois de Félix da Cunha, grande talento prematuramente colhido pela morte, Silveira Martins e Osório dividiram a chefia dos liberais históricos, enquanto o Conde de Porto Alegre e Felipe Nery dirigiam os liberais ditos progressistas. Paulatinamente, o partido marchara para a unidade, obtivera estrondosa vitória eleitoral em 1872 e resistira bem aos abalos decorrentes do dissídio entre Gaspar e o General Osório, ao fim da vida deste. Morrendo o veterano cabo-de-guerra, Silveira Martins se tornou chefe unipessoal, elegeu-se Senador do Império, alcançando as culminâncias do poder e da influência.*<sup>95</sup>

Gaspar Silveira Martins era indivíduo de personalidade dominadora, dotado de respeitável cultura e invulgar inteligência, aliava a tudo isso uma grande fortuna pessoal e notável eloquência tribunicia. Fizera-se um ídolo não apenas no plano acanhado da sua Província, mas também na Corte e no Parlamento.

Depois de senador e de conselheiro da Monarquia, subiu de ponto sua influência junto aos gabinetes ministeriais, que já era grande havia dez anos. E é evidente que, sob regime fortemente centralista do Império, somente poderia constituir-se em chefe regional de verdadeira ascendência quem desfrutasse de prestígio junto ao centro. Praticamente nula a autonomia das províncias, estava nos Ministérios do Governo Central o manancial perene de todas as graças e favores. Essa circunstância aproveitou sobremaneira a Gaspar Martins. A extraordinária influência eleitoral na Província e sua reconhecida capacidade parlamentar fizeram-no cortejado pelos governos, inclusive nos períodos de domínio do Partido Conservador. Por sua vez, o prestígio junto aos gabinetes fortalecia cada vez mais sua ascendência política na província que lhe devia numerosos melhoramentos, iniciativas ligadas à colonização e à construção de ferrovias.

<sup>95</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit.*, p-26.

O viajante e naturalista americano Herbert Smith, que visitou o Rio Grande do Sul no princípio da década de 1880, fez constar depoimento de alta significação, a propósito do mágico ascendente de Gaspar sobre os homens da Campanha gaúcha:

*"São partidários exaltados, mas antes adeptos de um chefe político do que de um partido, e isto deu-lhes outro artigo de orgulho - Silveira Martins. No Rio de Janeiro a gente se ri quando chamam a este homem o Rei do Rio Grande do Sul; mas na Província emprega-se muitas vezes a palavra em outro sentido. Na verdade é muito raro que um político exerça tanta influência sobre os indivíduos de um povo quanto Silveira Martins sobre a gente do campo de sua Província: olham-no com reverência tal que equivale quase a Heroworship, a adoração dos heróis proclamada por Carlyle. Um velho gaúcho disse-me um dia, confidencialmente, que era um homem de mais peso que os seus vizinhos; era pobre, sim, e não muito corrido em livros, mas - e aqui fez uma pausa para dar tempo de preparar-se para ouvir o fato estrondoso que ia narrar - Silveira Martins falara uma vez com ele."*<sup>96</sup>

Silveira Martins morreu aos 67 anos de idade, num Hotel de Montevidéu, tal como sempre declarava desejar morrer: nos braços de uma bela mulher, no caso, uma soprano toscana de 21 anos de idade.<sup>97</sup>

Mas, se o Partido Liberal, com seu discurso radicalmente reformista em termos políticos, barrou as pretensões dos conservadores no Rio Grande do Sul, ele também impediu que, na década de setenta, se estruturasse na província um partido republicano em consonância com o Manifesto publicado no Rio de Janeiro em fins de 1870. Os republicanos que desejaram atuar politicamente, o fizeram abrigados no Partido Liberal.

Foi o "conservadorismo" assumido pelos liberais, quando no poder entre 1878 e 1885, que possibilitou aos republicanos a ocupação de espaços, organizando-se no Rio Grande do Sul para fundarem, em 1882, o Partido Republicano Rio-Grandense. No final da monarquia, Partido

<sup>96</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit.*, p-27.

<sup>97</sup> FREITAS, Décio. *O Homem que Inventou A Ditadura No Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2ª ed, 1999, p-193.

Conservador abatido, a bipolarização político-partidária passou a ser entre liberais e republicanos<sup>98</sup>.

### 2.3.2 - O Movimento Republicano no Rio Grande do Sul

O poder político no Império se achava controlado pelo grupo dos cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba do Sul, enquanto que as transformações econômico-sociais advindas do complexo cafeeiro tinham o seu centro irradiador em São Paulo. Em suma, revelava-se a incompatibilidade entre a estrutura monárquica tal como se achava constituída e as novas alterações surgidas.

O regime caiu através de um golpe militar, mas foi a burguesia agrária paulista que acabou submetendo a máquina política aos interesses do setor dinâmico da economia central de exportação, que exigia tal mudança em face da continuidade do processo de acumulação de capital.

No Rio Grande do Sul, esta transição do regime monárquico para o republicano não fugiu deste contexto geral de transformações que atravessava o país, mas obedeceu a uma conotação específica para a área.

O Rio Grande, desde a sua formação, constituíra-se nos moldes de uma economia agropecuária, subsidiária da agroexportação, voltada para o abastecimento do mercado interno brasileiro com a exportação de gêneros alimentícios, pelo que era conhecido pelo cognome de "celeiro do país".<sup>99</sup>

Apesar do setor agrícola colonial(zona de imigração alemã e italiana) apresentar-se como o mais dinâmico, com mais capacidade de capitalização, proporcionando o surgimento do grande comércio e de indústrias, era o setor pecuarista o predominante no estado, fazendo-se representar na política. O Partido Liberal, majoritário no Rio Grande, dominado por pecuaristas, barganhava

---

<sup>98</sup> PICCOLO, Helga I.L., *op.cit.*, p-62.

<sup>99</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 8ª ed, 1997, p-65.

com o poder central através da atuação de seu líder, Gaspar Silveira Martins, para obtenção de favores para a província.

Para as novas camadas sociais médias urbanas que surgiam, os partidos políticos do Império não representavam seus interesses e também se revelavam ineptos na remoção dos entraves ao desenvolvimento sulino. Tais setores, no caso, apresentavam-se como politicamente disponíveis para serem arregimentados por uma nova proposta partidária que surgisse.

Diante da conjuntura que se apresentava, a República foi a nova alternativa política e o Partido Republicano Rio-Grandense(PRR) o seu instrumento partidário no nível estadual.<sup>100</sup>

As idéias republicanas, desde a Insurreição Farroupilha de 1835, nunca haviam abandonado inteiramente o Rio Grande do Sul. Conservava um ou outro dos antigos Farrapos o desprezo recôndito pelas instituições da Monarquia e seus baronatos de comédia. Entretanto, as tradições libertárias legadas pela Revolução Farroupilha já haviam sido, em 1860, o combustível mítico para a fundação do Partido Liberal, e este praticamente capitalizara em seu favor a simpatia dos veteranos de 35.

Desde 1868, decorrência do impacto causado entre os liberais pela queda do gabinete Zacarias, pregações republicanas voltaram a ser ouvidas no Rio Grande do Sul e, por elas, entre outros, foi responsável Apolinário Porto Alegre, que não conseguiu traduzi-las na organização de uma força política capaz de impor-se à província.

Uma propaganda republicana cada vez mais sistemática se fez sentir na década de setenta, tendo como parâmetro o Manifesto de Itu, de 1870. O movimento aproveitou-se das críticas sofridas pelo Império, inclusive da parte de integrantes dos partidos monárquicos, críticas entendidas como um enfraquecimento do arcabouço político imperial.

Na Província gaúcha, a atividade começa a se estruturar com Venâncio Aires, Pinheiro Machado e outros. Novo dinamismo toma o movimento com a chegada de Júlio de Castilhos que, ao formar-se em direito, em 1881, regressa a Porto Alegre, onde instala banca de advocacia. No

---

<sup>100</sup> PESAVENTO, Sandra J, *op.cit*, p-66.

"Club". dos republicanos , cabe a Demétrio Ribeiro assinalar a necessidade de uma "política orgânica".<sup>101</sup>

Noticia Piccolo que:

*"Foi do Clube Republicano de Porto Alegre que partiu a iniciativa da convenção que, em 1882, fundou o Partido Republicano Rio-Grandense. Entre as estratégias usadas pelo partido para divulgar a idéia de República incluíram-se a realização de congressos, a publicação de um jornal - A Federação - cujo primeiro número circulou em 1º de janeiro de 1884, a elaboração das "bases do programa dos candidatos republicanos", verdadeiro anteprojeto ou pré-programa, apesar de não esclarecer pontos básicos para a organização política regional, como a divisão dos poderes políticos. A propaganda e as articulações com os conservadores desgostosos com os rumos tomados pela monarquia ensejaram a eleição do primeiro (e único) deputado republicano à Assembléia Provincial - Joaquim Francisco de Assis Brasil, para as legislaturas de 1885-86 e 1887-88."*<sup>102</sup>

Nesta Convenção, Júlio de Castilhos já tomara parte ativa, tendo sido o relator do projeto concernente à imprensa do partido. As bases lançadas para o programa dos candidatos à Assembléia Provincial vão constituir o próprio programa do Partido Republicano Rio-Grandense. A convenção divide-se em duas partes: procedimento político e procedimento nas questões administrativas. Federalismo e descentralização são os pontos básicos. Ainda recomendavam atenção à instrução pública, obras públicas, finanças provinciais, impostos, reversão da renda geral para a Província, direito da Província de gerir seus interesses administrativos, e autonomia das Câmaras Municipais nas questões que se referem à sua autonomia.<sup>103</sup>

Destarte, a Convenção de 1882 deixa definidas as grandes idéias e princípios que nortearam a ação do Partido Republicano Rio-Grandense; já se faz notar a influência de Júlio de Castilhos, que é o mentor das idéias proclamadas pela Convenção e o idealizador da direção orgânica que a política republicana deveria adotar.

<sup>101</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-54.

<sup>102</sup> PICCOLO, Helga I.J, *op.cit*, p-72.

<sup>103</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-54.

Em 15 de março de 1883, reúne-se novamente o Congresso republicano, tendo por presidente Ramiro Barcelos. Vinte municípios se fazem representar.

O Congresso de 1884, presidido por Venâncio Aires, é de grande relevo pelas importantes resoluções tomadas. Delinearam-se os rumos programáticos do Partido Republicano Rio-Grandense, aqueles rumos que lhe seriam peculiares porque já marcados pela influência do comtismo. É que a comissão tríplice designada para redigir as "bases do programa dos candidatos republicanos" contaria com Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro, os dois expoentes do positivismo no estado-maior do partido, sendo Ramiro o outro membro.<sup>104</sup>

Novos congressos sucedem-se e o Partido Republicano torna-se cada vez mais forte, impulsionando a propaganda e conquistando novos adeptos. Júlio de Castilhos aumentava sua liderança junto aos correligionários, tanto por sua cultura como por sua autoridade e espírito combativo.

No ano de 1887, a propaganda republicana adquire extraordinário vigor. Intensifica-se a campanha abolicionista, que tocava de perto a sensibilidade do brasileiro. Se os republicanos paulistas adotavam posição comedida em face do problema da abolição da escravatura, os gaúchos, sob a influência de Júlio de Castilhos, entre outros, adotariam orientação muito mais radical, pleiteando para o Rio Grande do Sul a imediata emancipação dos escravos negros, independente de qualquer indenização.

Fiel ao programa de seu partido, Júlio de Castilhos desenvolveu pelas páginas de *A Federação* uma luta intensa e persistente pela libertação dos cativos.

Eclode também a **questão militar**<sup>105</sup> que, manipulada com perspicácia por Júlio de Castilhos, se transforma de uma questão disciplinar do Exército em uma questão de honra militar. Castilhos, mediante artigos inflamados e vibrantes, mexe com os brios dos militares, provocando a desconfiança da caserna em relação ao regime monárquico.

<sup>104</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit.*, p-30-31.

<sup>105</sup> A questão militar originou-se na proibição do governo imperial de que os oficiais do exército se manifestassem pela imprensa, sem o consentimento do Ministro da Guerra. Transgressões a esta determinação e conseqüentes punições deram motivo a uma série de fatos vulgarmente conhecidos pelo nome de questão militar.

As duas figuras exponenciais do Exército, durante a "questão militar", Visconde de Pelotas e o Marechal Deodoro da Fonseca, estavam em Porto Alegre, passando a nutrir simpatia por Júlio de Castilhos e a causa republicana.

Em outubro de 1887, na cidade de Santa Maria, ocorre novo Congresso Republicano, sob a presidência de Demétrio Ribeiro. Discute-se o "separatismo" que começava a ser cogitado em São Paulo e em outras Províncias. Assis Brasil apresenta indicação, manifestando a vontade de uma República Federativa, preservando a unidade nacional. Já para Castilhos, a fragmentação do território não repugnava desde que fosse o caminho para atingir o ideal federativo. Depois de acirrados debates, são retiradas as duas proposições, como meio de conciliação entre os congressistas.

Em 1888 houve acontecimento de repercussão nacional, que também favoreceu grandemente à propaganda republicana.

Na Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul, houve uma moção, patrocinada pelo vereador Aparício Mariense, aprovada pelo legislativo em 13 de janeiro, ao ensejo em que, ausente do País D. Pedro II, exercia a regência a Princesa Isabel.

Nessa subversiva moção se propunha:

1- *que a Câmara representasse à Assembléia Provincial sobre a necessidade de dirigir-se esta à Assembléia Geral para que, dado o fato lamentável do falecimento do imperador, se consulte a nação, por plebiscito, se convém a sucessão no trono, ainda mais competindo este a uma senhora obcecada por sua educação religiosa e casada com um príncipe estrangeiro;*

2- *que também se pedisse à Assembléia para dirigir-se às outras assembléias provinciais a fim de que estas representem no mesmo sentido à Assembléia geral;*

3- *que, finalmente, a Câmara Municipal se dirigisse às municipalidades rio-grandenses, convidando-as a aderir à representação.*<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit.*, p-51.



Era a revolucionária proposta de submeter os direitos dinásticos da sucessão do trono ao plebiscito nacional. Com o agravante de injuriar a princesa, a manifestação violava a restrita competência das câmaras municipais do Império.

O Governo Imperial, logo ao ter conhecimento da inusitada moção, mandou suspendê-los do exercício das funções e processá-los criminalmente.

Castilhos condena a atitude do governo e mantém vivo nas folhas de "A federação" o libelo à monarquia, angariando mais frutos para a causa republicana.

O regime dinástico apresentava-se cada vez mais titubeante e a Província rio-grandense é causa dos maiores temores e sobressaltos. A 7 de junho de 1889 sobem os liberais ao poder, chefiados pelo Visconde de Ouro Preto. Este mede bem a situação que se descortina no sul, e como meio de combater a agitação republicana, socorre-se do prestígio de Gaspar Silveira Martins, nomeando-o para presidente da Província.

Gaspar Martins assume a presidência em 24 de julho de 1889, e a 05 de agosto Júlio de Castilhos reassume seu posto de diretor da redação de "A Federação". O publicista mantém permanente hostilidade contra o presidente da Província. O Partido Republicano aumenta mais e mais seu eleitorado; contudo, ainda a primazia estava com os liberais.<sup>107</sup>

Consoante Franco, "se o castilhismo era um gigante em potencial, o verdadeiro Golias da Província, em meados de 1889, era ainda o Partido Liberal, robustecido pela tradição e pelo poder. Sua derrubada não se faria sem imenso estrépito."<sup>108</sup>

Por fim, em 15 de novembro de 1889 há a proclamação da república, sendo Silveira Martins deportado para a Europa.

O movimento republicano alimentou-se do "monarquismo" dos liberais que defendiam os interesses da economia tradicional do Rio Grande do Sul, de base pecuarista. A manutenção do poder político deste setor, há muito em crise, dependia de favores concedidos pelo governo central. Daí o apoio que a monarquia teve do Partido Liberal sul-riograndense.

---

<sup>107</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-59.

<sup>108</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-58.

Mas o Rio Grande do Sul não era mais uma província apenas pecuarista. O processo imigratório havia diversificado social e economicamente a província. A urbanização e o crescimento dos setores secundário e terciário estavam a exigir mudanças político-institucionais. Se, para isso, o Partido Libertador não encontrou resposta, o Partido Republicano Rio-Grandense a encontrou.<sup>109</sup>

A base social do PRR foi constituída por elementos do latifúndio pecuarista (ala jovem do Partido Liberal ou conservadores), descontentes com o regime, em associação com setores médios urbanos. Se comparado com o Partido Liberal, o novo partido realizou um alargamento social da sua base política. Preocupou-se em incorporar setores do colonato italiano e cooptar aqueles elementos egressos do complexo colonial que enriqueciam: comerciantes e industriais.<sup>110</sup>

Esclarece Pinto que:

*"Seria errôneo afirmar que os jovens fundadores do PRR não eram membros da elite econômica rio-grandense. Entretanto, deve-se ter presente que não pertenciam à tradicional elite pecuária da campanha gaúcha, que quase em sua totalidade formava o Partido Liberal. Eram na sua maioria provenientes da região norte do estado, de ocupação recente e mais pobre do que a campanha, quer pela ausência da indústria do charque, quer pela distância dos centros consumidores. Portanto, se eram estancieiros, não eram membros da oligarquia política rio-grandense."*<sup>111</sup>

### 2.3.3 - A (tensa) situação política do Rio Grande do Sul nos primórdios da República

Proclamada a República, era chegada a hora de Júlio de Castilhos e seus próceres do movimento republicano assumirem o poder na Província. Mas Castilhos sabia que a empreitada não seria nada fácil, uma vez que os liberais eram numericamente superiores.

<sup>109</sup> PICCOLO, Helga I.J, *op.cit*, p-63.

<sup>110</sup> PESAVENTO, Sandra J, *op.cit*, p-66.

Nos editoriais de "A Federação", o líder republicano deixa bem claro que não admitirá obstáculos que impeçam de atingir o fim pretendido. Em 19 de novembro, assim escreve:

*"Tolerância e justiça - eis a divisa com que plantamos os estandartes da vitória sobre os muros derrocados do velho castelo monárquico.*

*Com a tolerância podem contar todos os bem intencionados, fosse qual fosse o seu passado, no tempo em que as consciências não eram livres, peadas pelos interesses.*

*Com a justiça podem contar todos os habitantes da República, nacionais ou estrangeiros: os bons para serem respeitados e protegidos, os maus para serem punidos com a severa, inexorável e necessária firmeza da Revolução gloriosa em que nos achamos."*<sup>112</sup>

Com o advento da República, os antigos defensores da Monarquia, especialmente os latifundiários, rapidamente aderiram ao movimento republicano, continuando a usufruir do poder, surgindo a figura dos "fazendeiros da república".

No Rio Grande do Sul tal fato não ocorreu, uma vez que os republicanos, como regra, não aceitaram o ingresso em suas fileiras de adeptos da Monarquia. Castilhos expurgou de todos os cargos públicos os funcionários que pertenciam ao Partido Liberal, só aceitando para a administração aqueles que fizeram a campanha de propaganda republicana durante o Império. O radicalismo de Castilhos impediu a confraternização dos rio-grandenses na formação do novo governo.

Vizentini explica o momento de transição política:

*"Quando a República é proclamada, o pequeno, mas bem organizado e ideologicamente coeso PRR, ascende ao poder, marginalizando a oligarquia liberal largamente dominante. O perfil político e o projeto econômico dos republicanos liderados por Júlio de Castilhos inviabilizaram qualquer possibilidade de cooptação dos liberais do Império. Esses, vendo sua máquina político-eleitoral ser desmantelada e a*

<sup>111</sup> PINTO, Celi R.J. *Positivismo: Um Projeto Político Alternativo*(RS:1889-1930).Porto Alegre:LPM,1986, p-10.

<sup>112</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-60.

*orientação econômica do novo governo favorecer outros setores, ficam em situação difícil.*"<sup>113</sup>

Proclamada a República, só haveria lugar para um partido, o partido da consolidação da República, devendo os opositores se limitarem à cega obediência às leis.

Tal situação agitou os ânimos e tumultuados foram os dias que se seguiram à proclamação da república, sucedendo-se os governadores, os desacertos, as quedas e os atos de violência.

#### *a - O Governo do Visconde de Pelotas*

Proclamada a República, os jovens republicanos do Rio Grande do sul, apesar de sua incontestável audácia, não se julgaram com forças suficientes para assumirem sozinhos o Governo do Estado.

Os episódios recentes da Questão Militar os tinham aproximado do Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, Visconde de Pelotas, detentor de grande prestígio dentro das forças armadas e dentro do mais forte partido da província, que era o Partido Liberal. Senador do Império e glória do Exército, reunia ele as condições necessárias para garantir a tranquilidade da transição da Monarquia para a República. Isso explica que, desde a tarde do 15 de Novembro, os líderes republicanos se articulassem para indicar ao Governo Provisório o nome do Visconde de Pelotas, que aceitou o cargo.<sup>114</sup>

Mas, o grupo de jovens chefes republicanos que gravitavam em torno do jornal "A Federação" e muito especialmente Júlio de Castilhos, não estavam dispostos a abrir mão do poder. Prestigiaram o Visconde, mas, adonando-se do primeiro escalão de governo, desde logo cuidaram de exercer influência decisiva em todas as providências administrativas.

Os conflitos entre o velho general e seus auxiliares eclodiram muito cedo, sobretudo porque o ex-senador do Império não se desligara de suas antigas preferências pelo Partido

<sup>113</sup> VIZENTINI, Paulo F. *A Crise dos anos 20*. Porto Alegre:Ed. da Ufrgs, 1992, p-10.

<sup>114</sup> FRANCO, Sérgio da C. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre:Ed. da Ufrgs, 1993, p-8.

Libertador, porque insistia em resistir às inclinações hegemônicas do Partido Republicano e porque se inclinava no sentido de uma política de conciliação interpartidária. Ora, os republicanos rio-grandenses desejavam adesões incondicionais; nunca a partilha consensual do poder.<sup>115</sup>

Qualquer transição que envolvesse a partilha do mando com Gaspar Martins e seu grupo representaria atrelar o Partido Republicano ao carro de triunfo do chefe tradicional. E Castilhos, como os seus companheiros de luta, esperava da República uma transformação total dos velhos métodos políticos e administrativos.

A orientação de Castilhos, como se vê, era profundamente sectária. Traçava ele uma fronteira intransponível entre os republicanos e os que não o tinham sido, sem cogitar de apelos à concórdia. E assim agia porque, líder de uma facção minoritária, que alcançara a vitória pelos azares de um golpe militar, procurava resguardar sua grei de uma indesejável contaminação de adesistas poderosos.

Face à situação de conflito com a ala jovem republicana, o Visconde de Pelotas se exonera do cargo de Governador Provisório do Rio Grande do Sul, em 11 de fevereiro de 1890.

Durante o Governo do Visconde de Pelotas, a oposição liberal já fustiga os republicanos. Euclides B. De Moura relata que:

*"Os liberais, depois de terem assistido impassíveis ao desmoronar do Império, e inculcando-se adesos à revolução triunfante, tomando por fraqueza a longanimidade da República, em vez de aceitarem o fraternal convite, romperam em hostilidade não só contra os republicanos, mas também contra a nova forma de governo, cujas instituições procuraram deturpar na opinião pública.*

*Impelidos pela bruteza desses políticos gastos nas saturnais do Império, viram-se coagidos os republicanos rio-grandenses a pôr-se em guarda contra tão desleais adversários que antepunham ao amor da pátria a ambição e o egoísmo de que se achavam eivados.*

<sup>115</sup> FRANCO, Sérgio da C. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre:Ed. da Urgs, 1993, p-9.

*(...) E não tardaram a frutificar as ciladas que ao velho General armaram os seus antigos correligionários: Câmara foi coagido a abandonar o governo, indignado contra o Partido Republicano, que recusava-lhe sancionar uma nomeação imoral, vendo-se por essa forma incompatibilizado, no alto posto que lhe fora confiado, com os diretores da política dominante.<sup>116</sup>*

#### *b- O Governo do General Júlio Frota*

O segundo governador provisório, General Júlio Anacleto Falcão da Frota, empossado a 11 de fevereiro de 1890, foi indicado ao Marechal Deodoro pelos dirigentes republicanos do Estado e com eles mantinha cordial e estreita ligação. Seu curto período de governo, que completou três meses, assinalou um crescimento da hegemonia castilhistas dentro da estrutura de poder.

Bem entrosados com o General Frota, novo chefe do Governo Rio-Grandense, os republicanos acreditaram que se houvesse atingido maior grau de estabilidade política. Sem enfrentar os percalços que antes lhes opunha o Visconde de Pelotas, puderam promover, com mais segurança, a substituição dos funcionários vinculados ao antigo regime. Obtida do Governo Central a autorização para substituir os comandos da Guarda Nacional, que não sendo significativa como força militar, o era como instrumento eleitoral, passaram a ser paulatinamente reestruturados os corpos daquela milícia.<sup>117</sup>

Mas o Governo do General Júlio Frota se encerrou em razão de conflito com o governo federal, ou, mais precisamente, com o Ministro da fazenda, Rui Barbosa, em torno da instalação e funcionamento dos bancos de emissão.

Entre os princípios adotados pela reforma financeira de Rui em janeiro de 1890, figurava um sistema plural de emissões, com a instituição de bancos privados, aos quais se atribuía, entre

<sup>116</sup> MOURA, Euclydes B. de. *O Vandalismo no Rio Grande do Sul. Antecedentes da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, 2ª ed, p-13-14.

<sup>117</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Op.cit*, p-67.

outros privilégios, o de emitir dinheiro lastreado por apólices da dívida pública. Um desses bancos, o Banco Emissor do Sul, foi destinado ao Rio Grande do Sul.

Essa medida despertou imediata reação em vários círculos, especialmente no Rio Grande, onde o Partido Republicano era radicalmente contrário aos princípios financeiros que ela consubstanciava. Demétrio Ribeiro, o único gaúcho do ministério, em discordância total com seu colega da Fazenda, por esse e talvez por outros motivos, exonerou-se incontinenti. Tanto ele como Castilhos entendiam imoral e ilegítimo outorgar-se o privilégio de emissões a estabelecimentos particulares de crédito e atribuir-se a bilhetes de bancos o benefício do curso forçado. Temiam ademais o incremento da inflação, que assoberbava o País desde o Ministério do Visconde de Ouro Preto.<sup>118</sup>

De se salientar que o concessionário do Banco Emissor e o seu dirigente(respectivamente o Visconde da Cruz Alta, capitalista do Rio, e o Comendador Frederico Duval no Rio Grande do Sul) eram pessoas ligadas ao regime decaído, razão porque o Partido Republicano Rio-Grandense considerava inaceitável sua instituição.

A partir de 16 de abril, data de criação do Banco, a questão ferve, com os Castilhistas de "A Federação" hostilizando-o abertamente e o jornal "Mercantil", ligado aos antigos partidos monárquicos, fazendo sua ostensiva defesa. Em sucessivos artigos do "Mercantil", lê-se que a hostilidade àquele Banco nasceria de interesses contrariados de acionistas e diretores do Banco da Província do Rio Grande do Sul, que exerceria, até então, um quase monopólio do crédito; e de preconceitos dos castilhistas.<sup>119</sup>

A 1º de maio, a instalação do Banco se consumou, desconsideradas totalmente as súplicas do Governador Frota, de Castilhos e da Executiva Republicana. O General, considerando-se desautorizado, resignou o cargo, sendo acompanhado por Júlio e os demais secretários e por diversos outros ocupantes de cargos de confiança.

<sup>118</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit.*, p-68.

<sup>119</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*, p-11.

*c- O Governo interino de Francisco da Silva Tavares*

Face à situação instalada, resolveu o Marechal Deodoro investir na administração do Rio Grande do Sul um militar estranho ao ambiente político local, residente no Rio. O General Cândido Costa foi o nomeado para substituir Júlio Frota, sendo designado para primeiro vice-governador o Dr. Francisco da Silva Tavares, de rica e influente família bageense, elemento que militara no Partido Conservador, mas que aderira aos Republicanos em meados de 1889. A Tavares, em face da ausência de Cândido Costa, foi transmitido o poder a 6 de maio de 1890.

Com a assunção de Silva Tavares, os castilhistas foram alijados do governo, e alçados ao poder algumas figuras muito representativas da situação decaída em 15 de novembro.

No jornal "Mercantil", defensor da velha ordem dinástica, a substituição de Frota por Tavares é colocada em termos de uma virada política, com o restabelecimento da moderação e do respeito pelos adversários. Seria, segundo o editorial de 06/05/1890, o fim da política de exclusivismo praticada pelos castilhistas.<sup>120</sup>

Entre Silva Tavares e os companheiros de Castilhos, reinava a desconfiança que naturalmente haveria de separar os republicanos históricos, velhos paladinos da causa, dos adesistas da última hora.

O governo de Silva Tavares durou apenas sete dias, uma vez que o clima político do Estado não permitiria que sua administração prosperasse.

À noite de 7 de maio, manifestantes republicanos apedrejaram o prédio em que se instalara o famigerado Banco Emissor do Sul. Para a data de 13, a União Republicana, clube político recentemente fundado, convocou uma reunião popular comemorativa da abolição da escravatura. Como se assoalhassem boatos de que a manifestação se converteria em motim para a derrubada do Governo, Silva Tavares determinou, imprudentemente, a intervenção policial para dissolução do comício. Quando o povo, ao som de bandas de música, já se encontrava aglomerado na tradicional Rua da Praia (na esquina da atual Rua Uruguai), apresentou-se de armas embaladas um pelotão do Exército, com o objetivo de dissolver a festa cívica. Recebida



por gritos de protesto e pelo toque marcial da Marselhesa, a tropa reagiu brutalmente, alvejando o povo a tiros, com o que fez seis vítimas, sendo um morto e cinco feridos. Dentre estes, a figura simpática e extremamente popular do advogado Barros Cassal.<sup>121</sup>

Contemporâneo dos fatos, relata Moura :

*"que orava nessa ocasião o Dr. João de Barros Cassal, que caiu varado pelas balas , e também, além de outros feridos mais ou menos levemente, o inditoso moço Henrique Navarro, de nacionalidade espanhola, cujo sangue deve pesar eternamente na consciência dos mandantes desse assassinato.*

*Pretendendo atenuar a odiosidade desse crime, A Reforma, órgão liberal e a esse tempo amigo do governador, disse que entendendo mal as ordens do comandante, a força fizera fogo quando ele apenas mandara preparar armas..."<sup>122</sup>*

Os castilhistas, que já conspiravam contra o governo de Silva Tavares, estimularam um movimento de rebeldia na Escola Militar, de que afinal resultou a entrega do poder estadual ao Comandante das Armas, General Carlos Machado Bittencourt. Este transmitiu o mando, onze dias depois, ao General Cândido Costa, o governador nomeado por Deodoro para apaziguar os ânimos.

O período de transição foi tumultuado:

*"No período que se seguiu à deposição de Tavares, até a posse do governador efetivo, General Cândido Costa, em 24 de maio, a indignação pela violência do atentado sofrido em data de 13, levaria os republicanos à prática de inúmeros excessos e atos de fanatismo jacobino, com a detenção de diversos adversários conspícuos, entre os quais o velho jornalista Von Koseritz, inocente de qualquer culpa. O ex-chefe de polícia, Dr. Antero D'Avila, a que se atribuía a responsabilidade direta pelo espingardeamento do povo, teve que fugir da capital para sua fazenda, e, depois de várias peripécias, embarcar em Pelotas com passagem de terceira classe*

<sup>120</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. P-12.

<sup>121</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-72.

<sup>122</sup> MOURA, Euclydes B. de, *op.cit*, p-16.

*para Santa Catarina. Alegando falta de garantias, os jornais oposicionistas O Mercantil e A reforma suspenderam sua publicação durante vários dias.*"<sup>123</sup>

O incidente acarretaria a definitiva incompatibilização dos republicanos com a poderosa família dos Silva Tavares, que desde então faria causa comum com os adversários do castilhismo.

#### *d- O Governo de Cândido Costa*

Em 24 de maio de 1890, o General Cândido Costa assumiu o governo estadual, e procurou a solidariedade de Castilhos. Aprendendo a lição dos fatos mais recentes e certamente atendendo a instruções do Governo Provisório, o novo mandatário da União vinha beijar a mão aos republicanos históricos do Rio Grande. Não era possível prescindir do seu apoio, caso pretendesse realizar uma administração tranqüila.

Voltava, assim, a equipe de propagandistas da república, a ocupar as Secretárias de Estado: Castilhos, Fernando Abbott, Antônio de Faria e Homero Baptista.

Em 28 de maio Júlio de Castilhos seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de manter entendimentos com o Governo. Em 16 de junho, na Capital da república, os meios políticos ofereceram-lhe um banquete, em que foi saudado por Silva Jardim, Sampaio Ferraz, Ferreira de Araujo, Saturnino Cardoso, além do gaúcho Ramiro Barcellos.

O Gabinete do Marechal Deodoro procurou cobrar de Castilhos compensações pelo apoio que lhe dispensara em transes recentes. Já se concatenavam esforços em torno da candidatura de Deodoro à Presidência da República, e, uma vez aparadas as arestas que dificultavam as relações entre o Rio Grande e a União, nomeado Castilhos primeiro Vice-governador do Estado, voltou ele comprometido a sustentar e defender aquela candidatura.

Mas, enquanto isso, no Estado, seus adversários organizavam-se para dar combate eficaz ao Partido Republicano:

---

<sup>123</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit.*, p-73.

*"A 3 de junho, na mansão dos Câmaras, na Rua Duque de Caxias, reuniram-se próceres liberais, conservadores e dissidentes republicanos para estruturar o que seria a coligação intitulada "União Nacional", cujos objetivos foram expressos em manifesto de 10 do mesmo mês. Nesse documento, se dizia , em suma, que o Estado estava imerso na intranquilidade e na insegurança, cerceadas as liberdades públicas, abandonados os interesses coletivos; acentuava-se que a inconformidade dos signatários não decorria de qualquer apego às instituições do passado, porém nascia "dos vícios e defeitos desta época estragada por manhas e audácias, provocadoras da reação espontânea do instinto de conservação social"; e sublinhava-se a necessidade de "esterilizar estes elementos de decomposição do corpo social".<sup>124</sup>*

Além dos dirigentes mais importantes da facção gasparista, assinavam o manifesto o Visconde de Pelotas, o Dr. Francisco da Silva Tavares e alguns republicanos dissidentes, como Apolinário Porto Alegre.

Esta tímida articulação oposicionista se desenvolvia quando o governo provisório da República ainda não fixara data para as primeiras eleições nem as bases constitucionais provisórias. Tal aconteceu somente a 22 de junho de 1890, através do decreto 510, que publicou o projeto de Constituição, seguindo-se-lhe, no dia imediato, o Regulamento Eleitoral. Este, que passou à história com o nome com o nome de Regulamento Alvim, por causa do Ministro do Interior, José Cesário de Faria Alvim, que o concebeu, envolvia o claro objetivo de assegurar vitória ao situacionismo nas eleições para o Congresso constituinte, convocadas para 15 de setembro do mesmo ano.

Tanto o projeto constitucional(que mantinha em vigor alguns dispositivos de exceção) quanto o regulamento eleitoral jogaram água fria nas pretensões dos políticos que ensaiassem uma estratégia de oposição ao novo regime, tendo adotado cautelas para não perder as eleições: O Regulamento Alvim, no entregar alistamento eleitoral e apuração às juntas municipais(nomeadas pelos governos estaduais), ao mesmo passo em que bania a representação das minorias, cortou cerce qualquer possibilidade efetiva de articulação oposicionista.

<sup>124</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-75-76.

Entre julho e agosto de 1890, a oposição oscila entre as duas alternativas: a de disputar as eleições e a de boicotá-las pelo convite à abstenção. Ainda em 18 de agosto, "O Mercantil" que, paralelamente à "A Reforma", refletia a opinião da União Nacional, publicava editorial com o seguinte tópico:

*Discordamos dos ilustres patriotas que aconselham a abstenção no próximo pleito eleitoral(...) Com ou sem reformas no regulamento eleitoral, devem todos concorrer às eleições.*<sup>125</sup>

Todavia, no dia 28 de agosto, o jornal recomenda francamente a abstenção, porque havia a clara perspectiva de "correr sangue" na hipótese de ir a oposição às urnas. E no dia seguinte transcreve manifesto da União Nacional, em que esta frente aconselhava a abstenção:

*Entretanto, inopinadamente, surge uma circunstância que veio produzir na sociedade rio-grandense sombrias apreensões(...). Referimo-nos ao pronunciamento das guarnições, já conhecido pelas publicações da imprensa. Vê-se, por esses pronunciamentos sobre o pleito de 15 de setembro, conforme declaram os militares que os firmam, a força armada intervirá na eleição para, a todo o transe, fazer triunfar a chapa apresentada pelo governo do Estado. (...) O nosso primeiro passo na campanha em que vamos entrar, e que reclama todas as nossas energias, é a abstenção. Começemos por ela a resistência.*<sup>126</sup>

O manifesto foi assinado pelo Visconde de Pelotas, Joaquim Pedro Salgado, Francisco da Silva Tavares, Catão Augusto dos Santos Roxo e Joaquim Pedro Soares, como dirigentes da União Nacional.

Os Republicanos, como já era de se esperar, foram os vencedores do pleito:

*"Diante da abstenção dos oposicionistas, a chapa republicana foi eleita sem discrepâncias, recolhendo o candidato mais votado, 37.444 votos para a Câmara, e Ramiro Barcelos, para o Senado, 37.942. Barros Cassal, o desafiante solitário do situacionismo, totalizou 7.219 votos, sendo ainda menor a votação do*

<sup>125</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. P-18.

<sup>126</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*, p-19.

*Centro Católico, pequeno partido que, naquela ocasião, correu em faixa própria. A União nacional, apesar de pintar a normalidade do pleito com as cores mais negras, não deixou de cantar vitória, sustentando que o partido governista não conseguira recolher para si a metade dos alistados. O boicote às urnas teria sido eficaz. De fato, o total de eleitores alistados alcançara, conforme dados oficiais, 73.762.*"<sup>127</sup>

As eleições federais interessavam ao Partido Republicano Rio-Grandense pela possibilidade de influir na elaboração constitucional da União e de afirmar a presença nas composições do poder central. Mas nada preocupava mais a Castilhos e seus companheiros do que a montagem de uma sólida máquina de controle político dentro do próprio Rio grande do Sul. Aqui estava o desafio maior, representado sobretudo por Gaspar Silveira Martins e seu partido, que até 1889 exercera um forte predomínio na Assembléia Provincial, na administração regional, nas Câmaras Municipais e na Guarda Nacional.

Pinto faz preciso diagnóstico do momento político então existente:

*"O PRR, neste momento, não provocou uma ruptura nesta rede de relações pessoais, revertendo parte dela a seu favor, nem tampouco criou um grupo próprio de apoio; o que na realidade aconteceu, foi a organização de uma grande fraude eleitoral com o apoio do governo da União. Se esta vitória, por um lado, não é indicador de uma posição estável de poder do PRR no estado, ela indica que o partido teve sucesso em impedir a velha estrutura coronelista de funcionar apropriadamente."*<sup>128</sup>

Mas, de qualquer modo, o resultado das eleições consagrara a direção partidária de Júlio de Castilhos e a vitória dos Partido Republicano.

Após as eleições, em 18 de outubro de 1890, o governador Cândido Costa designou uma comissão tríplex (Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos e Assis Brasil) para elaborar o projeto da Constituição Estadual, tarefa que Castilhos, afinal, enfrentaria sozinho.

<sup>127</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1983*, p-20.

<sup>128</sup> PINTO, Celi R. J, *op.cit*, p-17.

A 15 de novembro, primeiro aniversário da Proclamação da República, instalar-se-ia no Rio o Congresso Constituinte, para votar a lei básica da Nação sob o novo regime, que seria promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

O General Cândido Costa , fatigado pela contínua ebulição política, pleiteara por diversas vezes a sua demissão do cargo de governador, o que veio, afinal, a concretizar-se em 16 de março de 1891. Fernando Abbott, o segundo vice-governador, o substituiu, porque mais uma vez Júlio de Castilhos declinou o encargo.

Diante deste quadro político absolutamente tumultuado, travando os republicanos históricos intensa luta pelo poder com os opositores, Júlio de Castilhos, sob o influxo de sua declarada formação positivista, iria formatar um arcabouço jurídico apto a manter os castilhistas por longo período no poder: A Constituição Rio-Grandense de 1891.

### 3 - O POSITIVISMO NA CONSTITUIÇÃO GAÚCHA DE 1891

#### 3.1.-Antecedentes históricos da Carta Constitucional

Estando eleito o Congresso Constituinte que deveria discutir e elaborar a Constituição Federal, o governo provisório da República baixou decreto em 04/10/1890, providenciando sobre a convocação das assembleias legislativas dos estados.

Em consonância com aquele decreto federal, o governo do general Cândido Costa, em Porto Alegre, baixou em 18 de outubro de 1890 o ato que nomeou uma comissão, composta dos cidadãos Drs. Ramiro Fortes Barcelos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio Prates de Castilhos, com o encargo de elaborar o projeto da Constituição do Estado.

Naquele momento, todos os membros da comissão, já eleitos, senador o primeiro, e deputados os dois últimos, preparavam-se para seguir para o Rio de Janeiro, onde participariam do Congresso Constituinte. Destarte, a aludida comissão não teria condições de se reunir logo, até porque, segundo os rumos que tomasse a elaboração constitucional federal, poderiam variar os lineamentos institucionais do Estado.

Nos meses do verão de 1891 as atenções se voltaram para o Rio de Janeiro, onde o Congresso Constituinte votava a Constituição da República, afinal promulgada em 24 de fevereiro.

A elaboração da Carta foi um processo *intramuros* dos políticos republicanos, ao qual se mantiveram alheios os oposicionistas gaúchos. Nenhum representante da oposição chegara ao Congresso, salvo os dissidentes Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, mas estes em nada refletiam o pensamento liberal e parlamentarista dos partidários de Silveira Martins.<sup>129</sup>

Quando do retorno dos republicanos gaúchos que ajudaram na confecção da Carta Federal, Castilhos foi recebido "por vibrantes manifestações de apreço de seus correligionários.

À tarde, em comício na Praça da Alfândega, prestou contas da conduta parlamentar da bancada republicana, discursando perante a massa partidária, que já o apontava como futuro presidente do Estado."<sup>130</sup>

Mas, havia acirramento de ânimos e grande incompatibilidade entre gasparistas e republicanos castilhistas. O editorial do jornal "A Reforma"(ligado ao grupo gasparista), em 10 de março de 1891, quando do retorno do Rio de Janeiro dos congressistas gaúchos, tinha tons de uma declaração de guerra:

*"Chegou ontem do Rio a primeira turma dos congressistas rio-grandenses, a gema do oficialismo, pugilo de sustentadores incondicionais de todos os desmandos do governo. Pisando a terra rio-grandense, o grupo caudilhado pelo Sr. Júlio de Castilhos vem encontrar levantada contra si a opinião rio-grandense, que lhe reprova a conduta parlamentar e lhe denega o apoio que só se conquista a exemplos de civismo."*<sup>131</sup>

Por sua vez, a oposição se organizava:

*"A 'União Nacional'(frente de oposição aos Castilhistas, formada por republicanos dissidentes e gasparistas), se mostrava firmemente decidida a intervir nas eleições para a composição do congresso estadual, tanto que em manifesto de 1º de janeiro de 1891 já reclamara a designação de datas para a convocação da Constituinte do Estado, acusando os republicanos de a postergarem indevidamente, no que lhe não assistia razão alguma, pois que não fora votada ainda a Carta Constitucional Federal. Depois de invectivar os castilhistas e de pregar a necessidade de união para derrotá-los, concluía dizendo: 'O Governo pertence à maioria e a maioria somos nós'."*<sup>132</sup>

Em 25 de março de 1891, pelo ato 192, o vice-governador do Estado, em exercício, Fernando Abbott, convocou eleições para 5 de maio, a fim de ser escolhida a Assembléia Constituinte Estadual, a reunir-se em 25 de junho. Nesse mesmo decreto se estipulava que o projeto constitucional deveria estar pronto e publicado pelo menos quinze dias antes do pleito

<sup>129</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 1993, p-21.

<sup>130</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*, op.cit, p-93.

<sup>131</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*, p-22.

<sup>132</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, op.cit, p-93.



eleitoral. Este prazo não foi rigorosamente cumprido. O projeto apareceu publicado em 25 de abril, dez dias antes da data marcada para as eleições.<sup>133</sup>

A oposição, que já vinha reclamando pela tardança do governo em convocar eleições estaduais, não aprovou os termos do Ato 192. Pelo menos o jornal "A Reforma", em seu editorial de 27 de março, sob o título de "A Comédia", estranhou que o governo não decretasse desde logo uma constituição, para submetê-la depois ao crivo do congresso Constituinte. O fato de se cogitar de um "projeto", publicável 15 dias antes da eleição, para servir de base à elaboração constitucional, pareceu aos editores do jornal gasparista um ato de cinismo. E o texto era violentíssimo:

*"Nunca se viu, em parte alguma do mundo, maior cinismo, sim, cinismo, do que esse de que dão prova os desgraçados que infelicitam o Rio Grande do Sul com uma política baixa e porca, somente própria de bandos de salteadores ou aves de rapina, incapazes de um sentimento nobre, revelando que tudo embotou-se em suas almas - consciência do dever, noção da honra, respeito pela dignidade."*<sup>134</sup>

Cabe dizer que o momento da elaboração da proposta constitucional era marcado por tremenda ebulição política. Entre março e abril de 1891 já se delineavam no Estado as duas grandes forças, polarizadas em posições extremistas e incompatíveis, que irão enfrentar-se nas renhidas eleições de 5 de maio, que tomarão em armas nas escaramuças de novembro de 1891 e de junho de 1892, e que, afinal, a partir de fevereiro de 1893, estarão empenhadas em sangrenta guerra civil.

Muito contribuíra para o acirramento dos ânimos a cisão dos republicanos, pois que entre os ortodoxos e os adeptos de Barros Cassal se abrira um fosso intransponível de ressentimentos. E ambas as facções gozavam de prestígio na massa dos porto-alegrenses. No comício havido por ocasião do retorno da delegação republicana do Rio de Janeiro, apartes provocadores surgiram dentre a multidão, despertando a réplica dos oradores e tumultos na assistência. Terminou também em brigas e correrias a manifestação, prestada dois dias depois, aos deputados dissidentes, Antão e Demétrio.

<sup>133</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-26.

<sup>134</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*, p-22.

Desde 1890, o ambiente político do Rio Grande do Sul nada tinha de pacífico:

*" Os republicanos históricos, numérica e economicamente fracos, temendo uma absorção pelas forças políticas dominantes até 1889, resistiram ao adesismo e a todas as formas de conciliação. As oposições, por seu turno, aglutinadas no partido intitulado União Nacional, tinham recomendado a abstenção do voto nas eleições para o Congresso Constituinte federal, alegando, com justos motivos, o facciosismo do regulamento eleitoral. Depois do apoio dado por Júlio de Castilhos ao marechal Deodoro na primeira eleição presidencial, brotara forte a facção dissidente de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antônio de Faria, - grupo que passou a editar um jornal próprio, O Rio Grande, lançando, em 13 de abril de 1891, o programa de um novo partido denominado Republicano Federal. O manifesto desse partido, apresentado em 23/4, dois dias antes da divulgação do projeto constitucional castilhista, revelava uma coligação amplíssima de opositores, que abarcava, além dos dissidentes republicanos, numerosos conservadores e liberais partidários de Silveira Martins. A permanência deste último no exílio gerava entre seus ardentes seguidores um clima emocional de indignação. A inflexibilidade de Júlio de Castilhos na gestão dos negócios públicos e na condução da política partidária atraía-lhe um caudal de antipatias e de ódios, inclusive entre velhos companheiros da propaganda republicana e até entre adeptos do positivismo, como eram Demétrio e Dinarte Ribeiro."*<sup>35</sup>

Da assembléia dos eleitores republicanos da Capital, realizada no jornal "A Federação", saiu uma lista de candidatos à Constituinte, que seria, quase sem retoques, a nominata oficial do PRR: dos 48 nomes então escolhidos, somente cinco seriam substituídos na lista final, organizada após a manifestação de outras assembléias partidárias do interior do Estado. A fidelidade parece ter sido o critério dominante na escolha dos candidatos, apenas temperada pela inclusão de três membros do Centro Católico, organização que no pleito anterior havia feito um simulacro de oposição. Houve um processo deliberado de cooptação dos católicos, representados por Alfredo Clemente Pinto, Francisco de Paula Lacerda de Almeida e Luiz Englert.

De outra banda, em 14 de abril de 1891 divulgou-se a lista dos candidatos da União nacional, encabeçada pelo nome de Gaspar Silveira Martins. No dia seguinte, publicava-se o manifesto do partido, com as assinaturas do Visconde de Pelotas, José Bernardino da Cunha Bittencourt e Joaquim Pedro Salgado. Basicamente, a União Nacional se mostrava agora o resultado da fusão dos dois partidos monárquicos, o conservador e o liberal. Da nominata de candidatos, não constavam republicanos do grupo de Demétrio Ribeiro e Cassal. Entretanto, essa exclusão durou apenas dez dias: a 24 de abril, publicava-se o manifesto de lançamento de um novo partido oposicionista, desta vez o Partido Republicano Federal, aglutinando a União Nacional com os dissidentes republicanos. Reconhecia-se, evidentemente, o imperativo de somar forças para enfrentar, na medida do possível, o rolo compressor do oficialismo.<sup>136</sup>

Nos termos da legislação então vigente, e que se destinava a consolidar a República, não se previa qualquer modalidade de representação das minorias. O eleitor podia votar em tantos nomes quantos os lugares a preencher na Assembléia. Os mais votados seriam os eleitos, o que resultou na formação de uma Assembléia maciçamente castilhistas, com a presença meramente decorativa de três deputados do Centro Católico. Ou seja, os adversários do castilhismo não conseguiram eleger nenhum deputado.

Como era esperado, ocorreram indignados protestos da oposição, manifestados através dos jornais "A Reforma", "Mercantil" e "Rio Grande", referindo que o pleito havia sido marcado pela fraude, ao passo que o jornal "A Federação" replicava que jamais, em qualquer tempo, se votara tão livremente.

A oposição anticastilhista, inobstante a derrota, obteve expressiva votação:

*"Prejudicados, ou não, pelos métodos de alistamento, de funcionamento das mesas eleitorais e de apuração, os números oficiais revelaram a presença de uma oposição muito forte, que superou o Partido Republicano Rio-Grandense em Bagé, Alegrete, Dom Pedrito, Cacimbinhas, São Lourenço, Viamão, Lavras e Taquara. Em Porto Alegre, o Partido Federal se declarou vencedor por 45 votos de vantagem, enquanto os resultados oficiais acusaram uma vitória de 194*

<sup>135</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-27.

<sup>136</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*, p-23.

*sufrágios para a chapa governista. Em síntese, no conjunto do Estado, o partido castilhista se aproximou dos 29 mil votos, enquanto os oposicionistas superaram a casa dos 18 mil. Nunca mais, até 1930, a oposição conseguiria alcançar uma tal proporção de sufrágios(37%): nem em 1907 com Fernando Abbott, nem em 1922 com Assis Brasil.<sup>137</sup>*

### 3.2 O Projeto da Constituição

Foi por esse tempo que Castilhos concebeu seu projeto de "Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul", que, com poucas alterações, viria a ser aprovado pelo poder constituinte. Embora os considerandos reproduzissem a referência aos três membros da comissão, sabe-se hoje, fora de qualquer dúvida, que Assis Brasil e Ramiro Barcelos não tiveram nenhuma participação no projeto, que foi obra exclusiva de Júlio de Castilhos. De Assis Brasil, diz-se que teria recusado assinatura ao trabalho elaborado por Castilhos, visto discordar de suas bases. E de Ramiro Barcelos, que nunca recusou apoio ao texto, sabe-se que estava ausente de Porto Alegre na oportunidade. De fato, a atribuição de autoria coletiva não foi contestada imediatamente, quer por Assis Brasil, quer por Ramiro Barcelos, como seria lícito esperar. Só em novembro, quando de seu rompimento definitivo com Júlio de Castilhos, Assis Brasil mencionaria o texto constitucional castilhista como "extravagante mistura de positivismo e demagogia", esclarecendo que dito projeto fora "exclusivamente composto pelo Dr. Castilhos".<sup>138</sup>

É muito sugestivo o depoimento de Assis Brasil em seu histórico discurso de Santa Maria, em 20 de setembro de 1908, a respeito da circunstância em que foi gerada a Constituição de 1891:

*"E será uma hipótese vã essa de supor que a Constituição do Rio Grande teve como principal inspiração a idéia de pôr um instrumento de resistência nas mãos do primeiro governador? Tanto não o é, que vemos essa declaração renovada constantemente por*

<sup>137</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*, p-24.

<sup>138</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-26.

*muitos republicanos dentre os mais conspícuos(...). Neste ponto eu podia ir muito mais longe e afirmar que no próprio espírito do ilustre autor da Constituição, pelo menos nos primeiros tempos, enquanto a Constituinte estadual trabalhava, outra não era a orientação. Consta que vários correligionários influentes ou íntimos seus lhe ouviram essa declaração. (...) Não quero que me aceitem para juiz; mas posso depor perante a História a respeito de fatos em que fui parte, quite a essa mesma História reservar-se o grau de crédito que merecer perante a crítica desapassionada. Depois deste esclarecimento; Senhores, direi que eu mesmo ouvi do legislador da Constituição que o seu projeto tinha dois fins: 1º era criar um aparelho capaz de agüentar a onda opositora que começava a invadir; 2º era 'tapar a boca' - uso a própria expressão - aos então dissidentes republicanos, a cuja frente se achava o nosso velho benemérito companheiro Demétrio Ribeiro. Ai fica o depoimento. A história que o recolha ou o repudie."*<sup>139</sup>

Assim, o esquema constitucional que viria a ser consagrado pela Constituinte Estadual, em 14 de julho de 1891, pode-se dizer que reflete "in totum" o pensamento político de Júlio de Castilhos, ou, pelo menos, o compromisso de suas concepções teóricas com as injunções da ordem política federal, da tradição e da conjuntura histórica.

Na ocasião, o Partido Republicano enfrentava uma oposição das mais aguerridas. Não só os velhos grupos políticos da Província, que havia decênios a dominavam, se tinham agrupado sob o pálio da "União Nacional", assestando os canhões de sua palavra e de sua imprensa, aliás numerosa e forte, contra o Governo e as idéias castilhistas, como também o bloco republicano dissidente lhes oferecia oposição ferrenha, através das páginas do jornal "O Rio Grande". Com esta última ala ainda se solidarizava um considerável grupo de militares, arrastados pela influência de Demétrio Ribeiro, que fazia praça de comtismo ortodoxo, tendo sido perante a Constituinte o emissário das sugestões do Apostolado Positivista.

Por outro lado, a situação nacional não oferecia motivos de confiança e de tranqüilidade. Afundado na inflação e no jogo bolsista, o País vivia uma quadra de generalizada insegurança, em face da queda vertiginosa do câmbio e de uma inédita ascensão do custo de vida. Desde

<sup>139</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-28.

janeiro, o ministério do negociista Lucena despertava crescente insatisfação contra o Governo Deodoro. Em alguns setores, esboçavam-se articulações em prol da restauração da Monarquia, que se valorizava na proporção das atribuições que afligiam a República.<sup>140</sup>

Castilhos procurou, diante de tudo isso, armar para o Estado um sólido e eficiente aparelho governativo, em que a autoridade se casasse à responsabilidade. Sempre fora um presidencialista convicto, fiel à orientação de Augusto Comte, que preconiza a ditadura republicana. Já antes de 15 de novembro, dissera que a República Parlamentar "seria substancialmente idêntica ao monarquismo". Tivera, diante de seus olhos, na fase final do Império, a resistência reacionária do Parlamento ante a política abolicionista do Imperador, para convencer-se da força de inércia dos governos parlamentares. E, além das razões doutrinárias que o inspiravam, necessitava de instrumentos práticos de ação para resistir à onda hostil da oposição rio-grandense, que tinha por trás de si o poder econômico e o prestígio social.<sup>141</sup>

Para se traçar o histórico da Constituição Rio-Grandense de 1891, é necessário buscar suas raízes no Congresso do Partido Republicano de 1884.

As bases programáticas do Partido Republicano, formuladas por Júlio de Castilhos e aprovadas pelo Congresso, são um conjunto harmônico de idéias inspiradas numa doutrina, que vão constituir o alicerce para a construção de uma nova ordem social e política. Estas bases vão ser vertidas em sua quase integralidade na Constituição Gaúcha de 1891.

Consoante Didonet "um dos pontos firmados e no qual os republicanos não cediam, era a **descentralização**. A exigência de que a forma de governo fosse o presidencialismo e a federativa, levou Castilhos a proferir inflamados discursos em que firmava sua fé positivista e as tradições de sua terra. No frontispício de "A Federação" estava à guisa de lema: 'Federação - Unidade; Centralização - Desmembramento'.<sup>142</sup>

As sessões preparatórias do Congresso Constituinte Estadual iniciaram-se em 17 de junho e, a 25, instalava-se solenemente a Assembléia, sob a presidência interina do Dr. Salustiano Orlando de Araújo Costa, renomado jurista, substituído, após a eleição da Mesa, pelo respectivo

<sup>140</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-94.

<sup>141</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-94.

<sup>142</sup> DIDONET, Zilah, *op.cit*, p-65.

presidente eleito, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, tradicional prócer republicano de Jaguarão.<sup>143</sup>

Quanto à comissão escolhida para oferecer parecer ao projeto, mostrou-se, em vários pontos, "mais realista que o rei", tendo proposto emendas que acentuavam o caráter autoritário do diploma e os poderes conferidos ao presidente do Estado. Nesse sentido, propôs que os intendentess municipais e os juizes distritais fossem nomeados pelo governo do Estado, ao invés de eleitos, como propunha o projeto original. E sugeriu a ampliação do mandato presidencial, de cinco para sete anos, modo de compensar seu juízo contrário à reeleição do presidente - única restrição mais séria que opôs ao texto de Castilhos. Só em última discussão se restabeleceu a regra da elegibilidade dos intendentess municipais, ficando ressalvada, contudo, em disposição transitória, a primeira investidura no cargo, que esta seria por nomeação. Quanto aos juizes distritais, subsistiu a emenda no sentido de que fossem nomeados e não eleitos. Em plenário caiu a proposta do mandato presidencial de sete anos, mantida a fórmula do quinquênio, com reeleição sob condições especiais.<sup>144</sup>

Depois de apresentado o parecer, a Casa votou celeremente sem grandes discussões, porque as vozes discordantes eram escassas. A chapa do Partido Republicano compusera a unanimidade do Congresso. Assim é que apenas da parte de alguns representantes do partido católico(especialmente Lacerda de Almeida), eleitos com os Castilhistas, partiram algumas manifestações de oposição.

O paciente cotejo do projeto original com a Constituição afinal promulgada em 14 de julho revelará dois textos quase idênticos. O único ponto relevante em que a Assembléia dissentiu de Castilhos foi com referência ao tribunal do Júri. A proposta original amesquinhava o Júri: dava-lhe competência para julgar tão-somente os crimes afiançáveis, com a presidência do juiz distrital, que era temporário e não concursado, e com recurso de apelação para o juiz da respectiva comarca. Ao fim e ao cabo, somente foi repelida a eleição dos juizes distritais e ampliada a sua alçada; rejeitada a castração do Júri, assegurando-se-lhe ampla competência em matéria criminal; e determinada a nomeação dos primeiros intendentess municipais, embora estabelecida a eletividade dos posteriores.

<sup>143</sup> FRANCO, Sérgio da Costa, *op.cit*, p-99.

<sup>144</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil*. p-26.

Mas, se nesse passo atuou a Constituinte sob uma inspiração liberal, os pontos mais polêmicos do projeto castilhista passaram quase sem protesto ou contestação. As únicas vozes dissonantes que mostraram combatividade e energia foram as de Francisco de Miranda e de Lacerda de Almeida. Outras se limitaram a tímidos apartes.

Percebe-se, na maioria dos constituintes de 91, a intenção clara de aprovar rapidamente o projeto de Castilhos sem discuti-lo em profundidade. Viviam-se psicologicamente um clima de convenção jacobina, com o inimigo às portas. Os discursos de Francisco de Miranda foram recebidos com certa hostilidade, sendo ele acusado de querer aparecer para as galerias e de ceder a uma inclinação verborrágica. Especialmente, quando requereu a votação nominal, para saber quem era quem no caso da nomeação ou eleição dos intendentes, censurou-se-lhe a perda de tempo que tal procedimento acarretava. O certo é que, em poucos dias, a carta constitucional estava votada e aprovada em sua redação final, ficando em condições de ser solenemente promulgada em 14 de julho, em nome da *família, da pátria e da humanidade*. Não se falou em Deus no preâmbulo da Carta nem se admitiu qualquer forma de juramento para a posse das autoridades. Em vão os deputados do Centro Católico formularam protestos. Replicou-se a eles que, sendo o Estado leigo, não se usariam fórmulas que denotassem qualquer opção religiosa ou filosófica.<sup>145</sup>

No dia 14 de julho de 1891, na 12ª sessão do Congresso Rio-Grandense, era lida a Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul. Finda a leitura, é a redação unanimemente aprovada e logo após o cidadão presidente declara promulgada a Constituição Política do Rio Grande do Sul.

Segue-se a eleição para Presidente do Estado; recolhem-se 42 cédulas, que dão por unanimidade o cargo ao cidadão Dr. Júlio Prates de Castilhos, que é imediatamente proclamado Presidente Constitucional do Estado do Rio Grande do Sul.



### 3.3 A influência positivista na Constituição Gaúcha de 1891

A Constituição de 14 de julho de 1891 representa a indubitável consagração dos princípios comtianos, aí lançados pelo autor do Projeto, o positivista Júlio Prates de Castilhos.

Muitos dispositivos consagrados na carta política rio-grandense são inspirados em princípios positivistas, e simultaneamente podem estar de acordo com outras doutrinas. Deve-se, contudo, interpretá-los dentro do pensamento comtiano, porquanto seu autor, positivista convicto, os consignou, não só para atender às suas inclinações filosóficas, mas também em resposta as premências do contexto histórico em que vivia.

A constitucionalização dos princípios comtistas mereceria um comentário elogioso de Miguel Lemos, efetuado nos seguintes termos:

*"Com efeito, se, como acima lembramos, a corrente norte-americana predominou sobre a corrente positivista quanto à Constituição Federal, o mesmo não se deu relativamente ao estatuto político daquele glorioso Estado. Ai os nossos princípios, posto que não pudessem conseguir uma consagração plena e sem mescla, prevaleceram o suficiente para tornar essa Constituição um código superior a todos quantos as revoluções modernas têm produzido."*<sup>145</sup>

A influência comteana já se verifica no preâmbulo da Carta, que estatui: *"Nós, representantes da sociedade rio-grandense, reunidos em Assembléia Constituinte para organizar o Estado do Rio Grande do Sul, decretamos e promulgamos, em nome da Família, da Pátria e da Humanidade, a seguinte Constituição Política."*

Evidencia-se, assim, já em seu começo, a influência do filósofo de Montpelier, expressa no tripé família, pátria e humanidade. O regime comtiano exalta a Família, a Pátria e a Humanidade, eis que são sociedades que se conectam intimamente. A Família relaciona-se com a Humanidade por intermédio da Pátria. Assim, cada existência deve consagrar-se à Pátria e à Humanidade.

---

<sup>145</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-33.

A linha comtiana, que substitui Deus pela Humanidade, não pode admitir a invocação do testemunho divino, que é o que se concretiza com o juramento. Por isso o artigo 16 da Carta Gaúcha estabelece que o Presidente, ao tomar posse, profere uma declaração, e não um juramento.

Já no artigo 6º, indiciando o caráter autoritário e centralizador que permeia o Diploma em tela, não acolhe a exigência de que a organização constitucional do Estado devesse consagrar os poderes executivo, legislativo e judiciário independentes e discriminados, abandonando a divisão tripartida dos poderes.

A Constituição Rio-Grandense de 1891 dispõe no seu artigo 6º:

*"O aparelho governativo tem por órgãos a Presidência do Estado, a Assembléia dos Representantes e a Magistratura, que funcionarão harmonicamente sem prejuízo da independência que entre si devem guardar, na órbita de sua respectiva competência, definida nesta Constituição."*

Note-se que foram evitados os termos consagrados de **Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário**. Assim, forçoso afirmar que o artigo 6º rompe com o princípio da divisão e harmonia dos poderes, o qual fora consagrado como um dos pilares da Carta Federal. Segundo tal compreensão, a utilização da nomenclatura *Presidência do Estado, Assembléia dos Representantes e Magistratura*, ao invés de *Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário*, não consistia em uma simples questão semântica, mas deitava raízes mais profundas.<sup>147</sup>

Em essência, a omissão traduzia o intento ditatorial da Constituição, que estruturava uma perfeita ditadura republicana, nos moldes preconizados por Augusto Comte.

A Constituição atribuía praticamente todo o poder político ao Chefe do Executivo, estabelecendo a preeminência do Executivo sobre os outros poderes, concentrando o poder de legislar, de maneira quase exclusiva, nas mãos do Presidente do Estado.

<sup>146</sup> FILHO, Roberto da S.F, *op.cit*, p-79.

<sup>147</sup> FILHO, Roberto da Silva Fragale, *op.cit*, p-80.

O núcleo autoritário da legislação castilhista se encontrava nos artigos 7 à 11 da Constituição Gaúcha, que rezavam:

*"Art. 7º - A suprema direção governamental e administrativa do Estado compete ao Presidente, que a exercerá livremente, conforme o bem público, interpretado de acordo com as leis.*

*Art. 8º - Assumirá o Presidente a inteira responsabilidade de todos os atos que praticar no exercício de suas funções, aos quais dará toda a publicidade para completa apreciação pública.*

*Art. 9º - O Presidente exercerá a Presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado.*

*Art. 10º - Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o Presidente escolherá livremente um Vice-Presidente, que será o seu imediato substituto no caso de impedimento temporário, no de renúncia ou morte.*

*Art. 11º - O Vice-Presidente sucedendo ao Presidente em virtude de renúncia ou morte deste, exercerá a presidência até a terminação do período governamental."*

As atribuições que a Constituição gaúcha reconhecia ao Presidente, como encarregado da suprema direção governamental e administrativa do Estado eram quase ilimitadas e asseguravam-lhe o domínio absoluto da administração e da política.<sup>148</sup>

Segundo o artigo 20 da Constituição, eram atribuições do Presidente do Estado: 1) promulgar as leis(que não estejam relacionadas com o orçamento); 2) dirigir, fiscalizar e defender todos os interesses do Estado; 3) organizar, reformar ou suprimir os serviços dentro das verbas orçamentárias; 4) expedir decretos, regulamentos e instruções para a execução das leis; 5) convocar extraordinariamente a Assembléia dos Representantes e prorrogar as sessões, quando o exigir o bem público; 6) expor cada ano a situação dos negócios do Estado ante a Assembléia dos Representantes, indicando-lhe as providências dela dependentes; 7) preparar o projeto de

<sup>148</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, unidade VII e VIII*, p-50.

orçamento para submeter à Assembléia no começo das sessões; 8) realizar empréstimos e outras operações de crédito, de acordo com as autorizações do orçamento; 9) aprovar as desapropriações de utilidade pública; 10) organizar a força pública do Estado, distribuí-la e movimentá-la; 11) destacar e utilizar a guarda policial dos municípios em caso de necessidade; 12) criar e prover os cargos civis e militares, segundo o orçamento; 13) prestar, por escrito, todas as informações que pedir a Assembléia; 14) pedir do Governo da União o auxílio direto das forças federais em caso de necessidade, e protestar perante ele contra os funcionários federais que embarquem e perturbem a ação do Governo do Estado; 15) estabelecer a divisão judiciária; 16) resolver sobre os limites dos municípios, alterando-os de acordo com os conselhos; 17) manter relações com os demais Estados da União; 18) declarar sem efeito as resoluções ou atos das autoridades municipais, quando infringirem leis federais ou do Estado; 19) decidir nos conflitos de jurisdição que se apresentarem entre os chefes da administração; 20) providenciar sobre a administração dos bens do Estado e decretar a sua alienação na forma da lei; 21) organizar e dirigir o serviço relativo às terras do Estado; 22) desenvolver o sistema de vias de comunicação do Estado; 23) conceder aposentadorias, jubilações e reformas; 24) conceder prêmios honoríficos ou pecuniários por notáveis serviços prestados ao estado; e 25) tomar providências acerca do ensino público primário.

Além disso, esclarece Rodrigues que:

*"A atribuição de estabelecer a divisão judiciária e civil, assim como a relativa aos limites do municípios, permitia ao Presidente dividir o Estado no número de comarcas que julgasse conveniente e suprimir os municípios que considerasse incapazes de se sustentar. Resta ponderar o ilimitado alcance político destas atribuições que, junto à de organizar a polícia judiciária do Estado, diretamente dependente do primeiro mandatário, e à de defender 'os interesses estáveis da sociedade pelo fortalecimento da ação da autoridade' presidencial, punham sob seu domínio absoluto a política regional e municipal."*<sup>149</sup>

<sup>149</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, unidade VII e VIII*, p-51.

Destarte, o Presidente do Estado enfeixava em suas mãos o poder executivo e parte do poder legislativo. É o poder temporal forte pregado por Comte, e aconselhável pela previsão de dias difíceis na organização do Estado, agitado pelas paixões políticas.

A par da concentração de praticamente todos os poderes nas mãos do Presidente do Estado, a infinita possibilidade de reeleição e a prerrogativa de indicação de eventual substituto do Chefe do Executivo pelo próprio acentuavam ainda mais a influência da doutrina comteana na Constituição de 1891.

Com efeito, o artigo 9º da Carta estabelecia a possibilidade do Presidente do Estado ser reeleito, desde que sufragado por três quartas partes(3/4) do eleitorado, podendo o próprio Presidente indicar o substituto, implementando-se, na prática, a ditadura preconizada pelo filósofo de Montpelier. E, ainda mais, o Art. 10 autoriza o Presidente a escolher o Vice-Presidente, que o substituirá em qualquer eventualidade.

No impedimento ou falta do Vice-Presidente, serão convocados para o exercício da Presidência, sucessivamente, o Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, o dos Negócios da Fazenda e o das Obras Públicas(Art.11). Portanto, pessoas da escolha do Presidente, em preterição do Presidente da Assembléia dos Representantes e do Presidente do Superior Tribunal, que seriam os substitutos que a Constituição Federal adota para esta eventualidade no âmbito federal.<sup>150</sup>

Não podemos olvidar que Augusto Comte preconizava a convergência de todo o poder político nas mãos de um só estadista, que será o responsável perante todo o país, com direito de vitaliciedade, mas não de hereditariedade. Esta vitaliciedade ou hereditariedade sociocrática dá-lhe o direito de escolher seu sucessor, sob a dupla supervisão de seus superiores e da opinião pública, assim garantindo a continuidade social.<sup>151</sup>

Na mesma senda, leciona Ivan Lins que " só o próprio ocupante de altos cargos industriais, administrativos e políticos é, entretanto, ao ver de Comte, competente para julgar as

<sup>150</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-77.

<sup>151</sup> DIDONET, Zilah, *op.cit*, p-27.

qualidades pessoais exigidas pelas respectivas funções de modo a decidir convenientemente a escolha de seu sucessor."<sup>152</sup>

Consoante Wenceslau Escobar, a Constituição de 1891 visava:

*"A consagração da preconizada ditadura científica, o supremo ideal político da poderosa mentalidade do sábio de Montpellier(...). Por um tal sistema constitucional ficava o Presidente investido de grande soma de poder público; era quase, senão, um ditador, cuja atribuição ia até nomear seu próprio substituto legal (...). Para governar sem dar contas à opinião(...) o estatuto político rio-grandense é o mais bem ideado embuste democrático".*<sup>153</sup>

Destarte, na atribuição das competências, percebe-se claramente a influência do ideal de ditadura republicana, porquanto ao presidente facultam-se tantas prerrogativas que o gerenciamento estatal torna-se uma empreitada individual; ao passo que à Assembléia dos Representantes reserva-se, tão-somente, as discussões de matéria orçamentária e fiscal (artigos 20 e 46 à 49).<sup>154</sup>

Pinto também denuncia o caráter autoritário e ditatorial da Carta Castilhistas:

*"Finalmente, deve-se considerar que a Constituição foi um instrumento-chave da consolidação do poder do PRR no governo do Rio Grande do Sul. A constituição, ignorando a estrutura coronelista que estava nas mãos dos grupos oposicionistas, criou uma estrutura legal que garantia a reprodução do partido no poder."*<sup>155</sup>

O Estatuto Gaúcho, ao criar um sistema de reeleição condicionada e indefinida, deu causa ao acirramento de ânimos entre Castilhistas e Anticastilhistas, redundando em duas guerras civis (1893 e 1923), sendo a paz somente alcançada com o Tratado de Pedras Altas, que, entre outras coisas, vedou nova reeleição de Borges de Medeiros.

<sup>152</sup> In DIDONET, Zilah C., *op.cit.*, p-33.

<sup>153</sup> Apud RODRIGUES, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Unidade VII e VIII*, p-51-52.

<sup>154</sup> FILHO, Roberto da S.F., *op.cit.*, 79-80.

<sup>155</sup> PINTO, Celi Regina J., *op.cit.*, p-39.

A autoridade presidencial estava reforçada, também, pelo processo que se seguia no Rio Grande para promulgar as leis. Ao primeiro mandatário competia elaborar as leis que não tivessem relação com o orçamento do Estado, ou seja, todas as leis civis e penais. O "modus operandi" para a promulgação de uma lei era o seguinte, segundo a Constituição Castilhistas:

*"Art. 31º - Ao Presidente do Estado compete a promulgação das leis, conforme dispõe o nº 1, do art. 20.*

*Art. 32º- Antes de promulgar uma lei qualquer, salvo o caso a que se refere o art. 33º, o Presidente fará publicar com a maior amplitude o respectivo projeto acompanhado de uma detalhada exposição de motivos.*

*§ 1. O projeto e a exposição serão enviados diretamente aos intendentess municipais, que lhes darão a possível publicidade nos respectivos municípios.*

*§ 2. Após o decurso de três meses, contados do dia em que o projeto for publicado na sede do governo, serão transmitidas ao Presidente, pelas autoridades locais, todas as emendas e observações que forem formuladas por qualquer cidadão habitante do Estado.*

*§ 3. Examinando cuidadosamente essas emendas e observações, o Presidente manterá inalterável o projeto, ou modificá-lo-á de acordo com as que julgar procedentes.*

*§ 4. Em ambos os casos do parágrafo antecedente, será o projeto, mediante promulgação, convertido em lei do Estado, a qual será revogada, se a maioria dos conselhos municipais representar contra ela ao Presidente.*

Com tal legislação, o Presidente do Rio Grande podia promulgar as leis que considerasse convenientes, seguro de que não haveria oposições embaraçosas. Fornecia-lhe esta segurança o fato de que qualquer crítica tinha que ser a título individual e com plena identificação daquele que a fazia.<sup>156</sup>

<sup>156</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Unidade VII e VIII*, p-51.

É o *referendum* popular no mais puro estilo comtiano. Formalmente, é a opinião pública manifestando-se para aprovar ou não uma medida; é a confiança manifestada, que por sua vez vai gerar responsabilidade. Responsabilidade de quem manifesta a opinião, responsabilidade de quem recebe a confiança.<sup>157</sup>

Mas, no tocante à substância do processo, leciona Franco:

*"Castilhos achou suficientes algumas cautelas de sentido ritual e formal: a publicação do projeto de lei para receber emendas populares durante três meses(emendas que o presidente deveria aceitar ou recusar motivadamente) e a possibilidade de revogação da lei por manifestação da maioria dos conselhos municipais do Estado. Esse ensaio de democracia direta e de participação popular presente no texto castilhista sempre se revelou meramente simbólico, pois, ao longo dos trinta anos de vigência da Carta de 14 de julho, jamais alguma emenda de real importância foi acolhida pelos presidentes do Estado, nem houve a mais remota possibilidade de rejeição de qualquer lei pelo voto dos conselhos municipais. Prevaleceu invariavelmente a vontade do presidente do Estado, cujo partido venciam sistematicamente todas as eleições para intendentess e conselheiros municipais. A regra final do parágrafo 4º do artigo 32, no sentido de que a lei 'será revogada se a maioria dos conselhos municipais representar contra ela', sempre foi o cavalo de batalha da argumentação castilhista, para sustentar que a Constituição fosse democrática, submetendo a vontade presidencial ao veto dos municípios. Mas, além de ser inadequado e impróprio submeter questões da esfera estadual ao crivo de conselheiros municipais, todo o valor da regra desaparece diante da dura realidade de um sistema eleitoral fraudulento, que jamais ofereceu reais garantias de voto à oposição."*<sup>158</sup>

No mesmo diapasão, denunciando o caráter autoritário e centralizador da Carta Rio-Grandense:

*"as leis promulgadas pelo Presidente do Estado, exercício previsto no artigo 20, nº 1, da Constituição -*

<sup>157</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-75.

<sup>158</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-34-35.



*função tipicamente legislativa que ficava nas mãos do Poder Executivo - poderiam teoricamente sofrer a revogação pela maioria dos Conselhos Municipais, que corresponderiam, hoje, às Câmaras de Vereadores. Os cidadãos poderiam diretamente propor emendas às leis publicadas pelo Presidente, antes da sua promulgação.*

*É evidente que tais mecanismos eram praticamente nulos, não só porque os municípios dependiam diretamente do executivo estadual para o sucesso da sua administração, mas também porque a relação de forças favorecia ao poder republicano, que possuía a maioria esmagadora dos Conselhos Municipais.*<sup>159</sup>

Além de basear-se na hipertrofia do Poder Executivo, o autoritarismo da Carta de 14 de julho apoiava-se também numa desvalorização do sistema representativo, traduzindo, pois, a perspectiva política comteana de profundo desprezo pelo governo representativo.

Augusto Comte nutria total menosprezo pela democracia, doutrinando que:

*"Vimos, pois, abertamente libertar o Ocidente de uma democracia anárquica e de uma aristocracia retrógrada, para constituirmos, tanto quanto possível, uma verdadeira sociocracia, que faça concorrer sabiamente para a regeneração comum todas as forças humanas, aplicadas sempre conforme a natureza de cada uma. Com efeito, nós, sociocratas, não somos nem democratas nem aristocratas.*

*(...)Mas, conquanto nossa política se eleve igualmente acima destas duas tendências incompletas e incoerentes, estamos longe de aplicar hoje a mesma reprovação aos dois partidos correspondentes. Trinta anos há que dura minha carreira filosófica e social e sempre senti um profundo desprezo pelo que se tem chamado, sob nossos diversos regimes, a oposição, e uma secreta afinidade pelos construtores quaisquer.*<sup>160</sup>

O regime deve dispor de uma poderosa e inflexível energia política, que somente a ditadura republicana saberá desenvolver, e nunca o parlamentarismo, sendo este o principal instrumento do domínio dos letrados e da resistência burguesa contra a regeneração social.

<sup>159</sup> GENRO, Tarso. *RS Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p-99-100.

Todo o poder político deve estar concentrado na pessoa do ditador, com uma câmara consideravelmente reduzida em número, com função meramente financeira.<sup>161</sup>

Para Comte, a forma política correspondente ao estado teológico seria a monarquia absoluta, ao estado metafísico a soberania popular e, finalmente, ao estado positivo (definitivo e perfeito) corresponderia a República Ditatorial.

Neste ponto, são observados com fidelidade os preceitos de Comte:

*"O artigo 1º da Constituição Gaúcha suprimiu a caracterização do governo do Estado como representativo, contrapondo-se inclusive à fórmula adotada na Constituição Federal de 1891. Claro que para os Castilhistas, adeptos do comtismo, o termo "representativo" achava-se vazio do conteúdo que possuía para o pensamento liberal; todos o interpretavam unicamente como governo temporal procedente do voto popular. Desconheciam-lhe, porém, o elemento básico, ou seja, o encarnar-se numa Assembléia que constitui o poder político fundamental porque dela emanam as leis."*<sup>162</sup>

Pertinente ainda a advertência de Paim, no sentido de que "embora a pregação autoritária não provenha apenas de Comte, mas encontre, além de outras inspirações teóricas, não poucos suportes na tradição cultural luso-brasileira, é essencial ter presente que o seu cerne reside no postulado-mater posto em circulação pelo positivismo, segundo o qual *o poder vem do saber*, em contraposição ao lema liberal de que *o poder vem da representação*."<sup>163</sup>

Outrossim, além das convicções filosóficas comtianas, à época da elaboração da Carta, 1891, a oposição anticastilhista se organizava e fortalecia, inclusive com a adesão dos republicanos dissidentes, prenunciando os tempos revoltos que os republicanos históricos iriam enfrentar.

<sup>160</sup> COMTE, Auguste, *op.cit*, p.97.

<sup>161</sup> DIDONET, Zilah, *op.cit*, p-28.

<sup>162</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Unidade VII e VIII*.p-52.

<sup>163</sup> PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*.Londrina: Ed. UEL, 5ª ed, 1997, p-559.

Assim, a preocupação dominante em Castilhos seria, pois, a de sufocar os ímpetus da coligação opositora, ao mesmo passo em que dava aos positivistas ortodoxos que o hostilizavam a demonstração de que seria capaz de levar à prática os preceitos políticos de Augusto Comte.

Destarte, a Carta de 1891 cumpria sua função ideológica de solidificar a hegemonia do grupo castilhista:

*"A Ciência do Direito não consegue superar sua própria contradição, pois enquanto "Ciência" dogmática torna-se também ideologia da ocultação. Esse caráter ideológico da Ciência Jurídica se prende à asserção de que está comprometida com uma concepção ilusória de mundo que emerge das relações concretas e antagônicas do social. O Direito é a projeção normativa que instrumentaliza os princípios ideológicos(certeza, segurança, completude) e as formas de controle do poder de um determinado grupo social."*<sup>164</sup>

Dentro deste contexto, não se pode estranhar o papel tão secundário que a Carta sul-riograndense reconhecia à Assembléia dos Representantes, limitando-a simplesmente a votar o orçamento, cujo projeto nem sequer ela elaborava, pois lhe era apresentado pelo Presidente. A isto se juntavam outras limitações, como o mandato imperativo, em virtude do qual podia ser anulado a qualquer momento o mandato aos representantes pela maioria dos eleitores e a limitação imposta à Assembléia quanto às informações que podia pedir ao Presidente.

Por ocasião dos trabalhos constituintes, assim se expressou o Deputado Possidônio da Cunha, fazendo apologia da hipertrofia do Poder Executivo e do conseqüente aviltamento das funções legislativas:

*"Sabemos, por dolorosa e prolongada experiência, quanto nos valeu, no regime passado, o governo representativo e de quanto nos serviu o parlamento com o poder legislativo que tinha... Temos bem presente à memória quanto prejudicava o bom andamento dos negócios públicos a ingerência cotidiana do parlamento nos atos do poder executivo, vítima contínua das intrigas tecidas nos corredores das câmaras. A pressão exercida pela Assembléia Legislativa tirava toda a ação*

<sup>164</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. São Paulo: Editora RT, 3ª ed, 2000, p-151-152.

*aos ministérios, obrigados muitas vezes à tibieza em seus atos para não comprometerem a sua existência de governo. A administração pública tinha como principal escolho a obtenção da maioria de votos na câmara dos deputados, de que tudo dependia(...).<sup>165</sup>*

No mesmo diapasão, o pronunciamento do Deputado Francisco Miranda:

*"Aceito e voto por este capítulo, não porque esteja intimamente convencido de que seja este o melhor meio de fazer leis, mas como uma experiência, visto como o modo usado no antigo regime mostrou muitas vezes inconvenientes. É nesta transferência da ação legislativa, da Assembléia para o município, em parte, e em parte para o presidente do Estado, para evitar a luta que muitas vezes se davam entre os Poderes Executivo e Legislativo, concentrando este numa só corporação, que vejo o ponto radical da reforma do projeto de Constituição."<sup>166</sup>*

Transparece claro, em tais palavras, o horror que se nutria para com o regime parlamentar, para com o sistema representativo que, decididamente, não se queria implantar no Rio Grande do Sul.

Tal postura explica a aceitação das regras que reduziram a Assembléia dos Representantes à missão de votar anualmente o orçamento, criar, aumentar ou suprimir tributos e autorizar o presidente a contrair empréstimos.

Franco adverte para a natureza ditatorial da Constituição Rio-Grandense, bem como para as influências do positivismo comteano no Diploma:

*"O fortíssimo e inédito elenco de poderes do presidente do Estado, que passou sem muitos protestos, refletia a tendência positivista para a 'ditadura republicana'. Augusto Comte descrevia as virtudes do governo parlamentar: acreditava na possibilidade de uma gestão científica da sociedade; e supunha que, em se assegurando a mais completa liberdade de expressão e de discussão, poder-se-ia consagrar um governo de forte autoridade. Diga-se de passagem que a história*

<sup>165</sup> In FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-32.

<sup>166</sup> FILHO, Roberto da S.F, *op.cit*, p-84.

*política do Império brasileiro de certa maneira justificava a condenação do governo parlamentar: a extrema incoerência dos dois partidos monárquicos, a facilidade com que cediam a apetites eleitoreiros, a resistência que opuseram a reformas fundamentais para a nação, justificavam esperanças num regime de autoridade unipessoal capaz de reverter o empirismo e o imediatismo até então dominantes.*"<sup>167</sup>

Nas palavras de Genro, "os poderes da Assembléia de Representantes eram reduzidíssimos e o seu funcionamento ocorria em apenas dois meses durante o ano(art. 37 da Constituição). O Castilhismo tentava, com base no Positivismo comtiano, formular uma política de 'centro', que uma Mensagem à Assembléia de Representantes caracterizava como contrária aos 'reacionários de todos os matizes', assim como aos 'falsos pregoeiros da soberania popular'.<sup>168</sup>

Por seu turno, o aviltamento do Poder Legislativo e sua transformação em uma Câmara com funções meramente orçamentárias, segue o postulado comteano de que a República Ditatorial não deve ter cunho político, mas simplesmente técnico. Então, a Assembléia dos Representantes não deve ser palco da natural contraposição dos interesses sociais em jogo(caráter político), mas deve apenas e tão-somente deliberar acerca de questões fiscais e orçamentárias(caráter técnico).

Esta distribuição de competência restritiva, em relação à Assembléia de Representantes, metamorfoseou os deputados em meros auditores, desnaturando a clássica feição do Poder Legislativo.<sup>169</sup>

Por sua vez, o § 6º do artigo 37 da Constituição Rio-Grandense de 1891 ratifica o princípio comtiano de "viver às claras", quando estabelece que as votações poderão ser simbólicas ou nominais, não sendo permitido o escrutínio secreto. Na hipótese de voto por escrito este deve estar assinado.

Assim, a responsabilidade plena, a absoluta transparência aqui acaba por funcionar como um elemento intimidante, vedador da necessária independência para que a lei orçamentária seja realmente ponderada, tendo o escopo regulador que deveria ter. Consagrava-se, enfim, a ditadura

<sup>167</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-34.

<sup>168</sup> GENRO, Tarso. *RS Cultura & Ideologia*, p-99.

republicana nos exatos termos preconizados por Auguste Comte, espalhando doses de responsabilidade e autoridade por onde melhor se conviesse a assegurar a transição à sociocracia.<sup>170</sup>

O itinerário traçado na Carta Estadual respaldava-se também na teoria da pátria, que previa a formação de pequenas nações, em espaços geográficos delimitados e com população jamais superior a três milhões de habitantes. O corolário de tal hipótese foi a atenção dedicada pelo constituinte gaúcho ao município, estruturado em uma intendência e um conselho eleitos simultaneamente pelo voto direto dos cidadãos, com minuciosa regulação política.<sup>171</sup>

O Título III da Carta Gaúcha de 1891, que trata da organização municipal, ratifica a mesma orientação autoritária do poder temporal, consignada no âmbito estadual. No município, o Intendente equivale ao Presidente do Estado, e o Conselho Municipal encontra sua equivalência na Assembléia dos Representantes.<sup>172</sup>

Ao Intendente cabe dirigir todos os serviços, enquanto que o Conselho votará os meios de serem eles criados e mantidos(artigo 63).

Da mesma forma como o Presidente legisla e submete à opinião pública os decretos, o parágrafo único do artigo 64 da Constituição assim dispõe:

*"A lei orgânica do município determinará o processo para a decretação das leis municipais pelo Intendente, estatuinto um prazo razoável para a publicação prévia do projeto e a obrigação de revogá-las, quando assim reclamar a maioria dos eleitores do município".*

Seguindo o modelo estadual, o Conselho reunir-se-á uma vez por ano, durante dois meses, para a votação da despesa e receita do ano seguinte, bem como, para o exame das contas do ano anterior(Art. 55).

Destarte, verifica-se que a Constituição Castilhista, obedecendo ao receituário comtista, atrelou definitivamente o Poder Legislativo do Estado, a Assembléia dos Representantes, ao carro

---

<sup>169</sup> FILHO, Roberto da S. F, *op.cit*, p-84.

<sup>170</sup> FILHO, Roberto da S.F, *op.cit*, p-85.

<sup>171</sup> FILHO, Roberto da S.F, *op.cit*, p-85.

<sup>172</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-79.

do Executivo. Igual coisa aconteceu com o Poder Judiciário. A dependência era clara em relação com os magistrados inferiores: o Presidente nomeava livremente e por períodos de quatro anos, para cada distrito municipal, um juiz distrital.<sup>173</sup>

Quanto aos magistrados de superior categoria, em que pese a aparente independência, a Carta sul-rio-grandense lhes assinalava, como missão precípua, "declarar nulos os atos de seus dois congêneres (O Executivo e o Legislativo), quando atentatórios da lei suprema do Estado" que, no entanto, consagrava a primazia do Executivo.

Pouco importava, assim, que o artigo 51 da Constituição Gaúcha dispusesse que os membros do Superior Tribunal Estadual, que constituía a máxima autoridade judiciária, fossem nomeados pelo Presidente do Estado "dentre os juizes da comarca, em ordem de antigüidade e, excepcionalmente, por merecimento." As bases para o cômputo da antigüidade, bem como o critério de merecimento, eram organizados pelo Superior Tribunal, que apresentava ao Presidente listas respectivas contendo os nomes dos juizes mais antigos e dos que, contando com uma antigüidade não inferior a quatro anos, tivessem maiores merecimentos. A nomeação devia ser feita respeitando as listas mencionadas.<sup>174</sup>

Esclarece Décio Freitas:

*"no Congresso Constituinte estadual, o jurista Lacerda de Almeida disse que esta competência para aprovar o orçamento não passava de uma 'migalha' deixada ao legislativo. De todo modo, caso o legislativo não aprovasse o projeto do executivo, este podia simplesmente prorrogar o orçamento em vigor. Quanto ao Poder Judiciário, jazia sob completo domínio do Presidente do Estado. Lacerda efetuou um intrépido e competente desmascaramento do caráter ditatorial do projeto de constituição de Castilhos, mostrando que ele suprimira a expressão da Constituição Federal que definia o regime republicano como um 'governo representativo. Citou Montesquieu e Hamilton, para os quais não podia haver liberdade onde existisse o Poder Legislativo unido na mesma pessoa do executivo. O comtismo queria criar um regime que não existia 'em país algum do mundo'. A concentração de todos os*

<sup>173</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Unidade VII e VIII*, p-52..

<sup>174</sup> RODRIGUES, Ricardo V. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Unidade VII e VIII*, p-52.

*poderes numa só pessoa configurava o 'absolutismo' e o 'despotismo'.*

*Argumentou , ainda , Lacerda que o presidente podia ser processado pelo legislativo por crime de responsabilidade, mas a forma deste processo seria regulada por lei específica feita pelo próprio acusado. A autonomia municipal, sonoramente proclamada pela Constituição Estadual, não passava de grotesca ficção, dado que o presidente podia declarar sem efeito os atos da autoridade municipal. Lacerda não teve papas na língua, dizendo, na cara da maciça maioria castilhista do Congresso Constituinte, que se pretendia criar no Rio Grande 'um governo despótico, o governo de um homem só.'<sup>175</sup>*

Igualmente atestando o caráter comtista, autoritário e centralizador da Constituição Rio-Grandense de 1891, denuncia Silvio Romero:

*"a organização do Rio Grande do Sul aberra do sistema americano, é toda ela calcada, à força de marreta e malho, nas aspirações da política positivista de Auguste Comte, que em parte nenhuma do globo teve aplicação, nem na Groelândia, nem no arquipélago de Lafoden. (...). Depois de promulgada a Constituição positivista, abertamente, francamente, amplamente positivista, houve a adaptação triunfal do Castilhismo(...). De sorte que, no Rio Grande do Sul, não há regime republicano presidencial, há tão-somente o absolutismo ditatorial positivista, instituído por Júlio de Castilhos e deturpado ridicularmente pela simplicidade sorridente e laiolesca de seu mumificado sucessor(Borges de Medeiros)."<sup>176</sup>*

A característica básica da Ditadura Comteana é ser temporal e não espiritual. Então, se por um lado havia autoritarismo e concentração do poder político , por outro ficava assegurado à massa o direito de exposição e discussão, desde que não houvesse afronta ao interesse geral da sociedade.

O filósofo de Montpellier proclama a primazia do sentimento social, consagrando todas as forças da sociedade ao bem geral. Não é em nome de Deus, ou do direito pessoal, ou do bel-

<sup>175</sup> FREITAS, Décio, *op.cit*, p-199-200.

<sup>176</sup> In FILHO, Roberto da S.F, *op.cit*, p-88.



prazer, que o poder será exercido, mas em nome do dever imposto pela natureza de cada função social, isto é, em nome do bem público, em nome da Humanidade.

No regime comteano, a unidade e harmonia entre todos os elementos da nossa vida não resultam do predomínio das tendências pessoais, devido a que essas nos arrastam em diferentes direções. Tal unidade e harmonia somente podem resultar da subordinação de todos aos sentimentos sociais, que podem ser levados a atuar numa direção uniforme graças a um sistema comum de convicções, mas que diferem de inclinações pessoais.

Para Comte, a vida social constitui uma restrição perpétua sobre as propensões egoístas, só se reconhecendo deveres de todos para com todos.

No pensamento de Comte, ficava explícita a necessidade de se controlar os comportamentos e as formas de pensar de toda a "verdadeira" sociedade, sendo que os excessos de individualismo deveriam ser combatidos, pois eram contrários ao fim coletivo.<sup>177</sup>

Foi nessa medida, em que os direitos dos indivíduos estavam a todo momento submetidos à necessidade suprema do Estado, que a Constituição Gaúcha, em seu Título IV, sob a denominação de *Garantias gerais de ordem e progresso no Estado*, confere alguns direitos e liberdades individuais. Nele podemos encontrar a reprodução de alguns dos dispositivos do correlato artigo da Carta de 24 de fevereiro de 1891, bem como algumas das propostas que foram rejeitadas na mesma, tais como a abolição dos diplomas (§ 5º), a obrigatoriedade de concurso para o provimento de cargos públicos civis em grau inferior (§ 6º), a abolição do ensino oficial (§ 10), supressão de distinções entre os funcionários públicos de quadro e os simples jornaleiros (artigo 74). Em verdade, o escopo de tais garantias é assegurar o terceiro elemento do trinômio identificador da ditadura republicana: a liberdade. Por ele, constitucionalizam-se as liberdades profissional, religiosa, de ensino, de associação, de pensamento, verificando-se ainda a presença dos fatores responsabilidade e opinião pública. Tais são as liberdades que correspondem à autoridade espiritual e devem ser asseguradas pelo poder temporal para o perfeito desenvolvimento do Estado.<sup>178</sup>

<sup>177</sup> ALBECHE, Daysy L. *Imagens do Gaúcho. História e Mitificação*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996, p-50.

<sup>178</sup> FILHO, Roberto da S.F, *op.cit*, p-86.

Estabelecendo no § 4º do artigo 71 que todos são iguais perante a lei, o autor não se priva, no entanto, de instituir prêmios honoríficos, como: medalhas humanitárias, de campanha e industriais. É o espírito de altruísmo que deve ser exaltado, e considerando que o Estado positivo é uma sociedade industrial, é justo também galardoar o esforço industrial. Contudo, fica esclarecido que destes prêmios não decorre "um só privilégio de qualquer espécie"(Art. 71, § 4º).<sup>179</sup>

A liberdade profissional vai às últimas consequências, quanto estabelece em seu artigo 71, parágrafos 5º, 6º e 17º:

*"§ 5º - Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões, de ordem moral, intelectual e industrial.*

*§ 6º - Os cargos públicos civis serão providos, no grau inferior, mediante concurso, ao qual serão indistintamente admitidos todos os cidadãos, sem que aos concorrentes seja exigível qualquer diploma. O provimento dos cargos médios será feito em virtude de acesso por antiguidade e, excepcionalmente, por mérito. Os cargos superiores serão de livre nomeação do Governo, com exclusão também de exigência de diploma.*

*§ 17º - Nenhuma espécie de trabalho, indústria ou comércio poderá ser proibida pelas autoridades do Estado, não sendo permitido estabelecer leis que regulamentem qualquer profissão ou que obriguem a qualquer trabalho ou indústria."*

Augusto Comte era favorável á abolição de diplomas e privilégios decorrentes de estudos especializados. O Estado deveria promover concursos livres para provimento de todo e qualquer cargo para médicos, advogados , professores e outros, sem valorização nenhuma de diplomas e títulos.

Neste passo, vê-se que a Constituição Castilhistas adotou claramente os princípios positivistas de rejeição a diplomas, que retratam a antipatia de Comte pelas Universidades e

---

<sup>179</sup> DIDONET, Zilah C, *op.cit*, p-80.

escolas especializadas, enquanto proclama a liberdade de profissão, valorizando a capacidade avaliada através de concursos.

Indubitavelmente, um dos fatores que muito contribuiu para a ojeriza de Comte por escolas especializadas, títulos acadêmicos e diplomas tem origem em sua própria experiência pessoal, uma vez que, em vida, jamais conseguiu alcançar um de seus grandes desideratos: ser professor da Escola Politécnica de Paris. O filósofo de Montpellier não conseguiu ingresso no meio acadêmico-universitário francês, desempenhando sempre papel coadjuvante (examinador de admissão da Escola Politécnica), situação que lhe acarretava profunda frustração.

Inobstante algumas reações, ao que parece a liberdade profissional instituída na Carta surtiu efeitos benéficos:

*"O preceito que estabeleceu a liberdade profissional plena, conquanto hostilizado vivamente por profissionais diplomados, especialmente os médicos, teve mais virtudes do que defeitos. Além de abrir maiores possibilidades de trabalho a uma estrangulada classe média, e de oferecer assistência a comunidades pobres e distantes, que jamais receberiam a visita de um médico ou de um dentista graduado, a regra da liberdade profissional terminou, indiretamente, por estimular o nascimento de instituições de ensino superior. Pelo próprio temor que os charlatães inspiravam à intelectualidade, o Rio Grande do Sul cedo criou sua Faculdade de Medicina em 1898, - a terceira do Brasil em ordem cronológica. Já criara, em 1896, a Escola de Engenharia, assim como gerou em 1900 a Escola Livre de Direito."<sup>180</sup>*

Por seu turno, a liberdade religiosa e a separação entre Estado e religião também foram contemplados, nos parágrafos 7º e 11º do artigo 71:

*"§ 7º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.*

*§ 11º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo do Estado."*

<sup>180</sup> FRANCO, Sérgio da C. *Getúlio Vargas e outros ensaios*, p-36.

Comte defendia vigorosamente a liberdade religiosa em seu Catecismo Positivista: "A fim de completar a purificação do sacerdócio(positivista) cumpre também impedir que ele oprima qualquer doutrina contrária à sua."<sup>181</sup>

No positivismo comteano, há a necessidade de separação e independência entre os poderes temporal e espiritual, sendo princípio básico na reorganização da sociedade.

E, face à liberdade espiritual, todas as doutrinas que aspiram à supremacia social devem estar no mesmo pé de igualdade, sem privilégios por parte do Estado. Este não deve subsidiar igrejas, presidir sistemas de educação, sustentar associações literárias ou científicas, focos de doutrinas atrasadas ou perturbadoras. Para isso é preciso suprimir toda religião de estado, todo ensino superior e secundário do Estado e toda a ciência do Estado, abolindo os três orçamentos respectivos: orçamento eclesiástico, orçamento universitário e orçamento acadêmico.<sup>182</sup>

A educação pública, de inspiração comtiana, também foi regulada na Constituição, nos termos do parágrafo 10 do artigo 71:

*"§ 10º - Será leigo, livre e gratuito o ensino primário ministrado nos estabelecimentos do Estado."*

O Positivismo atribui grande influência ao ensino, uma vez que a reorganização da sociedade só pode ser feita pela educação e não pelas armas. A arma da nova sociedade é a educação; daí porque os positivistas são essencialmente pacifistas; o estado positivo representa a vitória do estado industrial-pacífico, que tende a substituir o sistema feudal-militarista. Tal transformação deve ocorrer não por meio da força, mas sim pela frutificação e amadurecimento do ensino ministrado(de cunho positivista).

Esclarece Didonet acerca da concepção comtiana de educação:

*"O ensino, na doutrina de Comte, compete ao poder espiritual e nesta condição, não cabe ao governo instituí-lo ou ampará-lo através de subsídios. A completa liberdade e independência de ensino já era preconizada pelo Apostolado, que propunha à*

<sup>181</sup> *Apud DIDONET, Zilah C, op.cit, p-81.*

<sup>182</sup> *DIDONET,Zilah C, op.cit, p-29.*

*Constituição Federal a supressão de todo ensino oficial chamado superior e secundário, deixando-o entregue à livre iniciativa particular. Eis porque a Constituição rio-grandense é omissa em relação ao ensino superior e secundário, pois deveria ser encargo da iniciativa privada, não cabendo ao poder temporal ter ingerência no poder espiritual. Somente o ensino primário é incumbência do Estado, que o declara 'leigo, livre e gratuito'(Art. 71, § 10)."*<sup>183</sup>

Bosi também explica o aspecto educacional da filosofia positivista:

*"A escola primária gratuita é assim projetada no quadro mais amplo da educação popular, que Comte prefere chamar 'proletária', na verdade a única de que os governantes se deveriam encarregar, delegando aos diferentes grupos sociais quaisquer projetos de ensino universitário. Que o Estado cuide da educação fundamental do povo e se abstenha de concorrer para a proliferação de falsos doutores, esses portadores de diplomas que engrossam as fileiras da pedantocracia."*<sup>184</sup>

Por seu turno, o § 16 do artigo 71 consagra a liberdade de pensamento, através da imprensa ou tribuna, conjugada à responsabilidade, tantas vezes propugnada por Comte. O próprio § 16 prescreve a pena aos infratores do exercício desta liberdade.

Outrossim, o aludido dispositivo veda o anonimato, em clara consagração à máxima comteana: **Viver às claras.**

Augusto Comte, preconizando uma moral de pureza de costumes e de combate aos vícios pelos males que causam, inspira o Apostolado Positivista do Brasil em sua posição radical contra os jogos de azar, especificamente contra as loterias. Em sua representação à Assembléia Constituinte Federal, o Apostolado propõe um parágrafo nos seguintes termos: "Não se poderá transformar o vício em fonte de renda pública; portanto, ficam suprimidas todas as loterias."

Seguindo tal ensinamento comtiano, a Constituição Castilhistas, no parágrafo 18º do artigo 71 dispõe:

<sup>183</sup> DIDONET, Zilha C, *op.cit*, p-81.

<sup>184</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 1995, p-301.

*"§ 18º - Ficam abolidas as loterias, não sendo lícito ao Estado transformar o vício em fonte de receita."*

Em relação ao casamento, enquanto a Constituição Federal limita-se a decretar no § 4º do Art. 72: "A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita", a Constituição Estadual, refletindo a preocupação comtista do valor do casamento monogâmico para a sociedade familiar, estatui no § 8º do artigo 71:

*"§ 8º - A monogamia é condição essencial à organização da família, mediante o casamento civil, cuja celebração será gratuita, não dependendo da observância de cerimônias religiosas, que se efetuarão antes ou depois, conforme os desejos dos cônjuges."*

Outrossim, transcendental influência positivista está retratada no artigo 74 da Constituição, que reza:

*"Art. 74 - Ficam suprimidas quaisquer distinções entre os funcionários públicos do quadro e os simples jornaleiros, estendendo-se a estes as vantagens de que gozam aqueles."*

Cuidou o dispositivo em questão de constitucionalizar regra em defesa do trabalhador, obedecendo ao ideal colimado por Comte de incorporar o proletariado à sociedade moderna, junto ao qual estaria apenas acampado.

O regime comtiano possuía caráter eminentemente social, assumindo a obrigação de resolver o problema da incorporação do proletariado na sociedade:

*"um proletário qualquer deve possuir todos os materiais de uso exclusivo e contínuo, quer seu, quer de sua família. Esta regra, evidentemente realizável, é o único meio de assegurar a ordem prática. Porém, longe estamos de seu digno preenchimento. Muitos homens estimáveis não gozam ainda da propriedade de seus móveis mais usuais; e alguns nem sequer têm a de seu vestuário. Quanto ao domicílio, vós sabeis que a maioria dos proletários está antes acampada do que alojada em nossas cidades anárquicas."*<sup>185</sup>

<sup>185</sup> COMTE, Auguste, *op.cit.*, p-292.

Para Comte a ordem e o progresso deveriam unir-se na etapa positiva, na qual a prática dos homens estaria subordinada ao conhecimento científico da realidade.

Leciona Zeitling:

*"Para Comte, la gran desgracia de su época era que se consideraban contradictorios los dos principios y que estuvieran representados por partidos políticos opuestos. El partido que él llamava retrógrado estaba por el orden, mientras que el partido anárquico estaba por el progreso. El principio del orden derivaba del estado católico-feudal o teológico de la filosofía social, cuyos exponentes eram Bonald, Maistre y otros. Por otra parte, el principio del progreso se había originado em las tendencias críticas de la Reforma y el Iluminismo. Las clases sociales existentes, para gran pesar de Comte, tendían a polarizarse y a apoyar a uno e o otro. El resultado era el conflicto de clases, el desorden y la anarquía."*<sup>186</sup>

A etapa positiva, como síntese destas duas tendências, apresentava-se mais orgânica que o estado teológico, e mais progressista que o metafísico. O Comtismo revela-se, assim, de um conteúdo inegavelmente progressista-conservador: o progresso econômico só pode ser obtido se for mantida uma determinada ordem, na qual os homens ocupem papéis definidos e da qual tenha sido extirpado o conflito.

O Positivismo parte do pressuposto de que os interesses sociais antagônicos podem e devem ser conciliados, e para tanto despoja-se o Estado do seu conteúdo de classe, de expressão e manutenção da supremacia de um grupo sobre os demais. Nesta medida, a concepção de Estado comtiana é aquela típica da ideologia burguesa, que o apresenta como que descolado da sociedade, agindo em função do bem comum.<sup>187</sup> Portanto, a concepção comtiana retira do Estado sua característica classista e mantém apenas seu caráter técnico.

<sup>186</sup> Apud PESAVENTO, Sandra J. *A Burguesia Gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho*. (RS 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1ª ed., 1998, p-98-99.

<sup>187</sup> PESAVENTO, Sandra J. *A Burguesia Gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho* (RS 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1ª ed, 1998, p-103.

Caberia ao Estado, orientado por sua vez pelos princípios morais e científicos do positivismo, prevenir e restringir a dispersão dos recursos, assegurando a todos o bem-estar, de onde advinha a máxima comtiana "prever para prover" ou "predizer para controlar".<sup>188</sup>

Neste passo, a incorporação do proletariado à sociedade moderna, desiderato da Constituição Castilhistas, é atribuição do Estado, com intuito de conciliar (ao menos superficialmente) capital e trabalho, visando assegurar a ordem para obtenção do progresso.

---

<sup>188</sup> PESAVENTO, Sandra J. *A Burguesia Gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1ª ed., 1998, p-104.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Rio-Grandense de 1891 é, tanto no espírito global como em seus artigos e parágrafos, fortemente positivista. O governo que dela se origina é, conquanto não integralmente, a Ditadura Republicana de Augusto Comte.

Obedecendo aos postulados comteanos, Júlio de Castilhos elaborou a Carta suprimindo a clássica tripartição dos poderes, atribuindo todo o poder político ao Chefe do Executivo. As prerrogativas que a Constituição Gaúcha reconhecia ao Presidente do Estado, como encarregado da soberana direção governamental e administrativa do Estado eram quase ilimitadas e asseguravam-lhe o domínio absoluto da administração e da política.

A par da concentração de praticamente todos os poderes nas mãos do Presidente do Estado, havia sua infinita possibilidade de reeleição, situação que, além de contrariar a Constituição Federal então vigente, determinava a perpetuação dos castilhistas no poder, resultando na institucionalização da ditadura e inexistência de revezamento na administração pública estadual.

A Constituição Rio-Grandense de 1891, ao instituir mecanismo legal da perpetuação castilhista no poder, deu causa ao acirramento de ânimos, sendo uma causa relevante dos eternos conflitos bélicos travados entre Castilhistas e Anticastilhistas, no período de 1891 à 1923.

Além de basear-se na hipertrofia do Poder Executivo, o autoritarismo da Constituição ancorava-se também na desvalorização do sistema representativo, traduzindo, pois, a perspectiva política comteana de profundo desprezo pelo governo representativo.

Destarte, o papel atribuído pela Constituição de 1891 à Assembléia dos Representantes era secundário, mínimo, limitando-se o Parlamento a simplesmente votar o orçamento, cujo projeto nem sequer elaborava, pois lhe era apresentado pelo Presidente. À Assembléia cabia apenas e tão-somente votar anualmente o orçamento, criar, aumentar ou suprimir tributos e autorizar o Presidente a contrair empréstimos.

Assim, cumpria-se o ensinamento comtiano de que a República Ditatorial não deveria ter caráter político, mas técnico, uma vez que o parlamento ficou destituído de competência para o debate de questões políticas, transformando-se os deputados em meros auditores.

A ditadura política instituída pela Carta Gaúcha de 1891 era original. Regra geral, os regimes antidemocráticos instauram-se de fato, sua duração não está antecipadamente fixada e eles são não-constitucionais.

Não se podia dizer isso do regime castilhista. Apoiava-se numa constituição aprovada por uma Assembléia Constituinte eleita pelo sufrágio universal(fazendo-se tábula rasa do caráter fraudulento do pleito). Na aparência, o Presidente do Estado não governava arbitrariamente, mas segundo regras constitucionalmente estabelecidas.

Na verdade, a própria Constituição engendrava e estabelecia um sistema autocrático, aí consistindo a peculiaridade do regime, o de esconder a ditadura comtiana atrás de um véu constitucional.

Por sua vez, o princípio fundamental da política comtista de separação entre o poder temporal e o poder espiritual está consignado na Constituição Gaúcha. Sobre o primeiro refletem-se os aspectos ditatoriais: Um executivo forte, mas controlado pela opinião pública. No poder espiritual refletem-se as liberdades: liberdade de consciência, liberdade de profissão, liberdade de ensino, liberdade de religião, liberdade de associação, liberdade de expressão escrita e falada.

Outrossim, indubitável que a Constituição Rio-Grandense de 1891 foi elaborada para servir de trincheira jurídica para que os castilhistas se mantivessem no poder e enfrentassem a forte oposição existente, à época numericamente superior.

Com o advento da República, os republicanos castilhistas se viram guindados ao poder, não aceitando o ingresso em suas fileiras de antigos adeptos da monarquia. Os republicanos no poder ainda não contavam com uma base social alargada, sendo pequeno o número de castilhistas. O gasparismo liberal era numericamente superior, possuindo ampla hegemonia no seio da sociedade rio-grandense.

Destarte, somente mediante a instituição de mecanismo ditatorial poderia haver a consolidação no poder dos republicanos castilhistas. Havia a necessidade dos castilhistas de evitar a criação de um sistema representativo autêntico, face à imperante hegemonia social da oposição.

Para tanto, Júlio de Castilhos uniu o útil ao agradável: elaborou a Constituição Gaúcha de 1891, criando um mecanismo jurídico que, a par de expressar sua convicção filosófica positivista, serviria para eternizar no poder o Partido Republicano Rio-Grandense por mais de três décadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBECHE, Daysy Lange. *Imagens do Gaúcho: História e Mitificação*. Porto Alegre:edipucrs, 1996.
- BARROS, Roque S.M. *As Idéias Políticas no Brasil- Vol.I*. São Paulo:Convívio.
- BAZARIAN, Jacob. *Introdução à Sociologia*. São Paulo:Alfa-Omega, 1986.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. Coleção Os Pensadores. São Paulo:Nova Cultural, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Discurso Preliminar Sobre o Conjunto do Positivismo*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Catecismo Positivista*. Coleção Os Pensadores. São Paulo:Nova Cultural, 2000.
- DIDONET, Zilah Cercal. *O Positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891*. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1977.
- FILHO, Roberto da Silva F. *A Aventura Política Positivista*. São Paulo:LTR, 1998.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4. ed. Porto Alegre:Ufrgs, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre:Ufrgs, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre:Ufrgs, 1993.
- FREITAS, Décio. *O Homem que Inventou a Ditadura no Brasil*. 2.ed. Porto Alegre:Sulina, 1999.

GENRO, Tarso. *Tradição Jurídica e Relações Políticas: Um Estudo Introdutório*. In: *RS Cultura e Ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

MEDEIROS, Antonio Paulo C. de. *Projeções do Castilhismo na Política Autoritária Brasileira*. In: *Separata da Revista Veritas nº 104*. Porto Alegre: Pucrs, 1981.

MOURA, Euclides B. de. *O Vandalismo no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 5.ed. Londrina: UEL, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Burguesia Gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século 19*. 2.ed. Porto Alegre: Ufrgs, 1992.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo Um Projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: LPM Editores, 1986.

RODRIGUES, Ricardo V. *Castilhismo: Uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1980.

\_\_\_\_\_. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Unidade V e VI*. Brasília: UNB, 1982.

\_\_\_\_\_. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Unidade VII e VIII*. Brasília: UNB, 1982.

SICHES, Recaséns. *Tratado de Sociologia - Vol I*. Porto Alegre: Globo, 1968.

SOARES, Mozart P. *O Positivismo no Brasil*. Porto Alegre: AGE, 1998.

VITA, Luís W. *Panorama da Filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Globo.

VIZENTINI, Paulo F. *A Crise dos anos 20*. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 1992.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.